



UNIVERSIDADE  
E D U A R D O  
MONDLANE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**Dinâmica conjugal violenta e resiliência em mulheres assistidas  
na CÁ-PAZ**

**Maria de Lurdes Gilberto Guambe**

**Maputo, Dezembro de 2015**



UNIVERSIDADE  
E D U A R D O  
MONDLANE

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

**Dinâmica conjugal violenta e resiliência em mulheres assistidas na  
CÁ-PAZ**

Maria de Lurdes Gilberto Guambe

Supervisora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Bernardette Tesoura, PhD

Co-Supervisoras: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Gláucia Ribeiro S. Diniz, PhD

dr<sup>ª</sup> Lénia Mapelane, MA

Maputo, Dezembro de 2015

## **DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE DO PROJECTO**

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que ele constitui o resultado do meu labor individual. Esta dissertação é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Terapia Familiar e Comunitária, da Universidade Eduardo Mondlane.

Maria de Lurdes Gilberto Guambe

Maputo, Dezembro de 2015

## **DEDICATÓRIA**

Com profundo amor e muita saudade dedico este trabalho à minha mãe Celeste Nicolau (*in memorium*) e ao meu pai Gilberto Facitela (*in memorium*), por me terem proporcionado um lar livre de violência.

## AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão em primeiro lugar a Deus, pelo dom da vida, condição sem a qual nada é possível. Agradeço profundamente ao meu parceiro e grande companheiro Rui Manuel A. S. Mbatsana, pelo amor, incentivo, apoio e cumplicidade na longa jornada estudantil.

Às minhas filhas e ao meu filho, aos meus genros, às minhas netas e ao meu neto, pelo carinho e compreensão das minhas ausências e afastamentos ditados pelas exigências académicas, o meu muito obrigada.

Agradeço o carinho e parceria da minha supervisora, Dr<sup>a</sup> Bernardette Tesoura e das minhas co-supervisoras Dr<sup>a</sup> Gláucia Diniz e dr<sup>a</sup> Lénia Mapelane, pela orientação disponibilizada, e por acreditarem em mim. Agradeço o incentivo e encorajamento constantes, as críticas e sugestões que permitiram que o trabalho tivesse o nível de qualidade que hoje apresenta.

Um agradecimento especial a dr<sup>a</sup> Ana Ibañez pelo carinho e sugestões, sobretudo nos momentos de impasse na vida académica e, a sua disposição para discutir as minhas inquietações.

Agradeço às(aos) colegas da segunda edição do curso de Mestrado em Terapia Familiar e Comunitária da Faculdade de Educação, pela parceria e solidariedade ao longo do processo formativo. Aos professores Háchimo Chagane, Juvenal Balegamire e Narciso Mahumane agradeço pelos novos horizontes trazidos nas suas abordagens de terapia no contexto africano.

Sinceros agradecimentos à dr<sup>a</sup> Marcelina Chai-Chai, e à CÁ-PAZ pela oportunidade de dar os primeiros passos de implementação prática dos conhecimentos que adquiri ao longo da formação e por ter aberto as portas para a realização do trabalho de campo, parte integrante desta dissertação.

Agradeço sinceramente às mulheres participantes desta pesquisa que se disponibilizaram a falar um pouco da sua vida. Sua contribuição foi extremamente importante para a consecução

deste estudo. Os meus agradecimentos à equipa de trabalho da CÁ-PAZ pelo acolhimento e apoio disponibilizados.

Agradeço às minhas irmãs e aos meus irmãos por todo o carinho. A toda a minha família, o meu *Kanimambo* pela compreensão das minhas ausências nos convívios familiares.

Agradeço ao Instituto Superior Dom Bosco - Maputo, de modo especial ao Director Geral, Padre José Ángel Rajoy, pela compreensão e oportunidade que me foi concedida para escalar mais um degrau na busca do conhecimento.

Um agradecimento especial à CAPES – Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, à Dr<sup>a</sup> Bernardette Tesoura e à Dr<sup>a</sup> Larissa Polejack, pela possibilidade de fazer parte do programa pro-mobilidade internacional. Foi uma grande oportunidade para o meu crescimento académico e, de modo particular na realização desta pesquisa.

Por fim agradeço a todas e a todos os que de forma directa ou indirecta contribuíram para a realização desta dissertação

## ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE DO PROJECTO .....	iii
DEDICATÓRIA .....	iv
AGRADECIMENTOS .....	v
ÍNDICE .....	vii
RESUMO .....	x
LISTA DE SIGLAS .....	xii
LISTA DE FIGURAS .....	xiii
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA .....	1
1.1. Justificativa da escolha do tema .....	4
1.2. Objectivos da pesquisa .....	5
1.2.1. Objectivo geral .....	5
1.2.2. Objectivos específicos .....	5
1.2. Perguntas do Estudo .....	5
1.3. Estrutura da dissertação .....	6
CAPÍTULO 2: REVISÃO DA LITERATURA .....	7
2.1. A construção da conjugalidade .....	7
2.2. Breve percurso sobre a conjugalidade violenta .....	10
2.2.1. Género, sexo e violência contra a mulher .....	12
2.3. Abordagens teóricas sobre a violência conjugal .....	15
2.3.1. Género e Violência Conjugal .....	15
2.3.2. Teoria bioecológica e violência conjugal .....	18
2.3.3. Teoria do ciclo de violência .....	20
2.3.4. Transmissão intergeracional da violência .....	23
2.4. Violência conjugal e factores de risco associados .....	25
2.4.1. Dimensões culturais e violência conjugal .....	29

2.5. Violência conjugal e resiliência .....	30
2.6. Sumário da revisão da literatura.....	34
<b>CAPÍTULO 3: METODOLOGIA .....</b>	<b>37</b>
3.1. Métodos de pesquisa .....	37
3.2. Contexto da pesquisa.....	38
3.3. Universo de pesquisa.....	39
3.3.1. Critérios de inclusão.....	39
3.3.2. Critérios de exclusão .....	39
3.3.3. Participantes da pesquisa.....	39
3.4. Procedimentos do estudo.....	40
3.5. Instrumentos de colecta de dados.....	40
3.5.1. Entrevista.....	40
3.5.2. Teste de Identificação Familiar (FIT) .....	41
3.6. Análise de dados .....	41
3.7. Considerações éticas .....	42
3.8. Limitações da pesquisa.....	43
<b>CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>44</b>
4.1. Apresentação de Casos.....	44
4.1.1. Caso Rolela .....	44
4.1.2. Caso Teasse.....	53
4.1.3. Caso Alda .....	61
4.1.4. Caso Jurema .....	71
4.1.5. Caso Sofia .....	79
4.1.6. Caso Isabel .....	88
4.2. Discussão dos Resultados.....	99
4.2.1. Aspectos sócio-demográficos.....	99



4.2.2. Tempo de coabitação dos casais.....	101
4.2.3. Contextos de violência .....	102
4.2.4. Tipos de violência experienciados .....	102
4.2.5. Estratégias usadas pelas mulheres para lidar com a violência .....	104
4.2.6. Processos-chave de resiliência identificados.....	107
4.2.7. Posicionamento e perspectiva dos parceiros .....	109
4.2.8. Presença e papel das redes sociais.....	111
4.2.9. Acções do Serviço Público.....	113
4.2.10. Teste de Identificação Familiar .....	115
<b>CAPÍTULO 5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>116</b>
5.1. Conclusões .....	116
5.2. Considerações Finais.....	118
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>123</b>
Anexo A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	131
Anexo B: Guião de Entrevista.....	132
Anexo C: Teste de Identificação Familiar.....	134
Anexo D: Parecer do Comité Institucional de Bioética em Saúde .....	135
Anexo E: Dados do Teste de Identificação Familiar (FIT) .....	136
Anexo E1: Dados do Teste de Identificação Familiar (FIT) .....	137
Anexo E2: Dados do Teste de Identificação Familiar (FIT) .....	138
Anexo E3: Dados do Teste de Identificação Familiar (FIT) .....	139

## RESUMO

A violência é um fenómeno presente nas interacções humanas e ganha características especiais na relação conjugal. A construção da conjugalidade é marcada por desafios. O objectivo deste estudo foi compreender dimensões da dinâmica conjugal e o processo de resiliência de mulheres de Moçambique que vivenciaram violência conjugal e foram assistidas na CÁ-PAZ. Utilizamos a abordagem quali-quantitativa para estudar seis casos. Os dados foram colectados através de entrevistas semi-estruturadas e do Teste de Identificação Familiar (FIT). As entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas à análise de conteúdo. Os dados do FIT foram analisados através de correlações de Pearson. Os resultados do estudo indicam que as participantes sofreram vários tipos de violência: psicológica, física, patrimonial, sexual e moral. Os actos de violência estavam associados a diversos factores: falta de diálogo e negociação; centralização da tomada de decisões pelos homens; diferenças de status, níveis educacionais e personalidade entre parceiros; a não realização de expectativas; visão tradicional das mulheres como responsáveis pela família; ensinamentos da igreja e crenças religiosas; banalização do sofrimento das mulheres pelos maridos e prestadores de serviço; fragilidades das acções do serviço público e desrespeito aos direitos das mulheres. Foram identificados os seguintes processos de resiliência: coesão, transcendência, espiritualidade, expressão aberta de emoções; apoio da família e colaboração na solução de problemas. Os resultados indicam que é fundamental uma discussão acerca dos papéis tradicionais de género na sociedade moçambicana. Sugere-se: a criação de programas de intervenção em grupo para mulheres que sofrem violência conjugal e para homens agressores; o desenvolvimento de programas de treinamento para as equipas das instituições que prestam serviço às mulheres em situação de violência.

Palavras-chave: mulher; género; violência conjugal; factores de risco; resiliência.

## ABSTRACT

Violence is a process present in human interactions. It acquires special characteristics in marital relationships. The construction of conjugality is marked by the presence of many challenges. The objective of this study was to understand dimensions of the experience of women from Mozambique that suffered marital violence and were assisted at CÁ-PAZ. A quali-quantitative approach was used to study six cases. Data was collected through semi-structured interviews and the Family Identification Test (FIT). The interviews were recorded, transcribed and submitted to content analysis. The FIT data was analyzed through Pearson correlations. The results showed that participants suffered various types of violence: psychological, physical, patrimonial, sexual and moral. Violence acts were associated to several factors: lack of dialogue and negotiation; centralization of decision making processes by the men; differences in social status, level of education and personality between partners; non accomplishment of expectations; a traditional perception of women as responsible for the family; care religious, church teachings and beliefs; shared perspectives of women's sufferings as banal by husbands and service providers; weak impact public services actions; and disrespect for the rights of women. The following resilience processes were identified: cohesion; transcendence; spirituality; open expression of emotions; family support and collaboration in problem solving. The results indicate that is fundamental to discuss the traditional division of gender roles within the Mozambican society. We suggest: the creation of group intervention programs for women in violent domestic situations as well as for the aggressors; the development of training programs for professional teams that work in services geared towards women in violent situations.

Key-words: women; gender; marital violence; risk factors; resilience.

## **LISTA DE SIGLAS**

CÁ-PAZ – Associação Moçambicana de Assistência Psicossocial e Empoderamento às vítimas de Violência Doméstica

CIBS FM & HCM – Comité Institucional de Bioética em Saúde, da Faculdade de Medicina/Hospital Central de Maputo

FIT – *Family Identification Test* (Teste de Identificação Familiar)

INE – Instituto Nacional de Estatística

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PPCT – Modelo de Urie Bronfenbrenner: pessoa, processo, contexto e tempo

WHO – World Health Organization

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Identificação real de Rolela

Figura 2: Identificação ideal de Rolela

Figura 3: Identificação real de Teasse

Figura 4: Identificação ideal de Teasse

Figura 5: Identificação real de Alda

Figura 6: Identificação ideal de Alda

Figura 7: Identificação real de Jurema

Figura 8: Identificação ideal de Jurema

Figura 9: Identificação real de Sofia

Figura 10: Identificação ideal de Sofia

Figura 11: Identificação real de Isabel

Figura 12: Identificação ideal de Isabel

## **CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA**

Na sociedade africana da qual Moçambique faz parte, a constituição do par conjugal representa a união de dois grupos familiares. Nessa perspectiva, a construção da célula familiar é acompanhada pelo cumprimento de cerimónias e regras que visam oferecer garantias aos cônjuges e seus futuros filhos, solidificar a aliança entre as duas famílias, e valorizar o próprio acto do casamento (Fernando, 1996).

A construção da conjugalidade implica um processo negocial que demanda um consenso entre os parceiros em relação a uma noção de justiça considerada valor comum. Cabe, no entanto, ressaltar, que este consenso tem sido difícil de ser construído, mesmo tratando-se de grupos pequenos como a família ou o casal (Alvim & Souza, 2005). Em nosso entender, essas negociações, são muitas vezes adiadas e/ou negligenciadas, partindo-se do princípio de que cada parceiro conhece o seu lugar, com base nas concepções dos papéis de género, acerca do que é ser homem e o que é ser mulher.

Cada membro da díade traz na sua bagagem uma herança específica, dependente do modelo de educação recebido na sua família de origem e no contexto social (Diniz, 2011). Conviver com estas diferenças ocasiona, por vezes, desentendimentos que podem culminar em conflitos no casal. Importa referir que, segundo a tradição africana o conceito de família não se limita ao grupo nuclear ou aos laços consanguíneos. Este conceito inclui elementos tanto do parentesco quanto os que se vão unindo ao seio familiar através de relações de confiança, no suporte mútuo e destino comum, os que partilham um espaço de vivências, de relações afectivas, de emoções, de intimidades, de interacções e de comportamentos que despertam nos indivíduos um sentimento de pertença (Oliveira & Santos, 2010).

Por sua vez Fernando (1996) refere que a família abrange um conjunto de indivíduos consanguíneos, pertencentes à mesma linhagem e segmentos de linhagem, ligados a um antepassado conhecido. São ainda considerados membros da família outros indivíduos não do mesmo sangue, os que passaram a pertencer à família pelo laço do casamento ou outros determinados por circunstâncias que assim o exigem. Um exemplo disso é a consideração que se tem com os padrinhos de casamento, que os torna também membros da família (Fernando, 1996).

As famílias africanas são geralmente caracterizadas pelo colectivismo e solidariedade entre os seus membros. Como o afirmam Oliveira e Santos (2010, p. 24), em África “um indivíduo não se reconhece sem a sua família, não tem nome, (...) falta-lhe uma identidade”. Assim, quando um jovem africano se casa, ele não se casa apenas com a mulher mas, com todo o núcleo familiar pois, através deste acto estabelece-se uma aliança entre duas famílias. Desse modo, se no futuro houver um problema entre o casal, este será também um problema de toda a família cuja busca de consensos envolverá pessoas significativas, designadas entre os grupos familiares de proveniência dos cônjuges (Fernando, 1996 & Nunes, 2010).

No sul de Moçambique, onde foi realizada esta pesquisa, as famílias são geralmente de linhagem patrilinear. Nessas circunstâncias, o casamento implica a passagem da noiva para a família do noivo (Fernando, 1996). Embora actualmente seja mais frequente a possibilidade de o novo casal escolher onde pretende residir, as regras e normas de convivência a serem observadas na família recém-constituída são tendencialmente as da família de origem do marido. Nesse contexto, se o homem julgar que a sua mulher não está a corresponder aos padrões que ele espera no cumprimento dos seus deveres como esposa e dona-de-casa, ele tem a prerrogativa de devolvê-la à sua família de origem para “ser educada”. Esse julgamento do homem é, em regra, fundamentado em padrões de desigualdade, resultantes da hierarquia patriarcal.

O patriarcado, um modelo de organização sócio-cultural caracterizado pela imposição institucional da autoridade do homem sobre a mulher (Aguiar & Diniz, 2010) propicia as desigualdades entre homens e mulheres, ao atribuir maior relevância aos papéis exercidos por homens, comparativamente às mulheres. Diniz (2011) aponta que as características e papéis de género atribuídos artificialmente a homens e mulheres no decorrer da história, delimitam lugares e comportamentos que tendem a prejudicar a construção de um relacionamento saudável.

De acordo com Diniz (2011), o grau de rigidez e de flexibilidade na adesão aos papéis de género socialmente construídos, afecta a relação entre os parceiros conjugais. Outrossim, a socialização masculina, ao prescrever certa permissividade em relação à prática de violência, faz com que o homem, na qualidade de chefe da família, recorra a actos de violência para repreender a mulher, incluindo a aplicação de castigos físicos. Esse tipo de atitude propicia uma dinâmica relacional caracterizada por violência.

No âmbito das relações conjugais violentas, tanto os homens como as mulheres podem ser os agressores. Estudos apontam que os homens figuram predominantemente como os principais agressores (Alvim & Souza, 2005; Hirigoyen, 2006; Lamoglia & Minayo, 2009 e OMS, 2012). Um estudo da OMS (2012) realizado em diversos países, revelou que de vinte e quatro mil mulheres entrevistadas, 13 a 61% já sofreram algum tipo de violência física ou sexual, praticada por parceiro íntimo, em algum momento na sua vida. Em Moçambique o fenómeno tem vindo a atingir proporções significativas. Dados do estudo do MISAU e UNICEF (2011) indicam que entre 2006 e 2010 foram denunciados ao Ministério do Interior (MINT) mais de 82 mil casos de violência contra mulheres, o que expressa a gravidade da situação. Ressalve-se que os números aqui referidos de longe correspondem à realidade, se se olhar para a existência do elevado número de situações não denunciadas.

Um inquérito realizado pelo INE (2013) indica que do total de casos de violência doméstica reportados em Moçambique, no período de 2012-2013, a taxa de prevalência da violência contra as mulheres é de 57%. A província de Niassa é a que mais se destaca com 90,8% de casos de violência cujas vítimas são mulheres (INE, 2013). A mesma fonte apresenta uma taxa de prevalência de 83,5% de casos de violência praticada contra mulheres, na província de Maputo. A CÁ-PAZ - Associação Moçambicana de Assistência Psicossocial e Empoderamento às Vítimas de Violência Doméstica, onde foi realizada a presente pesquisa, regista por mês, cerca de 90 casos de violência praticados contra a mulher, perfazendo uma média anual de 1.080 casos (CÁ-PAZ, 2012).

Consequentemente, a situação de violência, tem sido responsável por inúmeros problemas de saúde na mulher e afecta também a sua qualidade de vida. A violência conjugal e o estupro têm sido associados a maiores índices de suicídio em mulheres, ao abuso de álcool e drogas, e ao sofrimento psíquico em geral. Em relação à saúde reprodutiva, a exposição à violência tem sido relacionada a dores pélvicas crónicas, gravidez indesejada, abortos espontâneos e morte neonatal em função dos partos prematuros (Diniz & Angelim, 2003; Espíndola, Bucher-Maluschke & Santos, 2004).

Nota-se, entretanto, que nenhum homem ou mulher gosta de admitir, para a família e para o mundo, que sofreu violência do parceiro amoroso pois, a maioria das pessoas quer demonstrar que tem uma família feliz (Alvim & Souza, 2005). As mesmas autoras assinalam que o medo do ridículo, a vergonha, a humilhação, a defesa à honra masculina e



o desejo de manter privacidade em relação aos assuntos da família, inibem a denúncia. É frequente as mulheres registarem a ocorrência junto às autoridades policiais. Todavia, não raras vezes verifica-se a tendência de retirarem a queixa ou desistirem de dar continuidade ao processo.

A dificuldade de as mulheres levarem o processo de denúncia do agressor até às últimas consequências é notória nos casos registados nas autoridades policiais. De acordo com a responsável do Departamento de Atendimento à Mulher e Criança Vítimas de Violência Doméstica da cidade de Maputo, a pressão feita em retirar a queixa, quando as mulheres vêem os parceiros na iminência de serem presos, tem sido um grande constrangimento (Macie, 2014). Situação similar é vivida na CÁ-PAZ - Associação Moçambicana de Assistência Psicossocial e Empoderamento às Vítimas de Violência Doméstica. Esta Associação recebe uma média mensal de 90 casos de violência conjugal, denunciados por mulheres. No decurso da assistência, nota-se que muitas mulheres desistem do processo, sob a alegação de que o conflito será resolvido a nível familiar, mesmo estando cientes de que as agressões poderão continuar (CÁ-PAZ, 2012). Diante da gravidade destas situações, ocorreu-nos averiguar as dimensões das dinâmicas relacionais que levam as mulheres a permanecerem em relações conjugais violentas.

### **1.1. Justificativa da escolha do tema**

A violência conjugal é um fenómeno presente em muitos relacionamentos afectivos. Devido às consequências nefastas a ela associadas, de modo particular para a saúde dos envolvidos, a violência constitui uma grande inquietação para a sociedade. Afigurou-se importante investigar algumas dimensões das dinâmicas relacionais presentes em relacionamentos violentos. Entender tais dimensões pode contribuir para melhor reflexão quanto ao delineamento de modelos de interacção que facilitem o diálogo e as negociações das diferenças nos relacionamentos e concorram para prevenir a ocorrência de violência, particularmente entre casais moçambicanos.

A realização deste estudo visou proporcionar uma reflexão aprofundada, a partir de dados empíricos, sobre como as normas de género e as desigualdades resultantes do sistema patriarcal podem estar relacionadas à prática de violência nos relacionamentos conjugais. Houve também a intenção de contribuir com um alerta à sociedade em geral e, de modo

particular às mulheres, acerca do impacto da diferenciação dos modelos e práticas educativas para meninas e meninos. Esses modelos têm sido os grandes responsáveis pela criação, recriação e manutenção das desigualdades nos relacionamentos entre homens e mulheres.

## **1.2. Objectivos da pesquisa**

Com a realização desta pesquisa pretendeu-se alcançar os seguintes objectivos:

### **1.2.1. Objectivo geral**

Compreender as dimensões da dinâmica conjugal e o processo de resiliência de mulheres, residentes no município da Matola, que vivenciaram situações de violência conjugal e foram assistidas na CÁ-PAZ.

### **1.2.2. Objectivos específicos:**

- a) Descrever os tipos de violência experienciados pelas mulheres participantes do estudo;
- b) Identificar os factores de risco associados à violência conjugal, presentes na experiência dessas mulheres;
- c) Verificar processos-chave de resiliência nas histórias dessas mulheres;
- d) Propôr acções que possam contribuir para o fortalecimento de mulheres com experiências de violência conjugal.

## **1.2. Perguntas do Estudo**

As questões de pesquisa que nortearam este estudo foram as seguintes:

1. Que tipos de violência foram experienciados pelas mulheres participantes do estudo?
2. Que factores de risco estão associados à violência vivida por essas mulheres?
3. Que processos de resiliência estão presentes nas histórias das mulheres participantes do estudo?
4. Que acções contribuiriam para o fortalecimento de mulheres com experiências de violência conjugal ?

### **1.3. Estrutura da dissertação**

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, os quais abordam as seguintes temáticas:

Capítulo 1: Problematização da violência conjugal, tomando como referências os desafios inerentes à construção da conjugalidade na contemporaneidade. Apresentação da questão central do estudo, das motivações que levaram à escolha do tema e possíveis contribuições do estudo, dos objectivos pretendidos e das questões de pesquisa.

Capítulo 2: Enquadramento teórico que serviu de base para a abordagem do assunto em estudo, nomeadamente a perspectiva de género e a teoria bioecológica de Bronfenbrenner. Algumas contribuições de estudos realizados a nível nacional e internacional sobre a problemática de violência contra a mulher e uma reflexão sobre os factores de risco associados. O capítulo encerra com a apresentação de alguns processos-chave de resiliência em famílias e nas comunidades.

Capítulo 3: Metodologia seguida na abordagem do problema proposto, considerando sete dimensões: métodos, contexto de pesquisa, caracterização das participantes, procedimentos de pesquisa, construção de instrumentos, considerações éticas e limitações do estudo.

Capítulo 4: Resultados da pesquisa confrontados com os dados da literatura consultada. Verbalizações das mulheres participantes da pesquisa, que dizem respeito aos tipos de violência sofridos, as estratégias usadas para enfrentar a situação, o posicionamento dos seus parceiros, o papel das redes sociais e as acções do serviço público.

Capítulo 5: Conclusões e reflexão global interpretativa dos dados colectados, com base na literatura usada ao longo do trabalho. Sugestões de acções tendentes a minorar os efeitos da violência e proposta de pesquisas futuras.

## **CAPÍTULO 2: REVISÃO DA LITERATURA**

### **Introdução**

A violência é um fenômeno histórico que se faz presente desde a existência da humanidade e, manifesta-se com maior ou menor intensidade em diferentes épocas. Ela é conhecida a nível mundial e, transcende todas as culturas, etnias, tipos de economia e regimes políticos. Dado o elevado número de vítimas de violência e as consequências nefastas a ela associadas, têm sido desenvolvidas teorias que procuram explicar as causas deste fenômeno porém, nada justifica a sua continuidade. No presente capítulo, além da abordagem dos principais conceitos referentes à temática em estudo, serão trazidas contribuições de estudos sobre a violência conjugal de modo a consubstanciar o desenvolvimento desta pesquisa e as nossas reflexões à volta do fenômeno.

### **2.1. A construção da conjugalidade**

A conjugalidade, entendida como a dinâmica relacional própria de cada díade, não acontece no vácuo. A forma como ela é vivenciada depende de factores pessoais, interpessoais, transgeracionais, económicos, sociais, e culturais (Diniz, 2011). Nos tempos actuais, a conjugalidade é desafiada pelas transformações que vêm ocorrendo na sociedade, influenciadas pela demanda de igualdade entre os sexos, que advém da emancipação feminina e da inserção da mulher no mercado de trabalho, como consequência das lutas sociais e, de modo particular, dos movimentos feministas. A noção da conjugalidade a partir da modernidade, passa a pressupor a instauração da intimidade entre os parceiros, colocando-a como condição para uma relação fecunda, o que fundamenta o ideal de complementaridade entre os parceiros (Magalhães e Ferres-Carneiro, 2003).

A busca de complementaridade tem sido uma das motivações que influenciam a escolha de cônjuge (Silva, Menezes & Lopes, 2010). A complementaridade refere-se aos aspectos que não foram bem desenvolvidos na personalidade de cada pessoa que, então, procura encontrá-los no/a parceiro/a. Outra motivação indicada por estas autoras é a similaridade, que é a busca, no outro, por características semelhantes àquelas que a pessoa encontra em si mesma. No estudo destas autoras, essas duas variáveis foram as mais referidas por

ambos os membros dos casais participantes, entretanto, a transgeracionalidade, isto é, os modelos transmitidos pela família de origem, também foi indicada como outra motivação para a escolha de parceiro. Neste caso, a pessoa toma como modelo a seguir ou a evitar, o relacionamento dos seus pais.

No processo de construção da relação entre os parceiros, duas dimensões ganham capital importância: a individualidade e a conjugalidade. A individualidade refere-se a aspectos pessoais, isto é, desejos, crenças, valores, percepções do mundo, necessidades e um projecto de vida, ou seja, a identidade da pessoa. A conjugalidade existente através de uma relação amorosa é definida por Magalhães e Férres-Carneiro (2003, p. 2), como “uma dimensão psicológica compartilhada por parceiros, que possui uma dinâmica inconsciente, com leis e funcionamento específicos”. Também representa o desejo conjunto de construção de uma história de vida do casal, um projecto de vida conjugal, ou seja, a formação da identidade conjugal (Menezes e Lopes, 2007).

A dinâmica entre as duas dimensões tem sido caracterizada por tensões, uma vez que vivemos em um contexto social onde se enfatiza a individualidade nas relações, e em que cada um tende a se preocupar em primeiro lugar consigo mesmo (Zordan, Falcke & Wagner, 2009). Em muitos relacionamentos, as dificuldades em construir a conjugalidade giram em torno da capacidade de conciliar o projecto individual a um projecto comum de casal. No momento de surgimento de diferenças e conflitos, há necessidade de ambos os cônjuges cederem (Paiva, 2009) e de serem capazes de negociar para que a relação se fortaleça. Este processo de cedências implica que haja reciprocidade no estabelecimento da identidade conjugal, sem que esta anule a identidade de cada cônjuge (Chaves, 2011). Os membros de um casal saudável não perdem sua individualidade, eles expandem-na e incluem a visão do outro nas suas perspectivas.

As diferenças de individualidades dos parceiros conjugais têm sido acentuadas pelas mudanças que vêm ocorrendo na sociedade, particularmente os ideais amorosos em relacionamentos contemporâneos (Vieira & Stengel, 2010). Nos tempos actuais, as expectativas do casamento vão para além do desejo de ter filhos e incluem dimensões como encontrar felicidade, realização pessoal, satisfação sexual, companheirismo e uma divisão mais igualitária de papéis e tarefas do quotidiano conjugal (Diniz, 2011).

Estas mudanças, entretanto, não impactam de forma linear a todas as pessoas. Importa, por isso, salientar que, tanto o homem quanto a mulher trazem para a relação as influências de

suas famílias de origem, desde hábitos, valores, costumes e uma herança afectivo-emocional (Diniz, 2011), que determinam, em grande medida, como cada parceiro tenderá a posicionar-se na constituição do par conjugal.

A construção de um projecto de vida conjugal implica negociações com vista a estabelecer um contrato base para o funcionamento do casal. Esse contrato inclui dimensões como: a sexualidade, as formas de demonstração de afecto aceitáveis em público e no contexto privado, a organização da vida a dois, a divisão de tarefas, o lugar do trabalho e do lazer na vida conjugal, os objectivos e as expectativas do casal, a administração da vida financeira e dos bens do casal, o grau de individualidade e liberdade de cada um, a criação dos filhos, a relação com as famílias de origem, entre outras (Diniz, 2011).

O processo negocial envolve cedências mútuas e adaptações permanentes, em função do interesse colectivo (Chaves, 2011). Embora a maior parte das negociações presentes nas relações conjugais se realizem de modo pacífico, parte delas pode evoluir para a utilização de violência, fundada em concepções do que é ser homem ou ser mulher (Alvim & Souza, 2005). A experiência mostra que a falta de abertura entre os parceiros ou a ideia preconcebida de que cada membro do subsistema conjugal conhece o seu lugar, fazem com que esta negociação não aconteça, o que pode redundar em contradições diversas, dado que cada um tem como suporte aquilo que aprendeu na sua família de origem, ou seja, as suas vivências sobre o que é ser homem e o que é ser mulher.

As experiências dos cônjuges sobre os seus papéis na vida são marcadas pela dimensão de género, isto é, pelos papéis socialmente aprendidos. O homem geralmente aprende a assumir uma posição de poder em relação à mulher, o que fomenta um tipo de relacionamento fundado na desigualdade, que pode redundar em actos de violência. A violência é definida por Sagim, Biasoli-Alves, Delfino & Venturini (2005) como o uso intencional da força contra um semelhante, com o propósito de ferir, abusar, roubar, humilhar, dominar, ultrajar, torturar, destruir ou causar a morte.

Na mesma perspectiva, Minayo (1994) entende que a violência é um fenómeno biopsicossocial complexo e dinâmico, criado e desenvolvido na vida em sociedade. Geralmente, quem comete actos de violência, age de modo intencional para conseguir o que pretende de uma pessoa que não o quer consentir livremente. No campo de estudos sobre a violência, distinguem-se a violência doméstica, a intrafamiliar e a conjugal (Oliveira & Souza, 2006). Nosso interesse de pesquisa recai sobre a violência conjugal.

## **2.2. Breve percurso sobre a conjugalidade violenta**

A violência conjugal, também denominada violência por parceiro íntimo (Pazo & Aguiar, 2012), faz-se presente nas relações entre pessoas que possuem vínculos afectivos, desde os que contraíram casamento oficial, até os que vivem em união consensual, incluindo os que não dividem o quotidiano de intimidade, porém estabelecem relações afectivas (Day et al., 2003; Deslandes, Gomes & Silva, 2000). De acordo com OMS (2012), a violência conjugal refere-se aos comportamentos que, numa relação íntima, causem dano físico, sexual ou psicológico a um ou ambos parceiros, incluindo a agressão física, coação sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores.

Hirigoyen (2006), por sua vez, define a violência conjugal como um tratamento brutalizante que se produz na intimidade de uma relação de casal, quando um dos parceiros tenta impor seu poder pelo uso da força. Narvaz e Koller (2006) entendem-na como a violência contra a mulher, cometida pelo parceiro no contexto de uma relação afectiva e sexual, independentemente de ser relação estável e/ou legalizada. As visões aqui apresentadas são complementares, e todas enfatizam a vivência de uma relação afectiva entre os envolvidos. Sofrer violência praticada por parte de alguém que ama e também maltrata é uma situação que deixa a mulher confusa e com sérias dificuldades de atribuir significação ao acto.

A manifestação da violência conjugal pode adotar diferentes formas, desde as mais subtis, como a violência psicológica, às mais visíveis como os maus tratos físicos, todas elas com potencial de causar sofrimento aos envolvidos (Diniz, 2013). Violência psicológica e violência física estão interligadas. A violência psicológica é um tipo de violência silenciosa e, muitas vezes, as mulheres têm dificuldades em nomeá-la como violência. A maior parte dos cônjuges violentos, primeiro prepara o terreno, aterrorizando a companheira. Quando eles concluem que não conseguiram controlar a mulher como desejariam, partem então para a violência física (Hirigoyen, 2006).

A violência psicológica refere-se a um conjunto de condutas que causam danos emocionais, diminuição da autoestima, prejuízos e perturbações ao pleno desenvolvimento físico, emocional e social. Envolve ainda as condutas que visam degradar ou controlar as acções, comportamentos, crenças e decisões das pessoas a ela submetidas mediante ameaças, constrangimentos, humilhações, manipulações, isolamento, vigilância constante,

perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, e exploração. Inclui também a violência verbal e a limitação de ir e vir ou qualquer outro meio que possa causar prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Assembleia da República, 2009; Diniz, 2013).

A violência psicológica é negada pelo agressor e minimizada pelas pessoas que deveriam prestar assistência, pelo facto de não deixar provas visíveis (Hirigoyen, 2006). A dificuldade de perceber a violência psicológica deriva do facto de seu limite ser impreciso. É uma noção subjectiva: um mesmo acto pode ter significações diferentes segundo o contexto em que se insere, e um mesmo comportamento pode ser visto como abusivo por uns e não por outros. Algumas mulheres submetidas à violência psicológica, pensam que ela não é suficientemente grave para que tomem atitudes que possam pôr fim a tais actos. Por essa razão, elas têm dificuldades em denunciá-la, por temerem ser desacreditadas (Casique & Furegato, 2006; Hirigoyen, 2006).

A violência física é qualquer conduta que ofende a integridade ou saúde corporal da pessoa. É o tipo de violência que chama mais atenção, em função das marcas que deixa e também pelo facto de poder causar debilidades, mutilações ou até a morte (Diniz, 2013). A violência física inclui uma ampla gama de sevícias, nomeadamente bofetadas, chutos, empurrões, beliscões, mordidas, queimaduras, arranhões, socos, pontapés, tentativas de estrangulamento, agressões com armas ou outros objectos (Assembleia da República, 2009; Hirigoyen, 2006).

A violência sexual é qualquer conduta que constrange a mulher a manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, coação, ameaça ou o uso da força. Inclui também condutas que a induzam a comercializar ou utilizar de qualquer modo sua sexualidade; que a impeçam de utilizar qualquer método contraceptivo, ou que a forcem ao matrimónio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, por meio do uso de coação, chantagem, suborno ou manipulação. Inclui, por fim, acções que limitem ou anulem o exercício de direitos sexuais e reprodutivos (Assembleia da República, 2009; Diniz, 2013). Trata-se de uma forma de violência de que as mulheres têm mais dificuldades de falar. Uma relação sexual imposta muitas vezes passa em silêncio porque faz parte do “dever conjugal”, ainda hoje considerado como um direito para o homem e uma obrigação para a mulher (Hirigoyen, 2006).

A violência patrimonial é entendida como qualquer conduta que configura retenção, subtracção, destruição parcial ou total de objectos, instrumentos de trabalho, documentos



peçoais, bens, valores e direitos ou recursos económicos, incluindo os destinados a satisfazer as necessidades de mulheres e de seus filhos (Diniz, 2013). A esta forma de violência agregamos a pressão económica e financeira, que é exercida para tirar autonomia da mulher e fazer com que ela não tenha margem de manobra se ela cogitar a possibilidade de uma separação (Hirigoyen, 2006). O homem, para garantir a manutenção do poder financeiro, recusa-se a dar dinheiro suficiente para as despesas familiares ou o dá em conta-gotas, juntamente com observações culpabilizadoras. Nos casos em que a mulher desenvolva alguma actividade geradora de rendimentos, o homem quer fazer a gestão de todos os ganhos do casal, incluindo o controle das contas bancárias da mulher (Hirigoyen, 2006).

O medo das dificuldades materiais em função da dependência económica, constitui um dos factores que impede as mulheres de se separarem de um cônjuge violento. Elas temem não conseguir arranjar trabalho e um local de moradia. Muitas vezes desconhecem seus direitos ou apoios possíveis e ficam desencorajadas de se libertarem da situação (Hirigoyen, 2006). Este tipo de dependência pode existir independentemente do nível da renda familiar. Alguns homens, para mascarar a pressão económica que fazem quotidianamente sobre as mulheres, oferecem-lhes de vez em quando presentes caros (Hirigoyen, 2006).

A violência moral é definida como qualquer conduta que configura calúnia, difamação, ou injúria (Assembleia da República, 2009; Diniz, 2013).

### **2.2.1. Género, sexo e violência contra a mulher**

Várias pesquisas, como OMS (2012), Alvim e Souza (2005), Hirigoyen (2006), Lamoglia e Minayo (2009), apontam que nas relações conjugais violentas os agressores são predominantemente do sexo masculino, e as principais vítimas, do sexo feminino. Nesse contexto, a violência conjugal é também considerada uma forma de violência de género (Narvaz & Koller, 2006). Importa, por essa razão, considerar os conceitos de sexo e de género, para pensar a dinâmica conjugal violenta.

O conceito de sexo pertence ao domínio da biologia e traduz o conjunto de características fisiológicas que distinguem os homens e as mulheres, enquanto que género é uma construção cultural que integra o conjunto de papéis, qualidades e comportamentos que as sociedades esperam dos homens e das mulheres, e que formam a sua identidade social

(Scott, 1995). Assim, género é uma categoria social que orienta papéis e relações entre indivíduos, no que se refere às complexas relações sociais, políticas, económicas e psicológicas entre homens e mulheres na sociedade.

No caso de Moçambique, particularmente nas regiões Centro e Norte do país, os ritos de iniciação - espaços de transmissão de saberes e práticas que permitem a passagem da infância e da adolescência para a vida adulta - desempenham um papel importante na construção da identidade do masculino e do feminino. É nestes ritos que se recriam e se inculcam os valores e os signos reconhecíveis da adultez, os quais reiteram a estrutura de dominação, traduzida na forma como a sexualidade masculina e feminina são construídas. Enquanto a sexualidade masculina está inscrita na liberdade sexual e no incentivo à demonstração da virilidade por parte do homem, a sexualidade feminina é construída em torno da repressão marcada por prescrições e interdições (Osório, 2013).

No sul de Moçambique onde em geral estas práticas rituais não são institucionalizadas, cabe aos membros mais velhos da família instruir os jovens e as jovens sobre as questões de género e sexualidade (Tvedton, Paulo & Touminen, 2010). Esses ensinamentos são transmitidos no processo de educação/socialização dentro do seu próprio grupo familiar. Embora a forma de transmissão dos papéis de género se dê de modo distinto, em ambos os contextos enfatiza-se uma relação assimétrica entre homens e mulheres, marcada por uma posição de poder e dominação do homem e pela submissão da mulher. Esta forma de organizar a vida familiar pode propiciar a prática de violência nos relacionamentos conjugais.

No contexto africano, a unidade familiar é definida como “um conjunto de indivíduos consanguíneos, pertencentes a mesma linhagem e segmentos de linhagem, ligados a um antepassado conhecido” (Fernando, 1996, p. 14). Também são considerados membros da família outros indivíduos que não sendo do mesmo sangue se tornaram membros da família pelo casamento, e outros que correspondam a determinadas circunstâncias exigidas e aceites por todos (Fernando, 1996).

Na perspectiva sistémica, a família é um sistema aberto, cujos membros estão em constante interação uns com os outros e com sistemas extra-familiares como o meio ambiente e a comunidade (Calil, 1987). A família tende a funcionar como um sistema total. Neste sentido, de acordo com Calil, (1987, p. 17) “as acções e comportamentos de um dos membros influenciam e simultaneamente são influenciados pelos comportamentos de todos

os outros”. Tem sido no âmbito dessas interações entre os membros da família e, de modo particular, entre os cônjuges, que se desenvolvem dinâmicas que podem desembocar em situações de violência.

A construção social de papéis de gênero em função do sexo conduziu a uma concepção diferenciada e hierarquizada do masculino e do feminino que atravessou a história, e se fez presente na vida social em todas as culturas. Em termos de importância, as funções e comportamentos dos homens são de domínio público e socialmente vistos como mais valiosos, enquanto os papéis das mulheres se circunscrevem ao domínio privado, cabendo a elas o cuidado da casa e da família, com base em características emocionais e relacionais (Casique & Furegato, 2006).

Neste contexto, a violência praticada contra a mulher é legitimada pelos construtos sociais, a partir dos quais se elaboram valores e lugares diferenciados para homens e mulheres o que favorece a manutenção de uma posição de poder para os indivíduos do sexo masculino. A violência pode ser entendida, portanto, como uma forma de manifestação desse poder. Uma vez que são o resultado dessas construções sociais, as interações entre homens e mulheres são profundamente marcadas por estas desigualdades, e isso inclui a relação conjugal. A evolução para uma relação mais igualitária, onde haja partilha de afectos, responsabilidades e cumplicidades entre os cônjuges, passa pela desconstrução deste paradigma.

As dinâmicas de relacionamento que caracterizam as famílias que convivem com a violência, põem em causa o imaginário social que segundo Sagim, Biasoli - Alves, Delfino e Venturini (2007) considera o lar como um lugar seguro, de aconchego e tranquilidade, onde o ser humano inicia o seu desenvolvimento, forma suas primeiras relações afectivas, assimila modelos e se sente bem protegido. É justamente neste espaço que estão em jogo tanto as semelhanças quanto as diferenças, os desejos e a realidade concreta de vida de homens e mulheres.

Lamentavelmente, há que se compreender que nem sempre o casamento ou a família constituem lugares seguros. É nas relações privadas que o abuso físico, psicológico e sexual ocorre com maior frequência. É no lar que a mulher, muitas vezes, se encontra exposta e à mercê de um companheiro com comportamento agressivo, contrariando todas as expectativas de uma dinâmica familiar idealizada pelas pessoas, que consideram a união conjugal como uma oportunidade de partilhar necessidades afectivas, num patamar de

igualdade e troca de direitos, deveres, cumplicidades e responsabilidades (Sagim et al, 2007).

### **2.3. Abordagens teóricas sobre a violência conjugal**

No presente estudo, as nossas reflexões terão como referência o paradigma construtivista, pois, a busca da compreensão do fenómeno de violência conjugal basear-se-à nas experiências dos actores e nos significados que eles os atribuem (Richardson, Peres, Wanderley, Correia & Peres, 2008). O pensamento sistémico sugere que diante da diversidade de aspectos que envolvem o fenómeno família, é fundamental levar em conta a sua complexidade, através da contextualização social, histórica e cultural (Boing, Crepaldi & Moré, 2008). Nesse sentido, a abordagem teórica fundamentada na epistemologia sistémica mostra-se bastante adequada para o desenvolvimento desta pesquisa.

A violência conjugal é um fenómeno complexo que resulta de múltiplas causas e cujo entendimento implica a adopção de uma abordagem holística que englobe as várias facetas que condicionam o desenvolvimento de um ser humano. Existem várias teorias que procuram explicar o fenómeno de violência, no entanto, na presente pesquisa tomámos como marcos teóricos importantes e complementares para o estudo do fenómeno a perspectiva de género, o modelo bioecológico de Bronfenbrenner (1996), a teoria do ciclo de violência desenvolvida por Walker (1973) e a teoria da transmissão intergeracional da violência.

#### **2.3.1. Género e Violência Conjugal**

A perspectiva de género questiona e problematiza valores culturais e sociais presentes nas relações interpessoais e sociais. Concebe a violência masculina contra as mulheres como um abuso de poder que é produto de uma estrutura social que favorece que os homens agredam as mulheres, como resultado do modelo patriarcal (Alencar-Rodrigues & Cantera, 2012; Pazo & Aguiar, 2012). A sociedade patriarcal é caracterizada pela imposição institucional da autoridade do homem sobre a mulher (Aguiar e Diniz, 2010). Neste modelo, o principal factor que sustenta e dá origem à violência conjugal é o uso do poder, visto que a estrutura hierarquizada concede ao homem uma posição privilegiada para exercer domínio em relação à mulher.

O modelo patriarcal hierarquiza as relações entre homens e mulheres, atribuindo posição superior aos homens comparativamente às mulheres (Alencar-Rodrigues & Cantera, 2012). Na região sul de Moçambique, onde predomina este modelo, a mulher tem ao longo da sua vida um homem que exerce controle sobre ela. Em idades mais novas, o pai ou um irmão exercem esse papel e, pelo casamento faz-se a passagem dessa autoridade para o marido. É curioso notar que mesmo tratando-se de um irmão mais novo, ele assume posição hierárquica superior em relação às irmãs, pois, o que importa é que o poder é masculino.

Carvalho-Barreto, Bucher-Maluschke, Almeida e de Souza (2009) afirmam que, ancorado nas amarras do patriarcado, o homem faz uso do poder que lhe é outorgado, e pode adotar mecanismos de dominação já aceitos pela mulher e, assim, passar a controlá-la. Estudos sobre violência contra a mulher indicam como característica marcante de homens violentos a obsessão pelo controle do comportamento da mulher. Esta atitude manifesta-se pela imposição de restrições, como impedir que a mulher prossiga seus estudos, trabalhe, saia de casa, visite sua família, entre outras proibições. É comum ainda o homem decidir sobre o tipo de roupa que ela deve usar e de amizades que ela pode manter (Aguiar & Diniz, 2010). Estes comportamentos dos homens encontram suporte no sistema patriarcal, que concebe a mulher como objecto de domínio por parte de um sistema social masculino e opressivo.

No caso de haver tentativa de resistência por parte da mulher e, em especial, se ela mostrar sinais de autonomia, o homem pode passar a usar procedimentos cada vez mais violentos. Quanto mais rotineiros e imprevisíveis são os maus-tratos, menos a mulher passa a dispor de mecanismos psicológicos para romper com o relacionamento violento. Nesse contexto relacional, a mulher pode vir a adotar a negação ou anulação dos seus sentimentos, e chegar até a uma identificação com o agressor (Carvalho-Barreto, et al., 2009).

No modelo patriarcal, a mulher deve assujeitar-se às necessidades do homem e da família. Ao homem deve respeito e obediência, à família dedicação sem medida (Diniz & Pondaag, 2004). Nestas circunstâncias, a mulher tem a sua existência alienada para viver em função dos outros, ou seja, ela não tem autonomia de ser. Esta lógica fundamenta diversas formas de tratamento indevido às mulheres.

Ao nível macro, constata-se a exclusão das suas necessidades nos planos de desenvolvimento, nas leis e políticas discriminatórias que dificultam a participação social da mulher e culminam na falta de reconhecimento social do seu lugar e de seu trabalho,

seja ele doméstico ou remunerado (Diniz & Pondaag, 2004). Ao nível da família, a mulher possui uma múltipla jornada de trabalho, ao lhe ser atribuída a responsabilidade pelos afazeres domésticos e pelos cuidados dos filhos, incluindo a sua educação. Cabe a ela também cuidar e zelar pela satisfação do marido e de demais membros da família, tais como familiares idosos e doentes (Diniz & Pondaag, 2004).

As sociedades mais conservadoras e que tendem a perpetuar os papéis tradicionais de género, tendem a ser mais tolerantes à prática de actos de violência conjugal. Considera-se que o homem tem a mulher como sua propriedade e que, portanto, deve exercer domínio sobre ela (Iop, 2009; Saffioti, 1999). No processo de socialização, alguns valores inculcados nas meninas, induzem-nas a se submeterem a actos de violência, como mostra o depoimento de uma jovem de Cabo Delgado (Moçambique) que acabara de participar dos ritos de iniciação “*o homem tem todo o direito de pedir sexo e, nós é só aceitar, é obrigatório*” (Osório, 2013, p. 5).

Esta fala demonstra como o exercício da sexualidade pode ser ensinado e vivido de forma violenta, fazendo parte do vasto conjunto de deveres que a mulher deve cumprir. No processo de socialização as mulheres são instruídas a serem pacientes e tolerantes para com as atitudes e desejos dos maridos. Elas devem assumir que é vergonhoso contar ou reivindicar algo que aconteça na relação conjugal. A atitude mais louvável é calar-se e assumir o seu sofrimento (Sagim et al., 2007).

As mulheres participantes do estudo de Diniz e Pondaag (2004) revelaram ter usado o silêncio como forma de evitar que os conflitos e brigas conjugais tivessem continuidade. Ficar calada é usado, portanto, como estratégia para evitar a violência. Diniz e Pondaag (2004) também constataram que, tendencialmente as mulheres recorrem a estratégias de enfrentamento de violência mais imediatas, em episódios que põem em risco a sua integridade física.

A atitude destas mulheres evidencia o quanto elas se sentem responsáveis pela manutenção dos relacionamentos na família. A concepção estereotipada de papéis masculinos e femininos leva as mulheres a admitirem que devem suportar sofrimentos causados pela vida conjugal e familiar, sacrificar-se pelo marido e principalmente pelos filhos (Diniz e Pondaag, 2004). A interiorização desse tipo de valor pode, futuramente, limitar as possibilidades de reagir perante actos violentos do marido por tratar-se de atitudes justificadas e explicadas pelas normas vigentes na sociedade.

Os rapazes, contrariamente, são preparados para assumirem posições de poder e, na vida adulta, espera-se que assumam a chefia da família. Prevalece a ideia do homem provedor da casa e tomador de decisões quanto às regras a serem seguidas (Osório, 2013). Em caso de desobediência por algum dos membros, na qualidade de chefe da família, é tolerado o recurso à violência para punir o infractor. Em algumas comunidades de Moçambique, é largamente aceitável que o homem devolva a mulher ao seu pai, se esta não corresponder aos seus ideais (Osório, 2013). Situação similar era permitida em alguns países ocidentais, em meados do século XX, se o marido comprovasse que sua mulher não era mais virgem, ou que a encontrou em situação de adultério (Iop, 2009).

A concepção de género como construção cultural nos leva a entender a violência conjugal não como um problema de natureza sexual das relações entre marido e mulher, mas como um fenómeno histórico, produzido e reproduzido pelas estruturas sociais de dominação de género e reforçado pela ideologia patriarcal. Por outro lado, a violência conjugal, por ser um subproduto da história de dominação de género, pode ser transformada ao se questionar e actuar nas bases sociais e culturais que a sustentam.

### **2.3.2. Teoria bioecológica e violência conjugal**

A teoria bioecológica de Bronfenbrenner (1996) sustenta que o desenvolvimento humano deve ser compreendido através da interação de quatro núcleos: a pessoa, o processo, o contexto e o tempo. Esse conjunto de dimensões é denominado modelo PPCT, sendo que cada letra deste acrónimo representa o termo.

A pessoa - de acordo com Bronfenbrenner (1996), as características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais da pessoa em desenvolvimento “eu ecológico” influenciam a maneira como se desenvolvem as interações com o ambiente, podendo facilitar a violência no casal. Bronfenbrenner (1996) dedicou uma atenção especial às características pessoais que os indivíduos trazem com eles para qualquer situação social, tendo-as subdividido em três tipos, assim denominados:

i) características da demanda – são aquelas que agem como um estímulo imediato para outra pessoa, tais como a idade, sexo, cor da pele, aparência física, entre outras. Essas

características podem influenciar as interações iniciais em função das expectativas que se formam instantaneamente;

ii) características de recurso – são características parcialmente relacionadas com recursos cognitivos e emocionais, por exemplo, experiências passadas, habilidades e nível de inteligência. Também fazem parte os recursos materiais e sociais, por exemplo o acesso à alimentação, à moradia, aos cuidados dos pais e às oportunidades educacionais inerentes a determinada sociedade;

iii) características de força – estas são relacionadas às diferenças de temperamento, motivação, persistência, entre outras. Duas crianças podem ter as mesmas características de recurso mas seguirem trajetórias muito diferentes, se uma delas for motivada a ser bem-sucedida e persistir nas tarefas, enquanto a outra, não sendo motivada, pode fracassar.

Cabe assinalar que, ao olhar a violência conjugal na perspectiva de género e bioecológica, estamos ao mesmo tempo problematizando a dimensão da pessoa, do processo, do contexto e do tempo. A socialização de género atribuiu ao longo da história valores diferentes ao lugar do feminino e do masculino, facto que reflecte questões estruturais da sociedade que legitimam o uso da violência.

O processo é o principal componente do modelo bioecológico (Bronfenbrenner, 1996). Ele relaciona-se com a maneira como a pessoa em desenvolvimento percebe ou dá significado aos eventos na sua vida. É neste núcleo que se estabelecem as relações dos parceiros entre si e com os outros sistemas. A vida conjugal é construída numa relação bi-direcional e, se o casal não for capaz de usar estratégias eficazes na resolução de conflitos que naturalmente acontecem, como ciúmes, diferenças de status entre o casal ou outros stressores externos, pode fomentar um relacionamento caracterizado por discussões que poderão resultar em agressão (Carvalho-Barreto et al., 2009).

O núcleo contexto é composto pela interação de quatro níveis ambientais: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. No microssistema, a família é o ambiente mais evidente, por se tratar do local onde são ensinadas e reproduzidas as prescrições sociais de género. A família também é o lugar onde geralmente ocorrem os episódios de violência conjugal. Ela pode ser, portanto, factor de risco como factor de protecção. Ela é responsável pelo processo de socialização da pessoa, por meio do qual esta adquire comportamentos, habilidades e valores desejáveis em sua cultura. As famílias nas quais



vigora uma hierarquia patriarcal são permeadas por normas que aprovam a dominação masculina na família.

O mesossistema é o conjunto de microsistemas frequentados activamente pela pessoa, como a igreja, o local de trabalho, a vizinhança, as redes sociais, entre outras. A afiliação religiosa exerce grande influência na formação de valores morais e em relação à ocorrência de violência. Ela pode funcionar tanto como factor de risco quanto de protecção. Medeiros (2010) constatou que mulheres sujeitas à violência conjugal são aconselhadas por líderes religiosos a terem fé e confiança em Deus, que haverá mudanças em suas vidas. Este tipo de ensinamentos concorre para que as mulheres permaneçam numa relação conjugal caracterizada por violência, em nome da união e do bem-estar da família, o que constitui um factor de risco para a continuidade de acções violentas.

O exossistema diz respeito às inter-relações dos microsistemas da pessoa em desenvolvimento com outros microsistemas dos quais ela não participa mas sofre influência, como a comunidade, a família e o local de trabalho dos pais ou do cônjuge.

O macrosistema, por sua vez representa os valores culturais e a ideologia que influenciam a definição de políticas e a concepção de leis de uma determinada sociedade. Dentre os factores sociais e comunitários, também merecem destaque como predictores da violência contra parceira íntima o desemprego, o baixo nível socioeconómico, o isolamento da mulher em relação à família de origem e outras redes de relacionamentos e a maior proporção de indivíduos com uma visão positiva da violência contra a mulher (OMS, 2012; Zacarias, Macassa, Svanstroom, Soares & Antai, 2012).

O núcleo Tempo, também designado cronossistema, refere-se às mudanças relacionadas ao tempo no indivíduo e no ambiente em que vive. Abrange as mudanças no ciclo de vida individual e familiar. Este panorama nos convida a pensar sobre os factores de risco presentes no nível individual e nos contextos familiares e sociais.

### **2.3.3. Teoria do ciclo de violência**

Segundo Hirigoyen (2006), um dos primeiros especialistas que estudou a violência conjugal foi Walker (1979). Ela estabeleceu que a violência conjugal manifesta-se frequentemente sob a forma de ciclos e instala-se progressivamente no casal, inicialmente

por meio da tensão e da hostilidade, nem sempre percebidas (Hirigoyen, 2006). O ciclo de violência é composto por três fases distintas, nomeadamente: acúmulo da tensão, explosão violenta e arrependimento ou lua de mel (Gallego e Garcia, 2011). A intensidade e o tempo de duração de cada uma das fases variam tanto para o mesmo subsistema conjugal quanto entre diferentes casais. Vejamos como ocorre cada fase:

**Fase 1- Acúmulo da tensão:** Esta fase é caracterizada pela tensão e irritabilidade do homem. Os incidentes de agressão são menores e transparecem através de mímicas, olhares agressivos ou pelo timbre de voz. Tudo o que a parceira faz o enerva (Hirigoyen, 2006). Nessas circunstâncias, a mulher agredida por temer que a situação se agrave, admite alguma responsabilidade pelo comportamento agressivo do marido. Ela esforça-se por ser carinhosa, e tenta desesperadamente evitar que a situação se agrave.

A aparente aceitação da agressão por parte da mulher incita o homem a reforçar a agressividade e a brutalidade. Os seus esforços para humilhar psicologicamente a mulher tornam-se mais agudos e as agressões verbais são mais hostis e duram cada vez mais tempo (Morabes, 2014). Os incidentes menores de agressão tornam-se mais frequentes e seus efeitos mais prolongados. Nessa altura, a mulher agredida já não consegue restaurar o equilíbrio devido à exaustão resultante da tensão constante. Ela geralmente evita o agressor temendo a possibilidade de agravar a situação.

**Fase 2 - Explosão violenta:** A tensão entre os dois parceiros torna-se insuportável e fora de qualquer possibilidade de controle. Então, ocorre a explosão violenta caracterizada por uma descarga incontrolável das tensões que se vinham acumulando na fase anterior. Em poucas ocasiões o comportamento da mulher agredida tem sido o evento que deflagra esta fase, geralmente um agente externo ou o estado interno do homem funcionam como catalisadores (Morabes, 2014). Esta autora assinala que na sua experiência as mulheres agredidas referem frequentemente como factores associados aos episódios de violência, o consumo de álcool, de drogas e os ciúmes por parte do agressor.

Segundo Morabes (2014) e Hirigoyen (2006), a antecipação do que pode suceder nesta fase, causa uma tensão psicológica severa na mulher agredida. Ela fica ansiosa, deprimida, queixa-se de sintomas psicofisiológicos, como a insónia, a perda de apetite, ou dormir e comer em excesso, fadiga constante, dores de cabeça, enfermidades estomacais, alta tensão arterial, reacções alérgicas na pele e palpitações do coração. Morabes (2014) ainda afirma

que de acordo com o repórter das mulheres agredidas, somente o próprio agressor pode pôr fim a esta fase. A mulher tenta apenas encontrar um lugar seguro para esconder-se uma vez que o terreno já vinha sendo preparado através de pequenos ataques perversos e, ela sente-se sem recursos e está bastante assustada (Hirigoyen, 2006 & Morabes, 2014).

Segundo Morabes (2014) quando o ataque agudo termina segue-se geralmente um choque inicial, negação e incredulidade em relação ao que realmente tiver ocorrido. Ambos os envolvidos procuram suavizar a gravidade das agressões, mesmo que tenha havido violência física, a mulher tendencialmente minimiza os ferimentos. A maioria das mulheres agredidas não busca ajuda no período imediatamente após o episódio a menos que estejam gravemente feridas e precisem de atenção médica.

**Fase 3- Arrependimento ou “Lua de mel”:** esta fase é caracterizada por um comportamento extremamente carinhoso, amável e de arrependimento por parte do agressor (Morabes, 2014 & Gallego e Garcia, 2011). As três autoras referem que nessa altura o casal vive um período não usual de calma. O agressor comporta-se de maneira encantadora e carinhosa, pede perdão, mostra arrependimento, suplica que a mulher o perdoe e jura que tal situação não voltará a acontecer. Hirigoyen (2006) assinala que nessa altura o homem está sendo sincero devido ao pânico que experimentou com a ideia de ter ido longe demais e a mulher poder vir a abandoná-lo. Ele acredita que não voltará a causar danos à mulher que ama (Morabes, 2014). O agressor também crê que dali em diante pode controlar o seu comportamento porém, isso não significa que ele não vai recomeçar tudo de novo.

De acordo com Hirigoyen (2006), tem sido prática frequente o homem acusar a mulher de ter sido ela quem provocou a sua ira, para livrar-se do sentimento de culpa ou, justificar o seu comportamento agressivo evocando motivos externos como a raiva, o consumo de bebida alcoólica, a sobrecarga de trabalho, entre outros. Com este tipo de atitude a mulher convence-se que se for mais atenciosa e modificar o seu comportamento, poderá evitar que seu companheiro se irrite novamente. Morabes (2014) afirma que o agressor esforça-se para convencer a todos os envolvidos que dessa vez está realmente decidido a transformar-se e inicia algumas ações para demonstrar a sua sinceridade.

De acordo com Gallego e Garcia (2011) e Morabes (2014) esta é a fase que mais impede que as mulheres rompam o ciclo de violência pois muitas delas, perante o episódio

ocorrido na segunda fase, avaliam de maneira realista a sua situação e concluem sobre a sua incapacidade de controlar o comportamento agressivo dos parceiros. Elas experimentaram a ira e o terror, sentimentos que as motivavam a considerar a necessidade de operarem grandes mudanças na sua vida, incluindo a possibilidade de pôr fim à relação. Quando os seus parceiros demonstram atitudes extremas de arrependimento e carinho, elas mudam de opinião e, nessas circunstâncias elas acreditam ingenuamente nas belas promessas e concedem o seu perdão perdendo assim a oportunidade de romper o ciclo de violência.

#### **2.3.4. Transmissão intergeracional da violência**

A família funciona como a primeira instituição responsável pela socialização do ser humano. É no contexto familiar que os indivíduos observam e desenvolvem as suas primeiras relações sociais, factos que condicionam o seu nível de desenvolvimento social, cognitivo e emocional através de processos de parentalidade e de socialização (Oliveira & Sani, 2009). Neste sentido, as experiências familiares da criança influenciam os seus comportamentos e atitudes em idade adulta. A exposição a conflitos construtivos, entre os pais, pode ser benéfica para o desenvolvimento psicológico infantil uma vez que a criança aprende a lidar e a gerir os conflitos, entretanto, a exposição a conflitos violentos entre os pais, provoca sofrimento na criança e pode condicionar a forma como esta percebe o mundo e o valor que atribui à vida (Machado & Gonçalves).

A reprodução de comportamentos violentos ao longo das gerações tem sido frequentemente explicada com base no modelo de aprendizagem social. De acordo com Oliveira e Sani (2009), este modelo aponta que a observância de comportamentos e modelos de conduta violenta, constituem pressupostos para a transmissão da violência intergerações. A teoria da aprendizagem social postula que o comportamento de cada indivíduo é determinado pelo ambiente em que este se insere, especialmente pelos membros de sua família, através de mecanismos de observação, reforço, modelagem ou coacção (Calheiros, 2006). De acordo com Gomes, Diniz, Araújo e Coelho (2007), indivíduos que foram vítimas ou testemunharam comportamentos de violência na família de origem apresentam uma maior probabilidade de virem a desenvolver comportamentos violentos no futuro ou a tolerar a violência nos seus relacionamentos.

Segundo a teoria de aprendizagem social, crianças repetidamente expostas a formas ineficazes de resolução de conflitos, por parte de seus pais, têm a oportunidade de observar, adquirir e gerar, também, métodos ineficazes de resolver os seus próprios conflitos interpessoais (Bandura, 1987) citado por Baptista, 2012). Tendencialmente, uma criança exposta à violência interpreta as interações que se desenvolvem entre as pessoas, com base na noção de que este tipo de conflitos violentos são inevitáveis, entendendo-os como cultural e socialmente aceites. De acordo com Amar, Kotliarenko e Llanos (2003), crianças expostas a esse tipo de vivências tendem a normalizar a conduta violenta, percebendo-a como um estilo de vida comum que concorre para estabelecer um estado funcional de equilíbrio num ambiente pouco favorável. Nesse contexto, a resolução de conflitos familiares de forma agressiva é vivida pela criança como uma experiência cotidiana significando que a solução de problemas pode ser alcançada através do uso de estratégias agressivas (Benetti, 2006, p. 263).

Os estudos de D'Oliveira et al., (2009) e de Contreras, Singh e Hellman (2011) constataram que a exposição à violência na infância aumenta a probabilidade de se tornar vítima ou perpetrador de violência na fase adulta. D'Oliveira et al., (2009) assinalam que crianças que presenciaram suas mães sendo agredidas pelos pais, podem, no futuro, ter reduzida a capacidade de se protegerem, além de considerarem a violência como algo natural no quotidiano dos relacionamentos amorosos. A aprendizagem intergeracional da violência apresenta algumas diferenças, de acordo com o sexo. Hernández e Gras (2005) constataram que frequentemente os rapazes, aprendem que a violência é uma estratégia eficaz de resolução de conflitos, cuja manifestação assegura uma posição de poder e privilégio no seio familiar, enquanto as meninas aprendem a adotar comportamentos de submissão e obediência.

De acordo com Fritz, Slep e O'Leary (2012) verifica-se uma tendência de os indivíduos reproduzirem comportamentos adoptados pela figura parental consistente com o seu género. Por outro lado, a estrutura familiar patriarcal naturalizou as agressões masculinas contra a mulher e a passividade feminina em relação a elas conservando-se assim o ciclo da violência e o poder masculino (Carvalho-Barreto et al., 2009). Estes autores ainda referem que mulheres que presenciaram em criança, a sua mãe a sofrer violência conjugal, se no futuro forem submetidas ao mesmo tipo de experiência, tenderão a tornar-se

impotentes à violência. Devido às suas vivências, essas mulheres tendem a considerar a violência como uma componente normal das relações íntimas.

Dada a complexidade do fenómeno de violência, Oliveira e Sani (2009) referem que o modelo de aprendizagem social apresenta algumas limitações para fundamentar a reprodução de comportamentos violentos ao longo das gerações. O postulado principal deste modelo é que os comportamentos humanos aprendidos baseiam-se na observação, na modelagem e no reforço. Os estudos não são conclusivos sobre a forma como as experiências de violência na família de origem induzem os indivíduos a adoptar comportamentos agressivos. Dutton (1999) constatou na sua pesquisa que uma parte significativa de pessoas que testemunharam violência na família de origem, na fase adulta, não pratica comportamentos violentos. Ademais, não existe ainda explicação para o facto de uma pessoa que sofreu violência familiar tornar-se perpetradora de agressão nos relacionamentos. De acordo com Kalmus (1984) citado por Oliveira e Sani (2009) foram notadas associações consistentes entre violência na família de origem e subsequente abuso nas relações íntimas, porém, não são suficientemente fortes para explicar cabalmente a transmissão intergeracional da violência.

#### **2.4. Violência conjugal e factores de risco associados**

Os factores de risco são eventos negativos que, quando presentes no contexto pessoal, relacional e social, aumentam a possibilidade de a pessoa apresentar problemas físicos, psicológicos e sociais (Poletto & Koller, 2011). A idade dos cônjuges está associada ao risco de praticar violência conjugal, todavia, não existe unanimidade entre os pesquisadores. Blanco, Riz-Jarabo, Vinuesa e Martin-Garcia (2004) assim como Alo, Oduşina e Babatunde (2012) indicam que a incidência de actos de violência aumenta com a idade. Os dados de Blanco et al., (2004) indicam que na Espanha, as taxas mais elevadas de violência se dão em mulheres de 44 a 64 anos. Na Nigéria, constatou-se que as experiências de violência aumentam progressivamente com a idade, dos 15-19 anos até aos 30-34 anos, sendo que a maior incidência se situa na faixa dos 25 aos 34 anos, começando depois a declinar (Alo et al., 2012). As diferenças de idades quanto à evolução de casos de violência entre estes dois contextos, pode estar relacionada à idade com que normalmente se inicia a vida conjugal.

Alo et al., (2012) sugerem que à medida em que a idade aumenta, as mulheres vão ganhando maior status social e, após os 34 anos, tornam-se menos vulneráveis à violência. Outro aspecto que pode concorrer para esta redução é o tempo de convivência do casal, pois, quanto mais longo, proporciona maior nível de compreensão entre os cônjuges. O estudo de Khatum e Rahman (2012) concluiu que ser jovem constitui factor de risco para as mulheres sofrerem violência praticada por parceiro íntimo, situação agravada pelos casamentos contraídos em tenra idade, facto muito comum, particularmente nas zonas rurais de Moçambique e outros países africanos (Arthur, 2010; Zacarias et al., 2012), o que contribui para elevar os casos de violência conjugal.

A relação entre o nível de escolaridade e a violência praticada pelo parceiro íntimo constitui outro factor de risco de natureza complexa. Deeke, Boing, Oliveira e Coelho (2009) indicam que a violência pode ser praticada ou sofrida por indivíduos com qualquer nível de escolaridade. No grupo por eles estudado, 33,3% das mulheres tinham o ensino fundamental incompleto, 26,7% concluíram este nível, e 20% tinham o ensino superior. Dentre os homens, 40% apresentavam ensino fundamental incompleto, 10% possuíam ensino fundamental completo; 26,7% tinham o ensino médio completo e 10% o ensino superior. De acordo com a OMS (2012), mulheres com baixo nível de escolaridade têm 2 a 5 vezes mais risco de sofrerem violência pelo parceiro íntimo que mulheres com alto nível de escolaridade.

Contrariamente, o estudo de Regassa (2012), constatou que, na Etiópia, as mulheres não alfabetizadas são menos propensas a sofrer actos de violência, comparadas às mulheres alfabetizadas. Por seu turno, Zacarias et al., (2012) concluíram que na cidade de Maputo, as mulheres com nível de formação médio ou superior, sofreram mais actos de violência, comparadas às que não sabem ler e nem escrever. A expectativa que se tem é que as mulheres com maior nível de educação sejam mais assertivas e encarem a relação conjugal com outras perspectivas e, conseqüentemente, os seus parceiros notam o seu poder e capacidade de controle ameaçados, o que os leva a recorrer à violência, como meio de se impôr.

Os dados apresentados parecem indicar que mulheres que não tiveram nenhuma educação formal, podem melhor corresponder às exigências culturais do ser mulher. Por essa via, elas podem ser totalmente obedientes aos maridos o que garante o exercício de domínio sobre elas. Vale ressaltar que é importante considerar as particularidades do contexto

cultural, social e familiar, uma vez que podem influenciar a maneira como as pessoas dão significado a alguns factos e dinâmicas presentes em suas vidas.

Em diferentes estudos, o uso nocivo de álcool é consistentemente associado à violência conjugal. Autores como Day et al., (2003), d'Oliveira, et al., (2009), Tavares (2010) e Alo et al., (2012) constataram uma forte correlação entre a ingestão de álcool e a perpetração de violência conjugal. Similarmente, o álcool também concorre para maior vitimização. Gil-González, Vives-Cases, Alvarez-Dardet e Latour-Pérez (2006) alertam-nos para uma análise cautelosa deste factor, uma vez que as evidências da presença de relação causal entre o uso nocivo de álcool e a violência conjugal são ténues.

A ingestão de álcool tende a reduzir as capacidades cognitivas, o que limita as capacidades individuais de negociação de modo a encontrar uma solução não violenta para os conflitos. As crenças individuais e sociais de que o álcool causa agressões, fazem com que os usuários se sintam desinibidos e livres de censura, o que pode encorajar comportamentos violentos e, a posterior, a negação de responsabilidades (WHO, s.d.).

Outra questão crítica entre os casais é a da tomada de decisões e a ideia da supremacia masculina. Pesquisa realizada na província de Gaza, no sul de Moçambique, mostrou como a hierarquia masculina é assumida nas comunidades estudadas, onde, tanto os homens como as mulheres foram unânimes em afirmar que “uma mulher não deve mandar quando um homem está presente” (Tvedton et al., 2010, p. 28). Nestas comunidades, as mulheres podem, com alguma liberdade, tomar decisões relacionadas com a saúde e a educação das crianças, embora em alguns casos necessitem de consultar os seus maridos, o que demonstra a centralização do poder na figura masculina.

Outra dimensão relacional que carrega um potencial explosivo diz respeito à forma como deve ser gasto o rendimento familiar. Os homens, por serem geralmente os provedores, tendem a querer ditar e controlar o uso dos recursos, subjulgando assim as mulheres ao seu controle. Esta situação de dependência constitui outro factor de risco importante.

O homem vê o trabalho como fonte de dignidade. O trabalho emerge como condição que lhe confere não apenas o sustento, mas a respeitabilidade diante da mulher, dos filhos e de outros homens e, na falta deste, uma forte carga negativa - pessimismo, baixa autoestima, insegurança é sentida por esses homens, factor que contribui para o desencadeamento da violência (Couto, Schraiber, d'Oliveira & Kiss, 2007). Numa sociedade em que a



participação da mulher no mercado de trabalho é mais aceitável, os parceiros são chamados a partilhar os afazeres domésticos.

O homem, ao envolver-se mais em actividades relacionadas com a educação dos filhos, com os cuidados com a casa, por exemplo, pode desenvolver outras formas de relacionar-se com a sua família que de igual modo lhe irão conferir uma relação de aceitação e respeito, que não seja determinada pelas suas capacidades financeiras. Neste sentido, alguns factores que fomentam situações de violência podem ser analisados segundo uma lógica circular em que o desemprego, ou a impossibilidade de corresponder às expectativas quanto ao papel cultural do homem, de provedor das necessidades materiais da família, representam o ponto de partida para desentendimentos entre o casal e insatisfação no relacionamento (Couto et al., 2007).

Couto et al., (2007) apontam que o impacto do desemprego e da privação sócioeconómica no abuso contra a mulher é mediatizado pelo aumento de conflitos entre o casal. A abordagem de género questiona os fundamentos da estrutura patriarcal que justificam o facto de os homens se tornarem violentos devido a pressões sociais como a pobreza, o desemprego e a má qualidade de vida (Alencar-Rodrigues & Cantera, 2012). Este fundamento perde sentido se atentarmos para o facto de que as mulheres vivem também sob as mesmas condições.

De acordo com a OMS (2012), múltiplas parcerias e infidelidade são também factores associados tanto à perpetração quanto à experiência de violência por parceiro íntimo. Os estudos de Abrahams, Jewkes, Hoffman e Laubsher (2004), e Johnson e Das (2009) constataram uma forte relação entre a infidelidade percebida pelas mulheres e a ocorrência de violência perpetrada por parceiro íntimo. Abrahams et al., (2004) e Johnson e Das (2009) afirmam que esses homens podem buscar parcerias sexuais múltiplas como fonte de status e auto-estima, relacionando-se superficialmente com suas parceiras sem o devido vínculo emocional. Esta situação sugere que homens que mantêm relacionamentos extra-conjugais, apresentam sérias dificuldades de se envolver amorosamente com as suas esposas, sendo esse um forte indício para desentendimentos entre o casal e o surgimento de violências.

### **2.4.1. Dimensões culturais e violência conjugal**

Na dimensão antropológica, a cultura refere-se a um sistema de signos e significados criados pelos grupos sociais. Ela “reproduz-se através da interação social dos indivíduos que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (Botelho, 2001, p. 74). A vivência de certas dimensões da cultura de alguns povos, tem propiciado a prática de violência contra a mulher.

Em algumas comunidades da África Sub-sahariana estudadas por Uthman, Lawoko e Moradi (2009); Alo et al., (2012) e Zacarias et al., (2012), considera-se justificável a prática de violência contra a mulher. Estes autores concluíram que a violência conjugal praticada contra a mulher, é amplamente aceitável, dependendo dos motivos. Essa opinião é partilhada por homens e mulheres, sendo as razões mais comuns, por ordem crescente as seguintes: replicar na discussão com o cônjuge, sair sem informar o marido e a negligência no cuidado com as crianças.

A violência conjugal pode ser interpretada como sinal de virilidade em alguns meios culturais. Estudo realizado pela OMS (2012) mostrou que em países da África subsahariana é consentido ao homem punir a mulher na falta de cumprimento das suas “obrigações”, relacionadas ao seu papel de esposa, mãe, dona de casa, de acordo com as expectativas socialmente construídas. A análise da aceitabilidade da violência contra a mulher deve portanto incluir, aspectos como a idade, o nível de educação, o status social, o acesso à informação e outras experiências individuais. Estes são componentes importantes que influenciam significativamente a forma de encarar a vida, e interferem na aceitação de algumas crenças culturais.

O isolamento social da mulher constitui outra condição propícia para a prática de abusos contra ela (Narvaz e Koller (2006). Segundo Garcia-Moreno (2000), um dos maiores preditores de sociedades com baixo nível de violência é a possibilidade de a família ou a comunidade intervirem nas disputas entre marido e mulher. Nesse tipo de sociedades, tanto a família como a comunidade sentem como seu direito e dever envolver-se na busca de soluções aos problemas do casal. Em culturas onde as relações entre marido e mulher são consideradas de âmbito privado, verifica-se um elevado nível de violência contra a mulher,

uma vez que os membros da família e/ou comunidade não interferem no relacionamento do casal, mesmo presenciando maus tratos.

Os padrões hegemônicos de masculinidade ressaltam como atributos essenciais de um homem os seguintes: ser forte, bem-sucedido, resistente, insensível e violento (Oliveira & Souza, 2006). No processo de socialização, os meninos são ensinados a reprimir suas emoções, mas, a raiva é dos poucos sentimentos que podem expressar com aprovação social (Aguilar & Diniz, 2010). Como consequência, resultam homens que vêem o perigo como algo emocionante, com falta de empatia e que adotam conduta violenta nos seus relacionamentos sem o mínimo de consideração aos direitos da mulher.

A tendência de negação dos direitos humanos à mulher está patente desde a primeira declaração dos direitos humanos. Eles foram pensados no masculino: Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (Safiotti, 1999). Assumia-se que bastava mencionar os direitos do homem, considerado protótipo da humanidade, estariam também contemplados os direitos das mulheres. A desigualdade de direitos que sempre colocou a mulher numa situação de desvantagem fez com que tudo, ou quase tudo, fosse feito sob medida para o homem, o que inclui a concepção de leis e outras normas sociais (Safiotti, 1999). O facto de a mulher, durante vários séculos, ter sido excluída do direito à educação, concorreu para que ela se mantivesse à margem do desenvolvimento. Os lugares cimeiros, tanto na vida privada quanto na pública, foram sempre ocupados pelos homens, desde os órgãos estatais até aos religiosos e, assim, tudo foi desenhado pelos homens em seu próprio benefício.

## **2.5. Violência conjugal e resiliência**

É importante identificar os factores de risco associados à violência conjugal. Nesse contexto, importa reflectir sobre os factores pessoais, relacionais, sociais e os recursos ambientais que possam contribuir para evitar que as pessoas permaneçam em situações de violência ou a romper o ciclo dessas atrocidades.

Uma das formas de manejo de circunstâncias adversas é o processo de resiliência. A resiliência é um conceito relativamente novo em psicologia. Ainda não existe uma definição consensual deste termo, dado tratar-se de um conceito ainda em construção.

Atinentes à conceitualização de resiliência, destacam-se duas correntes principais: uma que enfatiza uma perspectiva mais individualista, ao definir a resiliência como uma capacidade humana universal para enfrentar as adversidades da vida, superá-las e ser transformado por elas (Mota, Benevides-Pereira, Gomes & Araújo, 2006).

A outra corrente entende a resiliência como um conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que acontece, em dado período, e possibilita o desenvolvimento de uma vida sadia, apesar de um ambiente insano. Este processo resulta da combinação entre as características da pessoa e o seu ambiente familiar, social e cultural (Poletto & Koller, 2011). Deste modo, a resiliência não pode ser pensada como uma competência com a qual o sujeito nasce mas, de acordo com as circunstâncias, o indivíduo pode adquiri-la temporariamente em alguma fase do seu desenvolvimento. A resiliência é resultado de um processo interactivo entre a pessoa e o meio, que possui variação individual em função da resposta ao risco (Poletto & Koller, 2011).

Junqueira e Deslandes (2003) definem a resiliência como a capacidade do sujeito de, em determinados momentos e de acordo com as circunstâncias, lidar com a adversidade, não sucumbindo a ela. Estas autoras alertam para a necessidade de relativizar, em função da pessoa e do contexto o aspecto de “superação” de eventos potencialmente stressores. Deste modo, de acordo com Rutter (1987, p. 371) a resiliência “não pode ser vista como um atributo fixo no indivíduo”, pois “se as circunstâncias mudam, a resiliência se altera”. Diante do exposto, vale enfatizar a afirmação de Martineau (1999) referida por Yunes (2011) segundo a qual a resiliência é contingente/provisória, imprevisível e dinâmica.

De acordo com Junqueira e Deslandes (2003) o termo resiliência traduz conceptualmente a possibilidade de superação num sentido dialéctico, o que representa não uma eliminação, mas uma re-segnificação do problema. Para o caso de um stressor como a violência conjugal, o ponto de partida para o início do processo de resiliência é o significado que o acto tem para as pessoas envolvidas, bem como a interpretação que dela fazem no contexto em que ocorre.

Uma compreensão global de resiliência requer um complexo modelo interacional, no qual a família ocupa lugar de destaque (Yunes, 2011). Segundo a mesma autora, essa abordagem implica o estudo dos processos-chave de resiliência em famílias, organizando-

os em três domínios: sistema de crenças da família, padrões de organização e processos de comunicação.

O primeiro domínio é constituído pelo sistema de crenças que são a base do funcionamento familiar. As principais crenças associadas à resiliência incluem:

- i) A capacidade familiar de atribuir significado, normalizar e contextualizar a adversidade; ter um senso de coerência quanto à dificuldade e ao atribuir causas e explicações;
- ii) O olhar positivo: ter esperança e optimismo; coragem e encorajamento; iniciativa e perseverança; capacidade para confrontar o que é possível mudar e aceitação do que não pode ser mudado;
- iii) A transcendência e espiritualidade: amplos valores, propostas e objectivos de vida; fé, comunhão e rituais curativos; inspiração, visualização de sonhos e de novas possibilidades; transformação que significa aprender, mudar e crescer através das adversidades.

De acordo com Yunes (2011), o segundo domínio, nomeadamente o dos padrões de organização, diz respeito aos padrões considerados amortecedores dos choques familiares, e engloba os seguintes elementos:

- i) A flexibilidade, ou abertura para mudanças, isto é, para reformular, reorganizar e adaptar-se aos novos desafios; forte liderança que implica prover, cuidar, proteger e guiar; parentalidade cooperativa; igualdade na parceria nas relações entre casais.
- ii) A coesão é o segundo elemento que deve estar presente na organização familiar e inclui: apoio mútuo, colaboração e compromisso; respeito às diferenças, necessidades e limites individuais; busca de reconciliação e reunião em casos de relacionamentos conflituosos familiares.
- iii) Recursos sociais e económicos constituem o terceiro elemento. Nesse item é importante a capacidade de mobilização da família extensa e da rede de apoio social; a busca de modelos e mentores; a construção de segurança financeira.

Os processos de comunicação familiar compõem o terceiro domínio, na senda de Yunes (2011). Os factores desse domínio são:

- i) Clareza: mensagens claras e consistentes com as acções, além do esclarecimento de informações ambíguas e da busca da verdade.

ii) Expressões emocionais abertas: capacidade de compartilhar sentimentos variados; presença de empatia nas relações; assumir responsabilidade pelos próprios sentimentos e comportamentos, sem busca do culpado; manter interações prazerosas e bem humoradas.

iii) Colaboração na solução de problemas: tomada de decisões compartilhada; foco nos objectivos; proactividade, ou seja, prevenção de problemas, resolução de crises e preparação para futuros desafios. Estes processos podem estar organizados e expressarem-se de diferentes formas e níveis uma vez que resultam de diferentes constelações, valores, recursos e desafios presentes nas famílias (Yunes, 2011).

A resiliência pode ser desenvolvida através das relações de confiança e de apoio. Em relação às mulheres que sofrem violência conjugal, torna-se mais evidente o papel que as redes sociais devem desempenhar neste âmbito. Grossi, Tavares e Oliveira, (2008) definem as redes sociais como estruturas sociais constituídas por todas as relações significativas que uma pessoa estabelece no quotidiano, ao longo da vida. Cada pessoa é o centro da sua própria rede, que pode ser composta por familiares, vizinhos, pessoas amigas, conhecidas, colegas de trabalho e integrantes das organizações das quais participa, que podem ser políticas, religiosas, sócio-culturais, dentre outras. A violência conjugal ocorre numa relação afectiva, cuja ruptura demanda, geralmente, uma intervenção externa. Entretanto, importa salientar que em algumas circunstâncias, a actuação das redes sociais nem sempre tem sido benéfica.

Uma mulher, raramente consegue desvincular-se de um marido violento sem um auxílio exterior (Sagim et al., 2007 e Safiotti, 1999). Neste sentido, as palavras de Grossi, et al., (2008) ganham eco ao enaltecer o papel das redes sociais como factores protectores das mulheres em situação de violência conjugal. A rede de apoio social está associada à saúde e ao bem-estar do indivíduo. Ela constitui um factor essencial para o processo de adaptação a situações de stress e de susceptibilidade a distúrbios físicos e emocionais (Siqueira, Betts & Dell'Aglio, 2006). Contudo, tanto a família e as pessoas amigas, quanto as instituições que intervêm nesse tipo de situações podem operar como factores de risco. As famílias constituídas por muitos membros, onde se verifica a presença de violência, o consumo de álcool ou de outras substâncias psicoactivas não conseguem constituir-se em um ambiente saudável de modo a proteger os seus membros (Siqueira, et al., 2006). Os mesmos autores referem que na adolescência, de modo particular, há um distanciamento progressivo dos filhos em relação aos seus pais e um maior engajamento nas relações com grupos de pares

na busca da construção de identidade própria. No entanto, se o grupo apresentar comportamentos desadaptativos, poderá expor o adolescente a situações de risco aumentando a sua vulnerabilidade. Por outro lado, a intervenção legal desconhecendo os aspectos psicológicos envolvidos em situações de violência e as necessidades terapêuticas das famílias disfuncionais pode produzir um dano psicológico adicional à vítima (Habigzang, Azevedo, Koller, & Machado, 2006).

As redes sociais permitem o exercício da solidariedade em situações adversas. Nessa perspectiva, as mulheres sujeitas à violência conjugal e que possuem uma forte rede de relacionamentos (família, amigos, instituições) podem, por contarem com o apoio e suporte dessas redes, ser fortalecidas e influenciadas a tomar alguma atitude que concorra para pôr fim à situação de violência. Sagim et al., (2007) assinalam que nem todas as mulheres que denunciam a violência querem uma condenação para o marido. Elas buscam no apoio externo uma forma de levá-lo ao controle de seu comportamento agressivo.

## **2.6. Sumário da revisão da literatura**

Na pós-modernidade, a construção da conjugalidade é desafiada pelas mudanças que ocorrem na sociedade, em busca de igualdade entre os sexos, como resultado das lutas dos movimentos sociais, em especial, das lutas feministas. Actualmente, valoriza-se uma conjugalidade que pressupõe a instauração de intimidade e complementaridade entre os parceiros. No processo de construção dessa relação, a individualidade e a conjugalidade são duas dimensões sempre presentes. A dinâmica entre elas tem sido caracterizada por tensões devido à tendência de dar ênfase à individualidade, em prejuízo da construção de um projecto de vida conjugal.

Cada membro do casal traz para a relação uma herança específica da sua família de origem. Esta é outra dimensão propensa a fomentar desentendimentos entre o casal, pois, a construção do par conjugal implica um processo negocial para se estabelecer um contrato-base de funcionamento conjugal. Essas negociações levam por vezes a momentos de discórdias que podem redundar em violência, devido às concepções estereotipadas dos papéis socialmente aprendidos. As experiências dos cônjuges sobre os seus papéis na vida são marcadas pela dimensão de género. No relacionamento conjugal, a violência cometida contra a mulher é resultado das relações assimétricas fomentadas pelo sistema patriarcal que outorga ao homem uma posição de poder em relação à mulher.

A perspectiva de género questiona e problematiza valores culturais e sociais presentes nas relações interpessoais e sociais. No sistema patriarcal, o principal factor que sustenta e dá origem à violência conjugal é o uso do poder. Ancorado nessa ideologia, no relacionamento conjugal, o homem tende a exercer domínio sobre a mulher e espera que ela seja submissa e obediente. Se a mulher demonstrar sinais de autonomia, pode instalar-se um clima de tensão que tende a evoluir para situações de violência entre o casal.

A violência contra a mulher é um fenómeno complexo, cujas causas actuam de forma interdependente e, por isso, ela não pode ser entendida a partir de uma causa vista isoladamente. A combinação de diferentes perspectivas teóricas permite uma visão mais integrada e holística da dinâmica relacional violenta. Diante dessa realidade julgamos importante a complementaridade entre as teorias consideradas, nomeadamente: a perspectiva de género, o modelo bioecológico de Bronfenbrenner, a teoria do ciclo de violência e a transmissão intergeracional da violência, de modo a entender o fenómeno com base em diferentes facetas.

A violência contra a mulher traz consequências nefastas para a sua saúde física e mental. Pode também gerar desajustes nos filhos que vivenciam esse tipo de situação familiar. Diante deste cenário, e conhecidos os potenciais factores de risco associados à violência conjugal, mostrou-se pertinente reflectir sobre os recursos individuais e ambientais que podem ajudar as pessoas a contrariar a probabilidade de ocorrência de actos de violência. A psicologia positiva propõe um quadro teórico que tem no conceito de resiliência, entendida como um conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento de uma vida sadia apesar de um ambiente insano, uma das suas principais proposições.

A resiliência resulta da combinação entre as características da pessoa e o seu ambiente familiar, social e cultural. Ressalta-se aqui a importância das redes de relacionamento da pessoa que sofre violência que podem operar como fortes suportes para superar este tipo de adversidade. Uma mulher submetida à violência conjugal dificilmente consegue libertar-se dessa situação sem contar com o apoio externo. Assim, o processo de resiliência requer um complexo modelo interacional, em que as redes sociais, e de modo particular a família, são chamadas a desempenhar papel preponderante.

É responsabilidade da sociedade, como um todo, desenvolver acções tendentes a combater este grande mal social. Para o efeito, a partir das famílias, devem ser repensados os



modelos educativos diferenciados entre meninos e meninas, factor que propicia a construção e a manutenção das desigualdades de género. Os factores sociais e culturais também podem e devem ser modificados. Verifica-se, porém, a tendência de preservar algumas normas e crenças culturais que não estão em conformidade com a realidade actual.

Cabe questionar a relevância da manutenção de tais crenças, principalmente diante da luta por uma sociedade mais igualitária, onde os direitos humanos de homens e de mulheres sejam efectivamente respeitados. Os referenciais teóricos que sustentaram a construção do aporte teórico sobre a temática em estudo e, de modo particular, as produções sobre a violência conjugal, o modelo bioecológico, o género, o ciclo de violência e a transmissão intergeracional da violência contribuíram sobremaneira para a nossa compreensão a respeito das especificidades da violência conjugal, e conduziram-nos para uma melhor reflexão sobre o delineamento metodológico.

## **CAPÍTULO 3: METODOLOGIA**

### **Introdução**

Hoje, como nunca, a violência contra a mulher constitui um atentado contra a dignidade da pessoa humana e uma violação dos direitos humanos (Espíndola et al., 2004). No contexto da violência conjugal, a mulher passa por situações de humilhação, de privação, de agressão física, de abuso sexual e outras formas de atrocidades. Levando em conta que a violência conjugal carrega um potencial traumático, foi nossa preocupação identificar estratégias metodológicas que permitissem o acesso a dados mas sempre com respeito aos sentimentos das mulheres participantes do estudo. O processo de condução das entrevistas foi pautado pela consciência de que as participantes iriam debruçar-se sobre assuntos referentes a momentos difíceis das suas vivências com os parceiros.

O objectivo central desta pesquisa foi compreender dimensões da dinâmica conjugal e o processo de resiliência de mulheres que vivenciaram situações de violência conjugal. Assim, na escolha metodológica, foram tomadas providências para que o momento de escuta constituísse também um espaço terapêutico, particularmente para as mulheres que ainda não tivessem tido ocasião para exprimir os seus sentimentos. Em observância ao direito que toda pessoa tem à livre expressão e à opinião própria, foram acauteladas as especificidades culturais das mulheres e o não questionamento quanto às suas concepções de género.

Neste capítulo vamos apresentar o contexto de pesquisa e as participantes. Apontaremos também os procedimentos de pesquisa, dando especial atenção à descrição dos métodos, instrumentos de colecta de dados, e técnicas de análise. Merecerão menção as considerações éticas e as limitações do estudo.

### **3.1. Métodos de pesquisa**

Pelo seu delineamento metodológico, o presente estudo foi uma pesquisa descritiva de cunho quanti-qualitativo. A pesquisa descritiva permite detalhar as características do fenómeno em estudo e/ou estabelecer relações entre variáveis (Gil, 2002). Na pesquisa qualitativa os factos são interpretados a partir da significação que os participantes dão aos

seus actos. Em ciências sociais, os factos são significados sociais, cuja interpretação não pode ser reduzida a quantificações frias e descontextualizadas da realidade (Michel, 2005). Essa idéia é complementada por Minayo (2010, p. 57), ao afirmar que a pesquisa qualitativa “é o estudo das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefactos e a si mesmos, sentem e pensam”. A pesquisa qualitativa, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo dos fenómenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Assim, este estudo teve uma dimensão qualitativa uma vez que parte dos dados foi recolhida por meio de entrevista e foram interpretados tendo em consideração as falas e os significados que as participantes atribuem aos factos.

A pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo uso da quantificação, tanto na colecta de informações quanto no seu tratamento, através de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como as percentagens, a média, o desvio-padrão, às mais complexas, como o coeficiente de correlação, a análise de regressão, entre outras (Michel, 2005 e Richardson, et al., 2008). A pesquisa quantitativa garante a precisão dos resultados e evita distorções de análise e de interpretação, o que confere uma margem de segurança quanto às inferências (Michel, 2005 e Richardson et al., 2008). No presente estudo, a dimensão quantitativa envolveu a colecta de dados por meio do Teste de Identificação Familiar, os quais foram analisados com recurso a técnicas estatísticas.

A estratégia metodológica utilizada foi o estudo de caso, uma investigação empírica que estuda um fenómeno contemporâneo, no seu contexto real (Yin, 2005). Optamos pela forma de estudo de casos múltiplos, que permite a percepção do fenómeno estudado em diferentes perspectivas. Para o efeito, foram eleitos seis casos.

### **3.2. Contexto da pesquisa**

O estudo foi realizado na Associação Moçambicana de Assistência Psicossocial e Empoderamento às Vítimas de Violência Doméstica (CÁ-PAZ), localizada no Posto Administrativo da Machava, no Município da Matola, província de Maputo. Na assistência psicossocial a CÁ-PAZ usa um modelo denominado “Bons Vizinhos”. Trata-se de membros da comunidade que trabalham como agentes de promoção e defesa de direitos

das mulheres daquela comunidade. Os/as integrantes dos “bons vizinhos” são escolhidos/as na comunidade, em colaboração com as autoridades locais. Beneficiam de um treinamento, onde são capacitados/as para operar com três serviços, nomeadamente saúde, educação e autoridades policiais. O papel dos “bons vizinhos” é identificar, sensibilizar, dar apoio e encaminhar os casos de violência para a polícia ou para o Centro de Assistência (CÁ-PAZ, 2012).

### **3.3. Universo de pesquisa**

Segundo Richardson et al., (2008) constitui universo de pesquisa o conjunto de elementos que têm determinadas características, tais como: sexo, idade, raça, condição social, estado civil, cultura. Para este estudo, constituíram universo as mulheres que experienciaram violência conjugal e que receberam apoio psicossocial na CÁ-PAZ. Para a seleção do grupo-alvo, foram tomados em consideração os seguintes critérios de inclusão e de exclusão.

#### **3.3.1. Critérios de inclusão:**

- a) Ter experienciado violência, praticada por um parceiro íntimo, nos últimos dois anos;
- b) Ter denunciado a situação de violência;
- c) Ter recebido assistência psicossocial na CÁ-PAZ.

#### **3.3.2. Critérios de exclusão**

- a) Mulheres com experiência de violência conjugal ocorrida há mais de dois anos;
- b) Mulheres com experiência de violência conjugal que tenham sido assistidas a nível familiar ou por outras instituições que prestam apoio psicossocial.

#### **3.3.3. Participantes da pesquisa**

A amostra é um subconjunto do universo, submetida a uma observação comportamental em interação com as situações da vida (Richardson et al., 2008). Para este estudo, a amostra foi selecionada por conveniência, isto é, as informações foram obtidas de pessoas que estavam disponíveis e dispostas a participar do estudo (Mutimucio, 2008). Fizeram

parte da pesquisa seis mulheres, as quais foram contactadas durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2015, a partir dos dados registados na CÁ-PAZ.

### **3.4. Procedimentos do estudo**

O contacto com as participantes teve lugar na sede da CÁ-PAZ, onde é prestada a assistência psicossocial. As participantes foram devidamente esclarecidas sobre os objectivos do estudo, o sigilo das suas informações, e o respeito pela sua dignidade e liberdade de adesão à pesquisa. Após este esclarecimento, foi disponibilizado algum tempo de reflexão para que pudessem decidir sobre a sua participação. Posteriormente, foi-lhes facultado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para leitura individual e posterior assinatura (Anexo A). Para as participantes com dificuldades de leitura, a pesquisadora procedeu à leitura do Termo e fez uma explicação exhaustiva do seu conteúdo.

As entrevistas individuais foram conduzidas pela autora do presente estudo, tiveram duração máxima de duas horas e foram realizadas na CÁ-PAZ. As mesmas foram gravadas na íntegra, com consentimento das entrevistadas. Foi usado um gravador digital. Terminada a entrevista, as informações foram transferidas para um computador, cujo acesso era permitido apenas mediante a digitação de uma senha de segurança. Terminada a pesquisa, os ficheiros contendo essas informações foram destruídos. Para preservar a identidade das participantes, foram usados nomes fictícios. A parte final da entrevista foi dedicada à aplicação do Teste de Identificação Familiar.

### **3.5. Instrumentos de colecta de dados**

Para a consecução do presente estudo foram usados como instrumentos de recolha de dados a entrevista semi-estruturada e o Teste de Identificação Familiar (FIT).

#### **3.5.1. Entrevista**

A entrevista, é definida por Michel (2005), como um encontro entre duas pessoas ou mais, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. Foi usada a entrevista semi-estruturada, com questões abertas, contemplando dados básicos de identificação das participantes e outras dimensões relacionadas ao contexto de violência (Anexo B). Algumas participantes

tiveram dificuldades em conversar sobre alguns acontecimentos, particularmente sobre as recordações que lhes vinham do seu sofrimento. Foram observados cuidadosamente os sinais verbais e não verbais emitidos pelas participantes, para verificar a ocorrência de algum sinal de incômodo. Nesses casos, a conversa era alternada com comentários empáticos na intenção de promover o reconforto. Era sempre colocada a possibilidade de terminar a qualquer momento a sua participação, caso a entrevistada não se sentisse confortável para dar continuidade.

### **3.5.2. Teste de Identificação Familiar (FIT)**

O Teste de Identificação Familiar foi desenvolvido por Remschmidt e Mattejat (1999). Este teste busca identificar a percepção real e ideal das participantes acerca de diferentes membros da família, a partir da classificação de cartões que descrevem atributos de personalidade como: *seguro de si, independente, medroso, “de lua”, nervoso, satisfeito, tranqüilo, animado, comunicativo, atencioso e simpático*. O FIT também permite apurar o quanto a pessoa gostaria de ser semelhante a alguém da família (Anexo C). Neste estudo foram definidos como membros de referência para a aplicação do teste o parceiro, o pai e a mãe de cada participante. Nos casos em que esteve ausente a figura paterna foi notável, ao longo da entrevista, a presença de uma irmã, como figura significativa na vida da entrevistada. Assim, em substituição do pai foi considerada essa irmã, para a aplicação do FIT.

### **3.6. Análise de dados**

Os dados obtidos por meio das entrevistas semi-estruturadas foram analisados com recurso à estratégia de análise de conteúdo. Esta é definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que permitem a inferência de conhecimentos sobre o objecto de estudo (Bardin, 2009). O foco foram as falas das participantes da pesquisa e a significação que elas atribuíam ao fenómeno da violência conjugal. A dimensão qualitativa da análise de conteúdo supera a mera abrangência de conteúdo manifesto da mensagem, mediante a inferência. A análise de conteúdo permite alcançar uma interpretação mais aprofundada (Bardin, 2009). Optamos pela modalidade de análise temática, que consiste na descoberta de núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença tenha significado para o objecto em análise (Minayo, 2010).

O processo de análise das entrevistas obedeceu ao que Bardin (2009) estabelece como sendo as fases inerentes a este tipo de análise, nomeadamente:

- a) Leitura flutuante das transcrições das entrevistas, para a familiarização com a mensagem dos textos;
- b) Releitura do material, para identificar palavras ou expressões significativas de modo a permitir a organização das falas;
- c) Organização das verbalizações por temas identificados;
- d) Interpretação das falas com base no referencial teórico anteriormente considerado.

No processo de análise das entrevistas foram apuradas as seguintes categorias: contexto de violência, tipos de violência experienciados, mecanismos usados pelas mulheres para lidarem com a violência, posicionamento dos parceiros, presença e papel das redes sociais e acções do serviço público. Esta categorização de temas resultou das falas das entrevistadas pertinentes aos objectivos da pesquisa.

A aplicação do FIT permitiu a comparação entre a percepção real e ideal da participante sobre si mesma e sobre os diferentes membros da família considerados no estudo. A identificação real envolve o quanto a pessoa se considera semelhante a alguém, e a identificação ideal indica o quanto essa pessoa gostaria de ser semelhante ao membro da família considerado no estudo, mediante a observação das correlações entre as características descritas. Para o efeito, o coeficiente de correlação de Pearson foi a medida usada para avaliar o grau de relação linear entre as variáveis: *seguro de si, independente, medroso, “de lua”, nervoso, satisfeito, tranquilo, animado, comunicativo, atencioso e simpático*. As correlações foram assim classificadas: correlação forte negativa (-1,0 a -0,8); correlação moderada negativa (-0,7 a -0,4); correlação fraca (-0,3 a 0,3); correlação moderada positiva (0,4 a 0,7) e correlação forte positiva (0,8 a 1,0).

### **3.7. Considerações éticas**

A fim de salvaguardar os direitos das participantes, no decurso deste estudo foram observados os princípios éticos que regem actividades de pesquisa que envolvam seres humanos. A pesquisa teve aprovação do Comité Institucional de Bioética para a Saúde, da Faculdade de Medicina e Hospital Central de Maputo, pelo parecer registado sob o nº CIBS FM & HCM/70/2014 (Anexo D).

### **3.8. Limitações da pesquisa**

Durante a realização do estudo foram identificadas as seguintes limitações:

- a) Escassez de dados de pesquisa referentes ao contexto cultural africano e, de modo particular, o moçambicano;
- b) Indisponibilidade de algumas mulheres, previamente seleccionadas, para participar do estudo;
- c) Fraco conhecimento da língua portuguesa por parte de algumas das participantes, factor que dificultou a condução das entrevistas.

Importa notar que a proposta inicial da amostra era de sete mulheres. Devido às dificuldades encontradas no processo, uma das entrevistas foi conduzida em língua local e, pela qualidade das informações obtidas, não foi validada para a análise de dados.



## **CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Introdução**

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os dados obtidos pela aplicação dos instrumentos enunciados no capítulo anterior. À luz das contribuições teóricas descritas no capítulo da revisão de literatura será feita uma confrontação dos dados ora colectados a fim de se inferir os principais resultados em relação aos casos em análise neste estudo.

### **4.1. Apresentação de Casos**

Foram realizados seis (6) estudos de caso com mulheres que foram atendidas na sede da CÁ-PAZ, onde é prestada a assistência psicossocial. Cada caso foi descrito individualmente para depois serem apontados os elementos comuns bem como os específicos de cada experiência.

#### **4.1.1. Caso Rolela**

Rolela tem 35 anos e concluiu a 5ª classe do ensino primário. Ela possui um pequeno negócio informal – vende maçaroca assada, o que lhe garante uma renda mensal que não perfaz um salário mínimo. O parceiro tem 38 anos. Rolela não tem certeza se ele concluiu a 6ª classe do ensino primário. Na ocasião da entrevista ele trabalhava como motorista de transporte semi-colectivo de passageiros. Ele auferia um rendimento mensal equivalente a um salário mínimo. O casal coabitava há 15 anos, em união de facto, uma vez que não houve nenhuma formalização da sua relação. O casal tem um filho que, na época, tinha 13 anos e uma filha que tinha 10 anos.

Rolela contou que quando se juntaram, no ano 2000, viveram inicialmente em casa dos pais do marido, durante dois anos. Na época, o marido não tinha emprego. Fazia alguns biscates. O sogro dela tem duas mulheres e chegou uma altura em que já não conseguia sustentar a família. Como forma de minimizar as despesas convidou o casal Rolela a deixar a casa paterna.

O marido possuía um terreno que lhe fora oferecido pela avó. Então, foram estimulados a construir a sua habitação nesse espaço. A muito custo, iniciaram a obra e, mesmo antes de

terminá-la, o sogro lhes forçou a saírem de casa. Rolela pediu ajuda aos seus familiares para completar algumas partes da casa, de modo que ficasse habitável e assim passaram para a sua actual residência.

Rolela não teve experiência de maus tratos na infância. Ela perdeu o pai aos sete anos e passou a viver em casa de uma irmã mais velha, até conhecer o parceiro. A irmã estava casada e não havia situações de violência entre ela e o marido.

#### **4.1.1.1. O contexto de violência**

O marido de Rolela trabalhou como cabeleireiro, na própria residência, numa actividade de auto-emprego. Passados dois anos, conseguiu empregar-se numa empresa de segurança. Nessa empresa teve uma promoção e passou a trabalhar como motorista do director geral da empresa, o que resultou em um aumento do vencimento. Passou a ter acesso a carros de luxo e a sua vida mudou. Ele conheceu outras mulheres e passou a ausentar-se de casa aos fins de semana. Deixou de contribuir para a manutenção da casa e para outras despesas familiares.

As ausências passaram a ser mais prolongadas, incluindo alguns dias de semana. Rolela vinha sofrendo violência desde a altura em que o marido passou a estabelecer novos relacionamentos amorosos. Isto condiz com dados da OMS (2012), de Abrahams et al., (2004) e de Johnson e Das (2009), que apontam a infidelidade como factor preditivo de violências. Segundo o depoimento de Rolela, numa das discussões com o marido, este afirmou: *“tenho uma mulher que me satisfaz, (...) ao receber o meu dinheiro estou a comer, curtir e mostrar-te que ando em carros caros”*.

O acesso a melhores condições de vida pelo parceiro de Rolela marcou o início de desentendimentos entre o casal. Este facto contraria parte da literatura que aponta que a precariedade das condições económicas constitui factor preditivo para o surgimento de conflitos entre o casal (Couto et al., 2007). A melhoria das condições salariais do parceiro de Rolela e a posse de uma viatura permitiram-lhe o acesso a mulheres com quem passou a gastar o dinheiro, em detrimento de investir no bem estar da família. Esta é uma clara manifestação do paradoxo individualidade/conjugalidade, onde os interesses pessoais do marido de Rolela se sobrepunham a um projecto de vida conjugal (Menezes & Lopes, 2007).

O marido de Rolela abusava do privilégio de ter acesso aos carros de luxo e se permitia usá-los sem a devida autorização dos gestores da empresa. Aos fins de semana, conduzia depois de consumir bebidas alcoólicas, situação que resultou em um acidente com o carro. Devido a essa falta de responsabilidade, ele foi processado e acabou perdendo o emprego nessa empresa. Desde então, acusa a mulher de ter rogado praga para ele. *“Ele e a família dizem que eu sou feiticeira, sou eu que estou a lhe fazer não trabalhar”* – desabafou a Rolela durante a entrevista.

#### **4.1.1.2. Tipos de violência experienciados por Rolela**

O marido de Rolela praticava violência psicológica, ao desvalorizar as suas qualidades como mulher. Numa das discussões, o marido afirmou: *“eu nem te olho como uma mulher”*. Por diversas ocasiões o marido a insultou e chamou-lhe nomes feios. O marido, também exercia um forte controle sobre ela. Havia períodos em que passava vários dias fora de casa, coabitando com outras mulheres. Nesse contexto, às vezes ele aparecia a altas horas da noite ou de madrugada para espiar se ela estaria na companhia de algum homem. Também usava a filha para se informar sobre os movimentos dela, tendo oferecido um telefone celular à menina, para facilitar essa comunicação.

Rolela teve experiência de violência sexual, pois o marido tentou forçá-la a manter relações sexuais, contra a sua vontade. Ele a acusava de não o satisfazer sexualmente, numa altura em que Rolela estava grávida do seu segundo filho e encontrava-se em estado bastante avançado. Graças a esse espírito protectorio de Rolela, o bebé nasceu em bom estado de saúde. Em outras ocasiões, Rolela sofreu agressões físicas na forma de espancamento e numa das vezes o marido tentou estrangulá-la, apertando-a o pescoço.

Além dessas formas de violência, Rolela também experienciou violência patrimonial. O marido impedia o acesso de Rolela ao quarto do casal. Como ela passava praticamente o dia no negócio fora de casa, quando entendia, o marido substituía a fechadura da porta do quarto do casal e levava consigo as chaves. Quando ela chegasse do trabalho e encontrasse essa situação, ligava ao marido a pedir que fosse abrir a porta. A resposta era sempre: *“não vale a pena porque estou muito longe de casa”*. Nesses casos, Rolela via-se obrigada a recorrer às autoridades policiais para intervirem no sentido de o marido ir abrir a porta.

O sogro, a sogra e a cunhada de Rolela contribuíam para a agudização do conflito entre o casal, numa clara manifestação de falta de empatia e solidariedade com a mulher que sofre violência. Mostravam-se preocupados em reforçar as atitudes do agressor (Diniz, 2013). O marido e seus familiares exigiam que ela deixasse a casa, com alegação de que fora construída num terreno da família e, por isso, ela não tinha nenhum direito sobre ela. Referindo-se a essa interferência Rolela afirmou: *“eu tenho muitos “maridos” naquela casa, qualquer um que entende vem me agredir”*.

Os desentendimentos do casal são, geralmente, considerados de âmbito privado em algumas comunidades de Moçambique. Por essa razão, pessoas da família e/ou vizinhos evitam intervir nesse tipo de brigas. No caso de Rolela, os familiares do marido juntavam-se a ele para cometerem mais actos de violência, sem se importarem com a situação dos filhos/netos ainda menores. Ademais, o sogro e a sogra acobertavam as infidelidades do filho, cedendo-lhe espaço para se encontrar com as amantes.

Apesar de Rolela encontrar-se a morar com o marido na casa que o casal construíu, o sogro criticava-a em relação aos cuidados com a casa. Certa vez, alegando que estava a ajudar a organizá-la, queimou um colchão em que dormia uma das crianças, com o pretexto de que este era muito antigo. Rolela participou o facto às autoridades policiais e, quando o sogro foi interrogado respondeu: *“é porque essa aí não sabe fazer limpeza e eu estava a ir fazer limpeza”*. No entanto, ele não deixou outro colchão em substituição ao que alegadamente estava velho.

#### **4.1.1.3. Estratégias usadas por Rolela para lidar com a violência**

Uma vez iniciado o clima de violência, Rolela ficava calada. Em uma de suas falas ela afirmou: *“quando meu marido começava a fazer confusão eu calava para não ter muito barulho”*. Este posicionamento confirma os resultados do estudo de Diniz e Pondaag (2004) em como a atitude de ficar calada tem sido usada por mulheres que sofrem violência como estratégia para evitar que a violência se agrave. Numa das brigas, o marido apertou o pescoço de Rolela e, quando ela sentiu que estava a ficar sufocada, mordeu um dos dedos do marido. Em referência a essa situação ela afirmou: *“cheguei a morder-lhe o dedo até sangrar, porque vi que ele estava para me matar”*. Esta atitude de Rolela corrobora com certa literatura, segundo a qual as mulheres usam estratégias imediatas de

enfrentamento de violência, em episódios que põem em risco a sua integridade física e a sua própria vida (Diniz & Pondaag, 2004).

Algumas concepções estereotipadas sobre os papéis de género estavam presentes na narrativa de Rolela. Ela sentia necessidade de preservação do status de mulher casada e assumia a posição de que a mulher deve sacrificar-se pelo bem-estar dos filhos, o que confere com os dados da pesquisa de Diniz e Pondaag (2004). Essas crenças fizeram Rolela permanecer nessa situação de violência, o que é evidenciado nas seguintes falas: *“eu não quero brincadeiras de amanhã andarem a me dizer que ela é prostituta, porque eu saí do lar”, (...)* *“estou aqui a sofrer por causa dos meus filhos” (...)* *“eu prefiro morrer aqui e os meus filhos vão saber que a mamã tentou cuidar da nossa vida”*.

Ela sentia-se de mãos atadas. Entendia que ao assumir uma separação do marido, isso implicaria a perda do status socialmente valorizado na cultura - o de mulher do lar, e passaria a ser vista como uma mãe solteira. Esse é um status indesejado, segundo as normas de algumas comunidades moçambicanas.

Na ideologia patriarcal, está subjacente a ideia de que uma mulher que viva na companhia de seus filhos e sem marido, é de índole duvidosa. Esse entendimento concorre para que algumas mulheres continuem presas a um casamento que só lhes traz sofrimento, apenas em troca de um bom nome. Rolela também se achava a responsável por propiciar aos filhos uma condição de vida mais aceitável, o que passava pela manutenção da família unida. Essa postura aparece como resultado da socialização dirigida à mulher. Diante dessa expectativa cultural de género, ela sentia-se na obrigação de seguir o seu “destino”, ou seja, sofrer e suportar os dissabores advindos da vida conjugal, marcada pela violência, para preservar sua dignidade e status como mulher do lar e o status social de seus filhos.

A religiosidade manifesta por Rolela pode ser entendida como um factor de resiliência e de risco. Por um lado constituía sua força interior, que a ajudava a continuar seguindo a vida e a acreditar que melhores dias viriam; por outro, parecia remetê-la a uma situação de inércia, em que investia em poucas acções para minorar o seu sofrimento. Esse processo paradoxal fica evidente na seguinte afirmação: *“eu me encorajo e entrego os meus problemas a Deus. Ele é a resposta”*. O sistema de crenças e a espiritualidade constituem elementos importantes dos processos-chave de resiliência (Yunes, 2011). Esses factores podem também contribuir para colocar a vida de mulheres em situação de risco de

violência. Cabe mencionar que esse pronunciamento corrobora dados da pesquisa de Medeiros (2010).

A autora indentificou que líderes religiosos, também marcados pelas crenças patriarcais, tendem a inculcar nas crentes que, pela fé, tudo tem solução em Deus. Enquanto Rolela esperava pelo milagre que viria operar as mudanças necessárias no seu relacionamento com o marido, a sua saúde podia vir a ser arruinada, e ela poderia até chegar a desenvolver doenças somáticas e mentais. Mais ainda, ela também poderia vir a ser morta.

Depois de uma ausência de cerca de quatro meses, o marido de Rolela, voltou para casa e quis retomar o seu relacionamento com a esposa. Ela exigiu que, antes, os dois fossem fazer teste de soropositividade para HIV e outras doenças venéreas. O marido recusou-se. Devido a isso, por temer ser infectada por doenças sexualmente transmissíveis, Rolela não aceitou manter relações sexuais com ele. No momento da pesquisa, Rolela revelou que eles dormiam em camas separadas.

Essa atitude de Rolela demonstra alguma autonomia ao conseguir pensar nela em primeiro lugar, e deixar de priorizar as necessidades do marido. Ela mostrou preocupação em preservar a sua saúde, rompendo com um dos preceitos da ideologia patriarcal, em que a mulher tem a obrigação de satisfazer sexualmente o marido.

Pelo facto de os actos de violência terem sido contínuos, Rolela denunciou o caso. Inicialmente, as autoridades locais foram lidando com os conflitos deste casal. Porém, como não se registavam melhorias, o mesmo foi encaminhado às autoridades policiais. Rolela disse que tinha esperança que um dia estes problemas fossem solucionados.

Rolela também verbalizou o desejo de ter um novo relacionamento, o que foi manifestado nos seguintes termos: *“sou uma pessoa que tenho sangue. Peço ajuda, o que é que faço para satisfazer a minha vontade, sou uma pessoa também”*. *“Estou a pedir separação”*. Nessas falas pode ser reconhecida uma forte crença de Rolela acerca de novas possibilidades de vida. Fica evidente um desejo de mudança, a partir da adversidade vivida. O significado que ela atribui à situação que vem vivendo, dá-lhe uma força interior de procurar novas perspectivas de vida. Ela percebeu que já não podia contar com aquele homem como seu parceiro, uma vez que ele a desvalorizava e maltratava.

Em suma, verifica-se que Rolela recorreu às seguintes estratégias: a atitude de ficar calada perante as provocações do marido, a aceitação de sacrifícios para preservar o status de mulher do lar e o bem estar dos filhos, a crença em Deus como onipotente e o instinto de sobrevivência.

O relato sobre as estratégias usadas por Rolela no enfrentamento da violência evidencia a presença de alguns elementos dos processos-chave de resiliência: religiosidade, capacidade de autonomia, e o olhar positivo (Yunes, 2011). O sentido de religiosidade constituiu uma grande motivação para ela continuar a acreditar que a sua vida tinha algum sentido. A sua capacidade de autonomia contribuiu para ela proteger a sua saúde e prevenir a possibilidade de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis. O olhar positivo em relação ao futuro, leva-a acreditar em novas possibilidades de reorganizar a vida, ao manifestar o desejo de estabelecer novo relacionamento.

#### **4.1.1.4. Posicionamento do parceiro de Rolela**

As atitudes do marido de Rolela mostraram a presença de uma adesão rígida aos papéis tradicionais de género, reflectida na concepção de que a mulher é propriedade do marido e, por essa razão, deve estar à inteira disposição para satisfazê-lo sexualmente (Osório, 2013). Rolela foi violentada pelo marido por ter negado praticar relações sexuais em uma situação em que se encontrava grávida, já em estado bastante avançado.

O marido, influenciado pelas ideias de dominação masculina, minimizou os sentimentos e as dificuldades da companheira, nos seguintes termos: *“essa aí não me satisfaz, grávida grande não é nada”*. Esse tipo de pronunciamento revela que o marido não reconhecia o direito de a mulher exercer a sua sexualidade de forma livre. Em sua opinião, Rolela devia ter ignorado a sua condição e, contra todos os riscos, sacrificar-se para satisfazer os seus caprichos. Dessa forma ela teria cumprido cabalmente as suas obrigações de esposa.

Como será referido na secção 4.1.1.6 da presente dissertação, em dada ocasião, o marido da Rolela foi judicialmente notificado a pagar uma pensão alimentícia. O parceiro de Rolela recusou-se a pagar a pensão decretada pelo tribunal e, grosseiramente disse à mulher: *“vai lá dizer no tribunal que eu não quero pagar (...) eu não vou pagar essa pensão”*. Ficou evidente que apesar da intervenção da instância de justiça, ele manteve a situação de privações a que vinha submetendo a família. O parceiro de Rolela pode ter

agido daquela forma para demonstrar a autoridade que ele possuía sobre a família, e para afirmar o direito de administrar o rendimento familiar, assuntos sobre os quais ninguém podia obrigá-lo a mudar de posição. Essa atitude é suportada por algumas normas numa sociedade patriarcal, como é o caso da região onde o estudo foi realizado.

#### **4.1.1.5. Presença e papel da rede social**

A Rolela contava com uma rede de relacionamentos que incluía algumas pessoas da sua família, o pessoal da instituição de atendimento e a igreja. Ela tinha a irmã mais velha como sua confidente e como uma segunda mãe, pois Rolela havia morado com ela a partir dos sete anos. Ela referiu que recebeu diversas formas de apoio de seus familiares. Os membros da sua família de origem estiveram envolvidos, em várias ocasiões, na busca de soluções para os problemas que ela vinha passando no seu relacionamento com o marido. Sempre que precisava, também encontrava na CÁ-PAZ pessoas disponíveis para ouvir as suas preocupações, mesmo que fosse através de uma chamada telefónica. Rolela mantinha uma forte amizade com uma irmã da igreja, de quem recebia muitos conselhos. Foi graças a isso que ela aprendeu a controlar-se mediante as provocações do marido.

#### **4.1.1.6. Acções do serviço público**

Na análise deste caso, duas questões chamaram a nossa atenção sobre a actuação do serviço público. Apesar de Rolela ter denunciado por diversas vezes a situação de violência a que era submetida pelo marido, nenhuma medida foi tomada para protegê-la. Em uma dessas ocasiões o tribunal deliberou que o marido pagasse uma pensão alimentícia para os filhos, mas ele não cumpriu com essa decisão. Rolela comunicou ao tribunal sobre essa falta de cumprimento, porém nenhuma acção foi movida para o obrigar a cumprir a decisão judicial. Esse facto demonstra uma inefectividade no funcionamento de algumas instituições do sistema judicial.

Outra questão que merece atenção é o facto de os profissionais responsáveis pelos serviços tenderem a compartilhar ideias baseadas na desigualdade de gênero, o que pode gerar atitudes influenciadas pelos mitos e crenças populares a respeito da violência contra a mulher. Esse tipo de atitude pode significar a falta de conhecimento sobre os aspectos psicológicos envolvidos em situações de violência e a necessidade terapêutica das famílias



disfuncionais, podendo ocasionar um dano psicológico adicional à mulher que sofre violência (Habigzang et al., 2006). Trata-se de uma situação constrangedora, em que os profissionais que deviam agir em prol da efetividade da lei posicionam-se do lado do agressor. É caso para questionar e perguntar - quem zela pelo respeito aos direitos das mulheres que sofrem violência?

#### 4.1.1.7. Resultados do Teste de Identificação Familiar

Numa outra etapa do estudo, e em obediência à metodologia estabelecida, Rolela foi submetida ao Teste de Identificação Familiar (FIT). Os resultados do teste indicaram uma autocongruência forte de 0,94, o que significa que a imagem real de Rolela coincide com o modo como ela gostaria de ser. Rolela apresenta uma identificação moderada negativa com o parceiro (-0,4) conforme a Figura 1.

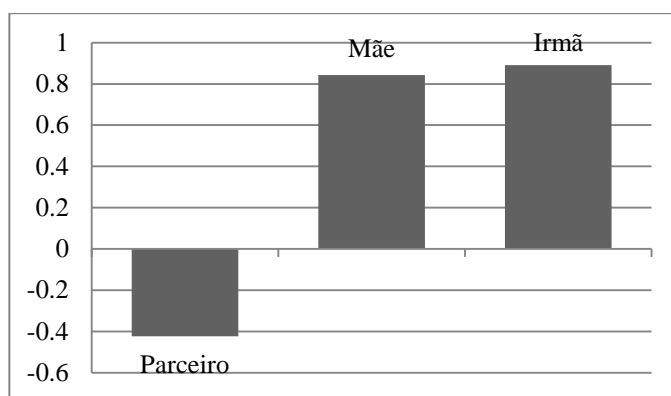
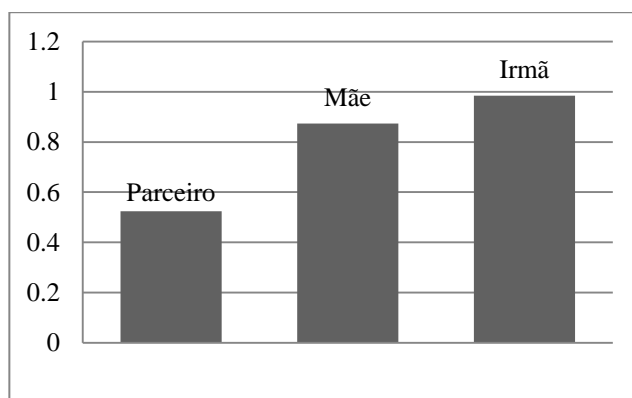


Figura 1: Identificação real de Rolela

Os dados do teste indicaram que Rolela atribuiu ao parceiro pontuação mínima nas características “independente”, “atencioso” e “simpático”. Ela também atribuiu pontuação baixa nas seguintes características: “satisfeito”, “seguro de si” e “compreensivo” (Anexo E). De acordo com os dados do teste, Rolela se percebe como tendo essas características bem desenvolvidas. Quanto aos factores de risco para sofrer violência, Rolela se acha o oposto do seu parceiro. Cabe aqui questionar se nas relações humanas também se verifica a lei de Coloumb, segundo a qual os opostos se atraem.

Rolela tem com a mãe e com a irmã uma correlação forte positiva de 0,84 e 0,89 respectivamente (Figura 1). Essa tendência é mais acentuada em relação à irmã, o que significa que a tem como modelo.

A figura 2 mostra as correlações entre a identificação ideal de Rolela com pessoas importantes na sua vida. Foi aferida a identificação ideal com o parceiro de Rolela (0,52), uma correlação moderada positiva. Foi interessante constatar que Rolela gostaria que ela e o parceiro tivessem algumas características comuns.



**Figura 2: Identificação ideal de Rolela**

Rolela gostaria que ambos tivessem as seguintes características: “seguro de si”, “animado”, “independente”, “atencioso” e “simpático” (Anexo E). Essa constatação leva-nos a inferir que Rolela buscava e desejava um parceiro que a complementasse. Todavia, nota-se que as características das suas individualidades quase nada tinham em comum. A presença desse tipo de diferença numa relação afectiva pode ser um indicador de insatisfação no casal. Tal insatisfação tendencialmente pode influenciar a ocorrência de conflitos que, mal geridos podem culminar em actos de violência.

A identificação tanto com a mãe (0,87) quanto com a irmã (0,98) é forte e positiva. Esse dado revela que Rolela gostaria de ser parecida com a mãe e com a irmã, particularmente quanto ao ser uma pessoa tranquila, satisfeita, simpática, segura de si e comunicativa (ver Anexo E). Tanto na situação real como na ideal, Rolela tem a irmã como modelo de vida a seguir.

#### **4.1.2. Caso Teasse**

Teasse é uma mulher de 43 anos que tem como nível de escolaridade a 8ª classe do ensino secundário. Ela não se lembra da idade do marido, mas ele é mais velho em relação a ela. Ele estudou até a 5ª classe do ensino primário. Na altura da entrevista o parceiro de Teasse

trabalhava como funcionário público e auferia cerca de um salário mínimo. Enquanto vivia com o marido, Teasse não trabalhava, pois, ele não lhe permitia. Depois da separação começou a trabalhar como empregada doméstica. O seu rendimento é abaixo de um salário mínimo. Nem Teasse nem o marido consomem bebidas alcoólicas.

Teasse estava no seu segundo relacionamento conjugal, em virtude do falecimento do primeiro marido. Da primeira relação teve cinco filhas e um filho que é o caçula. Enquanto coabitava com o último parceiro estava com os três filhos mais novos. Este parceiro tem uma história relacional marcada por separações sucessivas. Teasse foi a sua sexta mulher. Ele teve filhos e filhas em relacionamentos anteriores. Quando os dois se conheceram, passaram a morar juntos sem cumprirem nenhuma formalidade. Coabitaram durante quatro anos e não tiveram filha(o). No momento da entrevista encontravam-se separados. Teasse não teve experiências de maus-tratos na sua infância.

#### **4.1.2.1. Contexto de violência**

Teasse revelou na entrevista que os desentendimentos entre o casal tinham começado em 2012. O marido desaparecia de casa e passava vários dias sem voltar. Também não cuidava do sustento da família. No momento em que Teasse questionou sobre suas ausências constantes e pelo facto de ele não lhe dar dinheiro para as despesas, o marido não deu justificação palpável. Às vezes alegava falta de transporte ao sair do serviço e que, por isso, não conseguia regressar à casa. Mais tarde Teasse ficou a saber que ele ficava em casa de outra mulher com quem tinha um relacionamento extra-conjugal. Esse dado corrobora com o estudo de Abrahams et al., (2004) e Johnson e Das (2009) em que a presença da infidelidade é associada à ocorrência de violência conjugal.

Ele nunca se pronunciou quanto à falta de sustento. No meio de tantas cobranças da parte de Teasse, um dia o marido obrigou-a a sair de casa. Nas palavras da nossa entrevistada, *“ele disse que é para eu sair da casa dele porque ele já não me precisa”*. Teasse recusou-se a sair e contou que quando eles se juntaram, ela abandonou a casa onde morou com o falecido marido e que, portanto, não tinha como voltar para lá.

O marido, não satisfeito com a resposta, convocou familiares de ambos e representantes das estruturas locais para anunciar que já não queria aquela mulher na casa dele. Todavia, nenhum dos presentes concordou com a sua posição. Fracassadas essas tentativas, ele

passou a chantagear a mulher com ameaças de que iria suicidar-se se ela permanecesse ali. Nessas circunstâncias, a mulher, aconselhada pelas autoridades locais, deixou a casa do parceiro.

Diante das autoridades e das famílias o parceiro comprometeu-se a arrendar uma casa onde ela passaria a viver. Ele não cumpriu o compromisso pois apenas pagou um mês de renda. Devido a essa falta de pagamento, o caso foi encaminhado ao tribunal e, em Novembro de 2013, foi julgado. Foi deliberado que ele devia arrendar uma casa para Teasse morar. Novamente, ele se comprometeu, mas dessa vez não moveu nem um dedo.

#### **4.1.2.2. Tipos de violência experienciados por Teasse**

Questionada se alguma vez o marido teria cometido alguma violência contra ela, Teasse respondeu: “*meu marido nunca me tocou. Ele não me batia, não posso mentir*”. A partir dessa verbalização, nota-se a grande dificuldade que Teasse tinha de avaliar a gravidade de determinadas atitudes do marido e reconhecê-las como actos de violência. As chantagens e ameaças de morte que o marido fazia, constituem formas de violência psicológica. Este dado coincide com os dizeres de Hirigoyen (2006) sobre a dificuldade de perceber a violência psicológica, uma vez que tal percepção envolve uma dimensão subjectiva. Uma mesma experiência pode ter significações diferentes dependendo do contexto e da pessoa.

O marido de Teasse cometeu vários actos de violência psicológica. Ele fez chantagens ao ameaçar suicidar-se como meio de pressionar a mulher a sair de casa. Ele não permitia que Teasse trabalhasse fora de casa, com intenção de manter controle em relação aos seus movimentos, característica comum em homens violentos, que procuram restringir as liberdades das mulheres (Aguiar e Diniz, 2010). O marido de Teasse deixou de sustentar a família, o que constitui uma forma particular de violência patrimonial (Hirigoyen, 2006).

#### **4.1.2.3. Estratégias usadas por Teasse para lidar com a violência**

Teasse passou momentos difíceis junto do parceiro, relacionados particularmente com a falta de sustento. Apesar disso, ela não procurou desenvolver qualquer actividade remunerada. Ela afirmou que “*quando vivia com o meu marido ele não aceitava me ver a trabalhar*”. Essa verbalização demonstra a assumpção dos papéis tradicionais de género,

em função de que a mulher deve respeito e obediência ao homem (Diniz e Pondaag, 2004). Teasse sujeitou-se a passar fome para não contrariar o marido, apesar de que ele não cumpria o seu papel de provedor. O facto é que as condições económicas desta família foram sempre precárias, mesmo na altura em que havia entendimento entre o casal. Ao nosso ver, a participação de Teasse em alguma actividade geradora de rendimento teria sido uma mais-valia, uma vez que permitiria a ela cuidar de si e também dos filhos.

Procurámos saber de Teasse se alguma vez teria pensado em separar-se do marido em função do que estava a passar. Ela respondeu: *“eu não queria separar-me deste homem”* (...) *“nunca tive ideia de lhe deixar”*. Essas verbalizações mostram como aspectos emocionais e afectivos, associados ao medo das dificuldades materiais em função da dependência económica, impediam Teasse de se libertar de um relacionamento que lhe trazia muito sofrimento (Hirigoyen, 2006). Teasse tinha total dependência financeira do marido e, ademais, temia não poder arranjar emprego que lhe permitisse pagar por um local para morar. Ela perdeu o direito de morar na casa que construiu com o falecido marido por se ter juntado a este parceiro que decidiu largá-la sem o mínimo de consideração. Como se pode ver, as estratégias adoptadas por Teasse perante a situação de violência em que vivia resumem-se na obediência total às exigências do parceiro.

As estratégias de enfrentamento de violência adoptadas por Teasse, não ilustram a presença de elementos dos processos-chave de resiliência. Importa lembrar que o marido a sujeitava a chantagens e ameaças de morte, consideradas formas de violência psicológica (Hirigoyen, 2006). No momento da entrevista ficou evidente que Teasse, em momento algum reconheceu que tais actos representavam formas de violência. Junqueira e Deslandes (2003) afirmam que o significado que as pessoas envolvidas em situações de violência atribuem aos actos constitui o ponto de partida do processo de resiliência. Neste sentido, pelo facto de Teasse não ter percebido as atitudes do marido como actos violentos, dificilmente poderia iniciar o processo de resiliência.

#### **4.1.2.4. Posicionamento do parceiro de Teasse**

O parceiro de Teasse mostrou total desconsideração para com as necessidades da sua parceira. Falhadas as suas intenções de expulsá-la de casa, passou a chantageá-la dizendo que se ela não saísse dali ele ia se matar. Com efeito, por duas vezes ele tentou suicidar-se.

Na primeira tomou um insecticida, porém foi socorrido a tempo e salvou-se. Da segunda vez, arranhou uma corda para se enforcar. A mulher notou suas movimentações estranhas e procurou saber das razões daquelas atitudes ao que ele afirmou: *“eu já não te quero ver mais, enquanto tu te mantiveres aqui, eu não vou viver”*. Teasse comunicou o sucedido às autoridades locais. Ela foi aconselhada a sair de casa para evitar que o marido se matasse.

Pressionada por esse tipo de chantagens, Teasse teve que ceder para não sentir a culpa de não ter sabido “ajudar” o marido (Hirigoyen, 2006). Antes de Teasse deixar a casa, o marido, junto às autoridades locais, comprometeu-se a arrendar uma casa onde ela passaria a viver. Pagou apenas um mês de renda e depois disse que não continuaria a pagar sob o argumento de que ela iria dormir lá com outros homens.

Os dados disponíveis mostraram que o parceiro de Teasse era muito instável nos relacionamentos afectivos. Teasse foi sua 6ª união conjugal. Mesmo antes de estar separado dela, já se encontrava a viver com uma nova parceira. Apesar de Teasse não ter feito referência à ocorrência de agressão física, ele exercia sobre ela muita pressão psicológica. É provável que essa tenha sido a mesma estratégia usada por ele para se desvencilhar dos relacionamentos anteriores. Fica evidente, nesse caso, que ele criava situações de infidelidade, de modo a fazer com que as companheiras se sentissem insatisfeitas e decidissem terminar a relação.

#### **4.1.2.5. Presença e papel da rede social**

A Teasse possui uma rede de relacionamentos pobre. Ela referiu que não tinha amigas/os e que ela e os irmãos e as irmãs se viam pouco. Contava apenas com o apoio de uma prima, que era a sua confidente. Teasse afirmou que tinha bom relacionamento com os vizinhos, porém, no seu depoimento contou que *“eles não sabiam que nós andávamos em brigas e só ficaram a saber quando houve esta separação”*.

Teasse procurava manter segredo sobre as dificuldades que passava no seu relacionamento com o marido. Essa atitude é reflexo da socialização feminina numa sociedade patriarcal, onde a mulher é instruída a assumir que é vergonhoso contar o que acontece na relação conjugal. A atitude socialmente aprovada é aceitar que o sofrimento faz parte da vida conjugal (Sagim, et al., 2007).

Neste casal predominava a ideia de que os problemas entre marido e mulher são de âmbito privado. Eles levavam uma vida isolada, condição favorável para a prática de abusos contra a mulher (Narvaz & Koller, 2006). Teasse mantinha poucos contactos com membros da sua família de origem e relacionava-se superficialmente com a vizinhança, o que a deixava muito dependente do parceiro. Os aspectos aqui mencionados levam-nos a inferir o nível de imposições que o marido provavelmente fazia para manter Teasse isolada de possíveis redes de relacionamento. Tal atitude visava facilitar o exercício de controle (Aguiar & Diniz, 2010). Estavam assim afastadas todas as possibilidades de apoio que poderiam vir de pessoas próximas, o que agravava o sofrimento de Teasse.

A Teasse revelou a importância da presença de uma instituição de apoio a mulheres em situação de violência. De acordo com ela, a CÁ-PAZ se fez presente em vários momentos no seguimento dos problemas do casal. A CÁ-PAZ disponibilizou uma advogada para orientá-la e assisti-la nos procedimentos judiciais. Afirmou também que, durante algum período, essa instituição disponibilizou valores monetários para arrendar a casa em que ela vivia. Todavia, foram acções imediatas e sem possibilidade de sustentação.

Os dados disponíveis apontam que esse tipo de intervenção tem a função de oferecer uma ajuda temporária. Não parece, no entanto, eficaz para lidar com as necessidades de médio e longo prazo, presentes em situações dessa natureza. Há que se reflectir sobre a criação de programas que possam ter maior sustentabilidade e que estejam voltados, sobretudo, ao fortalecimento da mulher que sofre violência, à sua formação/capacitação profissional, de modo que ela mesma encontre vias de superação e reconstrução de sua vida.

#### **4.1.2.6. Acções do serviço público**

A deliberação do tribunal, segundo a qual o parceiro de Teasse devia arrendar uma casa para ela, não chegou a ser cumprida. O tribunal foi informado dessa falta e notificou o infractor. Na data marcada para a audiência ele não compareceu. Daí em diante, nada foi feito para obrigá-lo a cumprir a decisão do tribunal. Na altura em que foi entrevistada, Teasse estava a arcar sozinha com as despesas relacionadas ao seu sustento e de seus filhos, incluindo o aluguer da casa onde vivia. Essa situação deixava-a muito pressionada, pois auferia um salário muito baixo. Sua situação era crítica uma vez que o primeiro

marido, pai de seus cinco filhos havia falecido. Ademais, ela não podia contar com o apoio de seus familiares e nem de assistência pública.

No seguimento deste caso, ficou evidente que os serviços públicos não conseguiram fazer valer a lei. Uma decisão tomada por uma instância de justiça foi simplesmente ignorada pelo agressor. O tribunal, por sua vez, mostrou-se impotente mediante o desacato e, não moveu nenhuma acção que levasse ao cumprimento do que fora sancionado. Essa falta de acções que promovam o cumprimento das decisões judiciais contribuem para aumentar a condição de vulnerabilidade das mulheres sob situação de violência e seus filhos.

#### 4.1.2.7. Resultados do Teste de Identificação Familiar

Na parte final da entrevista foi aplicado o Teste de Identificação Familiar. Os dados resultantes do FIT apontaram que Teasse tem uma autocongruência fraca (0,21), o que significa que ela não se percebe do jeito como gostaria de ser. A correlação de identificação real de Teasse com o parceiro é também fraca (0,26), como o ilustra a Figura 3.

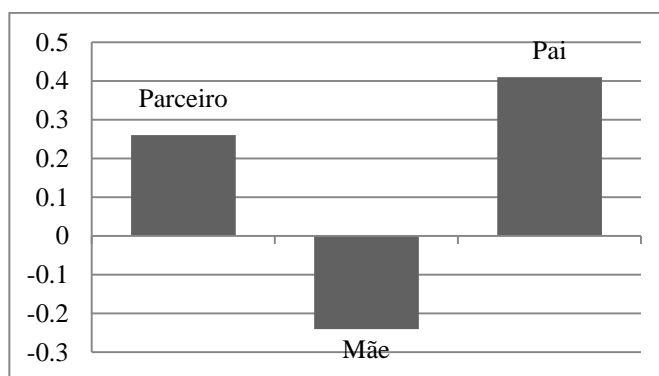


Figura 3. Identificação real de Teasse

Os dados do teste revelaram que Teasse atribuiu pontuação mínima ao parceiro na característica “independente”, e pontuação baixa nas características “satisfeito”, “animado” e “atencioso”. Na sua percepção, Teasse considera que estas características estão bem desenvolvidas na sua personalidade (Anexo E), o que pode explicar este nível de correlação.

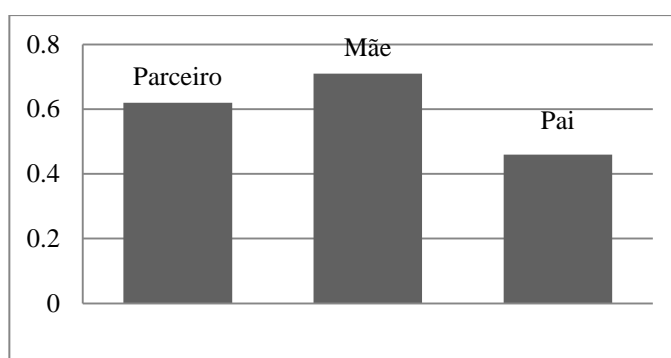
A Teasse tem com o pai uma correlação moderada positiva (0,41) como indica a Figura 3. O teste revelou que, na identificação real, Teasse atribuiu pontuação mínima ao pai na



característica “seguro de si” e pontuação baixa nas características “satisfeito” e “tranquilo” (Anexo E). Dentre elas, as características satisfeita e tranquila estão mais desenvolvidas em si, o que pode explicar a baixa correlação real entre Teasse e o pai.

Destaca-se uma correlação fraca negativa com a mãe (-0,25), como mostra a Figura 3. Os dados do teste indicaram que, na identificação real, Teasse atribuiu pontuação baixa à mãe nas seguintes características: “satisfeita”, “comunicativa”, “segura de si” e “compreensiva”, o que contrasta com a maneira como Teasse se percebe (Anexo E).

A correlação de identificação ideal de Teasse com o parceiro é moderada positiva (0,62), conforme a Figura 4.



**Figura 4: Identificação ideal de Teasse**

A comparação entre os dados de identificação real e ideal do marido de Teasse evidencia que existem algumas características que ela gostaria de vê-las mais desenvolvidas no parceiro, quais sejam: “ser animado”, “seguro de si”, “independente”, “compreensivo” e “atencioso” (Anexo E1). Essa constatação revela que Teasse buscava um parceiro com quem tivesse muitas similaridades, isto é, que tivesse muitas das características que ela possui. Mediante essa constatação, podemos inferir que a não realização de parte das suas expectativas pode ter ocasionado desentendimentos e conflitos que, mal geridos, resultaram em violência.

A correlação ideal de Teasse com o pai também é moderada positiva (0,4) conforme mostra a Figura 4. Esse dado pode significar que Teasse gostaria de ser um pouco parecida com ele. A correlação de identificação ideal de Teasse com a mãe é moderada positiva (0,7) o que revela que é a pessoa com quem Teasse gostaria de ser mais parecida. Os dados do teste revelaram que Teasse gostaria que a mãe tivesse desenvolvidas as características

que, na sua percepção, se encontram a um nível baixo (Anexo E1). Essa constatação pode revelar que a Teasse gostaria de ter a mãe como modelo de vida a seguir.

#### **4.1.3. Caso Alda**

Alda tem 36 anos e concluiu a 7ª classe do ensino primário. Na altura da pesquisa ela trabalhava numa empresa de prestação de serviços. O parceiro tem 48 anos de idade, possui a 7ª classe e uma formação profissional. Trabalhava como professor. A renda mensal familiar era de 2 salários mínimos. A Alda tem 3 irmãos e uma irmã; ela é a caçula. Não teve experiências de violência na sua família de origem.

Alda começou a viver maritalmente quando tinha apenas 13 anos. O parceiro foi professor dela e a assediou na escola. Houve muita polémica à volta do caso e tiveram que ficar juntos. Coabitaram durante 23 anos. Estimulados pela igreja que a mulher frequentava, mais tarde vieram a contrair casamento, tanto civil quanto religioso. Tiveram 1 filha que, na altura da entrevista, tinha 22 anos, um filho de 18 e o último de 8 anos. Na altura em que decorreu a entrevista, o casal encontrava-se a viver em casas separadas, embora ainda não estivesse divorciado.

##### **4.1.3.1. Contexto de violência**

Alda contou que começou a viver situações de violência em 1992, dois meses depois de estarem a viver juntos. O parceiro de Alda já tinha uma mulher, porém, não coabitava com ela. Sempre que quisesse ir ter com essa, chegava a casa depois de consumir bebida alcoólica e começava a desqualificar Alda com expressões do tipo “*você não é mulher, não é nada, sua burra, filha da puta*”. Se a encontrasse a dormir, levantava os lençóis e começava a dar chapadas. Conforme o depoimento de Alda “*como eu ainda era mais pequenininha, menor de idade, chorava e saía de casa a correr*”. Alda pedia aos vizinhos que lhe dessem espaço para passar a noite. Uma vez “arrumada” a confusão, o parceiro tinha chance de ir ter com a outra mulher.

Alda iniciou a vida conjugal ainda menor, o que confirma os dados dos estudos de Arthur (2010), Zacarias et al., (2012) e Khatum e Rahman (2012), que apontam ser frequente a

presença de violação de direitos em casamentos prematuros e onde a idade entre os cônjuges é muito diferente. Neste caso particular, a Alda foi assediada e violada pelo seu professor, num total desrespeito aos seus direitos de criança. Nessa altura, ela tinha apenas 13 anos e o seu professor era um homem adulto, com 25 anos. O início do seu relacionamento com o marido foi marcado por uma situação de violência. Na tentativa de resolução desse problema, sem o mínimo de consideração pela sua dor, Alda foi obrigada a conviver com o violador, já na qualidade de marido.

Alda teve a sua infância interrompida de maneira muito brutal. De repente foi forçada a virar mulher de um homem que a maltratou desde o primeiro momento. Pelo facto de o violador ter aceite assumir esta criança como esposa, ficou ilibado de qualquer responsabilização pela violência cometida contra Alda. Esse tipo de decisão foi uma grande aberração e uma clara evidência de negação aos direitos humanos à mulher (Arthur, 2010; Safiotti, 1999).

Alda continuou a viver com o marido, mas a vida do casal foi sempre caracterizada por violência. Ela sentia-se constrangida pelo sucedido, conforme seu depoimento: *“como eu tinha sido difamada na zona, faltou-me coragem de decidir largá-lo logo” (...)* *“também como saí da casa do meu irmão daquela maneira (...)*”. Alda manteve-se nesta relação abusiva por achar-se culpada e por temer a reacção dos seus familiares.

A frequência dos maus tratos dependia da posse de dinheiro da parte do marido. Alda disse: *“sempre que ele tivesse dinheiro ia beber, voltava para casa e me batia, do nada mesmo”*. *“Se for numa semana em que acaba de receber o salário, posso dizer que a violência era diária”*. Estas verbalizações evidenciam a associação da prática de violência conjugal ao consumo de álcool (Day et al., 2003; d’Oliveira et al., 2009; Alo et al., 2012). O parceiro de Alda, para se desinibir de censura e ter coragem de maltratar a mulher, primeiro consumia bebida alcoólica e, sob essa máscara, cometia actos violentos (WHO, s.d.).

Na qualidade de provedor, o parceiro da Alda ditava o destino dos recursos familiares. Na aplicação do seu salário, priorizava a satisfação do seu vício em detrimento das necessidades da família, o que levava a situações de conflito que, muitas vezes, terminavam em violência. Este dado corrobora com a constatação de Tvedton et al., (2010) segundo a qual os homens subjulgam as mulheres a partir do controle dos recursos. A

forma como o parceiro da Alda agia espelha os ditames de uma sociedade em que os homens exercem domínio e centralizam as decisões, particularmente quanto ao uso de recursos.

#### **4.1.3.2. Tipos de violência experienciados**

Alda foi diversas vezes submetida à violência física, na forma de espancamentos, socos e, às vezes o marido, atirava-lhe qualquer instrumento que encontrasse por perto. Mesmo em estado de gravidez o marido não a respeitava, segundo as suas falas “*quando estava grávida do 2º filho, o meu marido bateu-me e tive hemorragia. Fiquei hospitalizada durante alguns dias*”. No período de gestação, a mulher enfrenta mudanças físicas e psicológicas que a tornam mais sensível ou fragilizada e, por isso, precisa de um maior apoio da família, em especial do parceiro (Santos, Nery, Rodrigues & Melo, 2010). No entanto, a situação da Alda, foi totalmente diferente. Ela foi submetida à violência física, num período tão especial como esse em que ela se preparava para trazer ao mundo uma nova vida.

O marido da Alda, alguns anos mais tarde, passou a não prestar atenção às crianças. Não dava dinheiro para as despesas e a família passava fome. Ele exercia pressão financeira e económica sobre a mulher (Hirigoyen, 2006). Quando chegava o final do mês, se Alda perguntasse pelo dinheiro, isso constituía motivo para o início de brigas. Devido às carências que a família passava, Alda propôs iniciar uma actividade rentável, porém, o marido não a deixou. A recusa do marido pode estar associada ao desejo de perpetuar a dependência económica da mulher e, assim, poder oprimí-la cada vez mais.

Ela tentou voltar à escola contra a vontade do marido, o que não deu em nada, conforme as suas falas: “*fui me matricular mas nem acabei o tal ano, ele me perseguia até na escola*”. O desejo de controlar rigorosamente a mulher foi tão forte e, conforme a Alda contou, o parceiro até deixou de dar aulas à noite, para persegui-la na escola e destrató-la à frente dos/as colegas (Aguiar & Diniz, 2010).

Ele também praticava violência verbal e psicológica. Proferia todo o tipo de insultos na presença dos filhos, como retratam as seguintes verbalizações: “*os meus filhos, (...) mesmo aquele de oito anos, não tem nenhuma parte íntima no corpo de uma mulher que eles não conhecem*”. Isso se deve ao facto de ser comum os parceiros insultarem as mulheres

usando nomes das partes íntimas. Este tipo de dinâmicas relacionais mostram que este lar não oferecia aos filhos as condições necessárias para a formação das primeiras relações afetivas e assimilação de modelos positivos de vida (Sagim et al., 2007). A filha e os filhos deste casal, por crescerem num ambiente caracterizado por violência, podem vir a assumi-la como uma forma aceita de resolver conflitos nos relacionamentos. Também podem ser propensas/os a sofrer ou a praticar violência na fase adulta (D'Oliveira, 2009; Contreras et al., 2011).

Alda contou que nos últimos anos as brigas eram mais viradas à disputa dos bens. No momento em que a pancadaria começava, o marido exigia que Alda deixasse a casa em que habitavam, apesar de a terem construído juntos. Segundo o depoimento dela, o marido dizia: *“esta casa é minha (...) e, você vai sair daqui. Se não saís viva é porque vais sair morta”*. Portanto, a Alda corria risco de ser morta pelo parceiro.

A disputa pelos bens é comum em casais, cujas dinâmicas relacionais são caracterizadas pela violência. Neste caso, o marido da Alda, educado numa sociedade patriarcal, foi preparado para ser chefe de família e, nessa condição, ele se achava o detentor de tudo quanto o casal possuía. Ele não levava em consideração a participação da mulher e, por isso, se achou com direito de expulsá-la de casa. A Alda também experienciou violência moral. O marido a acusava de não ser fiel e a difamava junto à vizinhança, afirmando que ela ia sempre à esquadrinha da polícia queixar-se do marido porque lá tinha seus amantes.

#### **4.1.3.3. Estratégias usadas por Alda para lidar com a violência**

Alda tentou separar-se por duas vezes, devido à violência que vinha sofrendo. Ela afirmou *“eu vi de que eh, essa vida já não dá, estar toda a hora a levar porrada”*. Um dia, deixou que o marido fosse ao serviço, pegou nas crianças e voltou para a casa dos pais. Passados três meses, o marido foi atrás dela. Quando lá chegou, reuniu-se com os pais e apresentou um pedido de desculpas pelo sucedido. Prometeu que ia mudar de atitude e, assim, voltaram juntos. Segundo Alda, ele nunca mudou. A atitude tomada pelo parceiro da Alda corresponde ao que Morabes (2014) e Gallego e Garcia (2011) designam a 3ª fase do ciclo de violência, em que o agressor demonstra arrependimento e, através de pessoas próximas, consegue convencer a mulher a reatar o relacionamento, com promessas de não mais voltar a maltratá-la.

Alda fugia para a esquadra da polícia por diversas ocasiões, para escapar das agressões físicas. Muitas dessas vezes ela se encontrava nua, inchada ou mesmo a sangrar. Quando o parceiro era notificado e chamado para a resolução do caso, sempre pedia desculpas e prometia que tal não voltaria a acontecer. Conforme a nossa entrevistada contou, mal chegassem à casa ele gritava: *“estão a ver, a ile a ia ni mangalela ka va nuna va yena mas hi mine lwey a va ni phfalelanga”* (foi queixar-me aos amantes dela mas estou aqui, não me prenderam”).

A ida do marido à esquadra da polícia, mediante queixas de agressão por parte da Alda, tinha-se tornado num acto tão banal que para ele não representava acção de uma autoridade. Ele já sabia que bastava prometer não voltar a agredir a mulher que o assunto ficava encerrado. A situação aqui relatada leva-nos a inferir sobre a fragilidade do serviço público, nesse caso a polícia, que, diga-se de passagem, é vista socialmente como uma instituição pautada em valores tradicionais. A consequência dessa dinâmica foi que ela levava o parceiro da Alda a considerar-se impune, o que incentivava os seus actos agressivos.

Apesar das imposições do marido, a Alda, por ver que a situação de fome e miséria eram contínuas, passados cerca de quinze anos, decidiu começar um pequeno negócio, sem o consentimento do parceiro. Segundo as suas palavras, *“quando vi que estou a morrer de fome foi daí que decidi ir ao mercado (...), “ia vender mas sempre que voltava levava porrada, mas eu não deixei”*. Passados alguns meses, ela conseguiu emprego na empresa em que trabalhava até o momento da entrevista. Mediante o posicionamento de Alda, o parceiro sentiu o seu poder ameaçado, pois, ela mostrara capacidade de autonomia.

A Alda, mesmo diante de todas as agressões sofridas, continuou firme no seu projecto de realizar algo que a aliviasse da situação de total dependência do marido. Na tentativa de impôr a sua autoridade, o marido intensificou os actos de violência. Contudo a Alda foi persistente e prosseguiu na luta pela sua emancipação, num desafio aos papéis tradicionais de género impostos pela sociedade patriarcal (Tvedton et al., 2010).

Na altura em que foi entrevistada, a Alda encontrava-se fora do domicílio conjugal, por decisão própria. Questionada sobre as perspectivas em relação ao futuro, afirmou não ter ainda uma ideia clara. Primeiro, pretendia reorganizar a sua vida que, segundo ela, esteve praticamente parada ao longo dos anos que viveu com o marido. Sumarizando, as

estratégias usadas pela Alda foram as seguintes: a denúncia da situação de violência junto às autoridades policiais; a realização de actividades de rendimento e a busca de um emprego com vista a reduzir a dependência económica em relação ao marido; a decisão de separar-se do parceiro.

Nas estratégias de enfrentamento de violência adoptadas pela Alda é notória a presença de alguns elementos dos processos-chave de resiliência definidos por Yunes (2011). A Alda tinha um olhar positivo em relação à vida, que foi traduzido pela capacidade de iniciativa e perseverança. Estes elementos operaram como factores determinantes para ela aliviar-se da dependência por parte do marido. Contrariando as ordens deste, a Alda insistiu em desenvolver uma actividade rentável para suprir algumas necessidades da família e, por essa via, acabou conseguindo um emprego.

Ela mostrou-se capaz de aceitar aspectos da vida que não podiam ser mudados, neste caso a atitude violenta do marido. Face a isso, decidiu separar-se para preservar a sua vida, uma vez que corria até risco de morte. A Alda aprendeu a atribuir outros significados às suas experiências. Por essa via, ganhou forças para dar novo rumo à sua vida. Ela tinha fé e acreditava em novas possibilidades de conduzir a sua vida na condição de mulher separada.

#### **4.1.3.4. Posicionamento do parceiro da Alda**

O parceiro de Alda é um dependente de álcool e nunca quis tratar-se. A Alda contou que ele tem participado em diferentes igrejas, sob o pretexto de querer perceber o que está a acontecer na sua vida. A Alda referiu que nos poucos momentos de diálogo que o casal tinha, ele teria dito que *“sente que a sua vida não anda bem”*. A Alda contou que na igreja em que ela participava, os pastores propuseram que ele deixasse de beber, para ver se a vida poderia melhorar. Em resposta ele afirmou que *“preferia ficar sem ninguém mas, continuar a beber”*. Esse depoimento mostra que ele tem uma forte dependência do álcool e não consegue enxergar os prejuízos resultantes dessa prática.

Devido ao nível de desentendimentos que o casal atingiu, a Alda decidiu separar-se. Para o efeito, propôs ao marido que fizessem o divórcio de comum acordo. Ele recusou-se. Desde que ela abandonou a casa, o parceiro nunca a procurou. Um aspecto positivo é que as mensagens insultuosas pararam. Tal constatação levou Alda a concluir que o seu interesse era realmente pela casa e que ele já não queria nada com ela.

#### 4.1.3.5. Presença e papel da rede social

A Alda tem uma forte rede de relacionamentos. Os membros da família de origem foram empáticos com ela, ao longo dos anos em que ela passou por episódios de violência perpetrados pelo parceiro. Ela afirmou que *“eles não viviam tranquilos por ver tudo o que eu estava a passar”*. Apesar de o pai e a mãe morarem em outra província, visitavam-na regularmente. Os irmãos e a irmã também faziam visitas frequentes e contactavam-se permanentemente. Nas suas palavras, *“nunca passam dois dias sem nos termos comunicado”*. Um dos irmãos é o seu confidente. Ele sempre a acompanhou nas desavenças que tinha com o marido. Essa forte presença da família na vida da Alda, a empatia demonstrada pelos irmãos e o seu envolvimento e colaboração na busca de soluções, contribuíram para o fortalecimento da Alda para tomar uma atitude que pusesse fim à violência que vinha sofrendo. Ela referiu que a família sempre respeitou as suas decisões.

A igreja em que Alda participava também se fazia presente na vida do casal. A esse respeito a Alda deu o seguinte depoimento: *“em relação ao que passei com o meu marido, eles lutaram muito, iam em casa nos aconselhar e evangelizar”*. Alda afirmou que tinha pessoas amigas, as irmãs da igreja, e, posteriormente, os colegas de serviço, com quem conversava normalmente, embora não partilhasse com essas pessoas os conflitos no seu lar. Esta forte rede de relacionamentos e a sua intervenção na resolução dos problemas deste casal, contribuiu muito para que Alda não se sentisse sozinha. A colaboração da sua rede foi bastante útil para ela decidir pelo rompimento dessa relação (Grossi et al., 2007).

Os vizinhos da Alda consideravam os problemas do casal como de âmbito privado e, por essa razão, não interviam nas brigas deste e nem davam apoio. Mediante os pedidos de socorro de Alda, não se dispunham a ajudá-la e, segundo ela relatou, diziam: *“nós também não temos espaço para te deixar descansar, aqui só podes ficar algumas horas e depois voltares para a tua casa”*, num claro distanciamento em relação ao seu sofrimento. Não obstante, se ela fosse à polícia ou às estruturas locais para denunciar o sucedido, também a criticavam fazendo comentários desabonatórios, do tipo *“ela não podia fazer isso, não podia correr para a esquadra”*.

As críticas dos vizinhos de Alda encontram sustento nos papéis tradicionais de género em que a mulher é considerada a guardiã dos relacionamentos, o que corrobora com as



constatações de Diniz e Pondaag (2004). Diante dessa presunção, a vizinhança de Alda assumia que ela devia ter suportado a violência a que era submetida pelo marido, sem procurar nenhum apoio, porque isso fazia parte do destino da mulher. A atitude dos vizinhos da Alda constitui um exemplo que ilustra como as redes sociais nem sempre agem em benefício do indivíduo (Siqueira et al., 2006) tendo por isso concorrido como um factor de risco para a Alda continuar a sofrer violência.

#### **4.1.3.6. Acções do serviço público**

Numa das audiências em tribunal, o marido foi condenado a uma semana de prisão. Foi também deliberado que o casal vivesse em quartos separados por um período de um ano. Alda contou que durante esse período, a situação de violência agravou-se. O marido acusava-a de prática de infidelidade. Dizia também que aquela decisão fora tomada pelo facto de Alda estar a amantizar-se com um juiz. O marido enviava para ela mensagens injuriosas ao telefone.

Após esse período, houve a última sessão de julgamento. Dessa vez, a filha do casal foi convocada para depôr como testemunha. Eis que, quando foi interrogada, afirmou que nunca tinha visto o pai a agredir a mãe. Mediante esse testemunho, o tribunal decidiu que o casal devia reconciliar-se e retomar a convivência conjugal. É difícil para uma filha tomar partido entre o pai e a mãe, pois ela é dependente e ama os dois. Cabe, no entanto, questionar se teria ocorrido alguma forma de chantagem por parte do pai para que ela agisse daquela maneira.

A Alda não esteve de acordo com aquela decisão e declarou perante o juiz: *“eu já não aguento porque este homem vai acabar por me matar”*. Em resposta às suas palavras, foi esclarecida que o processo em curso não era de separação e, se ela estivesse interessada nisso, devia iniciar um processo de divórcio. Mesmo sendo verdade que o processo em apreço não visava a separação do casal, julgamos que era imperioso que tivesse sido encontrado algum mecanismo para evitar que ela continuasse a sofrer violência. Os seus apelos foram totalmente ignorados e ela devia cumprir a decisão judicial.

A Alda já estava agastada pelo tipo de vida que levava e viu que o retorno à convivência conjugal representava para ela um grave risco. Terminada a sessão, no mesmo dia, saiu da casa em que vivia com o marido e passou a morar numa casa de aluguer. Levou consigo o

filho mais novo. É caso para afirmar que o posicionamento do poder judiciário, associado ao depoimento da filha, tenha deixado a Alda destruída. Ela viu todo o seu sofrimento ser desconsiderado e os seus esforços desvalorizados. Coube a ela agir por conta própria para proteger a sua vida.

As palavras da filha e a sua falta de empatia causaram dor extrema à Alda. Essa dor e decepção podem ser notadas nas seguintes verbalizações: *“fiquei todos estes anos a sofrer por causa deles agora, é ela quem vai ter esse tipo de resposta para mim, ou se calhar ela vê que vai ter boa vida se ficar com o pai”*. A decepção que ela teve por parte da filha serviu de alavanca para ela ver outras possibilidades de conduzir a sua vida. Pode-se afirmar que mediante o acontecido, a Alda tomou uma atitude que nos leva a inferir que ela passou a atribuir outro significado às suas experiências. O sofrimento serviu para a sua transformação e, com isso, a Alda ganhou forças para dar um novo rumo à sua vida (Junqueira & Deslandes, 2003).

A Alda, denunciou várias vezes a situação de violência. Todavia, a actuação do serviço público reduziu-se a acções imediatas, que em nada contribuíram para pôr fim ao seu sofrimento. Tanto as autoridades locais quanto a polícia, em momento algum se mostraram preocupados em, juntamente com a Alda, desenvolverem mecanismos que servissem para protegê-la. Tão pouco, se preocuparam em ser firmes e severos na repreensão ao parceiro.

A última deliberação do tribunal foi que o casal retomasse o relacionamento conjugal. Essa decisão merece reflexão por retratar, mais uma vez, o apoio ao modelo patriarcal. O relato de Alda deixa claro que havia provas materiais suficientes para atender ao apelo da mulher, porém nada foi feito em seu auxílio. Por decisão do tribunal, a Alda foi “entregue” a um homem que vinha mostrando níveis de agressividade cada vez mais intensos, que poderiam inclusive resultar em sua morte.

A atitude do tribunal de ter tomado a última decisão em função do depoimento da filha no lugar de considerar as provas em seu poder, pode ser vista como uma negligência, até mesmo como um absurdo. Esse processo deixa clara a tendência recorrente em órgãos públicos de minimizarem a violência sofrida pelas mulheres. Há espaço para o seguinte questionamento: O que levou o tribunal, em uma ocasião anterior, a deliberar pela separação do casal por um período de um ano? Porque é que o parceiro da Alda ficou

encarcerado por uma semana? Reflectindo sobre a forma como este caso foi encaminhado, verificam-se incoerências nos procedimentos tomados pelo tribunal.

A actuação do serviço público, na condução deste caso parece influenciada pelo poder patriarcal. A decisão tomada tendia ao desejo de preservar a dominação masculina, de acordo com a qual a Alda apenas devia se submeter ao poder do macho. Fica evidente a necessidade de as equipas desses órgãos, incluindo os magistrados e juízes, passarem por um processo de formação e treinamento que contribua para a compreensão das dinâmicas presentes nas relações violentas, seus riscos e consequências, não só para a mulher, como também para todos os membros da família, inclusive o homem autor.

#### 4.1.3.7. Resultados do Teste de Identificação Familiar

Da aplicação do Teste de Identificação Familiar resultou que a Alda tem uma autocongruência moderada positiva (0,6) portanto, ela não é exactamente como gostaria de ser. A Alda tem uma correlação fraca negativa com o parceiro (-0,04), conforme mostra a Figura 5.

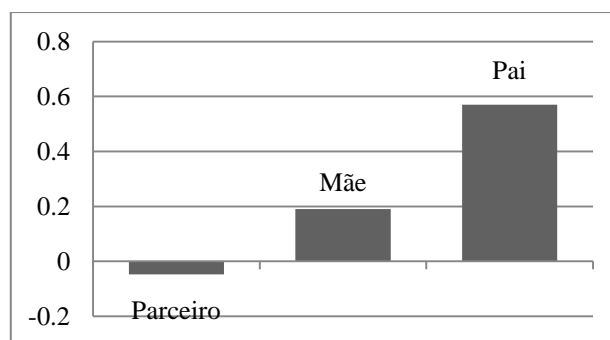
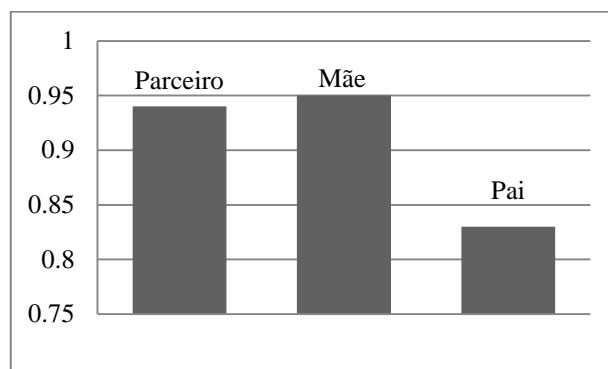


Figura. 5: Identificação real da Alda

Os dados do teste indicaram que, na identificação real, a Alda atribuiu pontuação mínima ao marido nas características: “seguro de si” e “compreensivo”. Ela também atribuiu-lhe pontuação baixa nas características: “tranquilo”, “atencioso” e “simpático” (Anexo E1). A Alda, por sua vez, em contraste com o parceiro, percebe-se como tendo essas características bem desenvolvidas. Essa constatação leva-nos a inferir que as diferenças de personalidade entre eles podem ter contribuído para um clima de desentendimento no casal.

A correlação de identificação real da Alda com a mãe é fraca (0,2) e com o pai (0,58), ou seja, é também fraca e, por isso, não é significativa. A correlação de identificação ideal de Alda e o parceiro é forte positiva (0,94), conforme a Figura 6.



**Figura 6: Identificação ideal da Alda**

Os resultados do teste mostraram que Alda gostaria que o parceiro desenvolvesse muitas das características que ela possui, isto é, desejava alguém com quem pudesse ter muitas similaridades (Anexo E1) e, nessa base, pudesse desenvolver com ele uma boa parceria. Esses dados do teste indicam que Alda gostaria que o marido fosse mais compreensivo, mais atencioso e muito seguro de si, características que poderiam ter concorrido para um ambiente de harmonia no seu relacionamento.

Os resultados do teste revelaram uma correlação ideal forte e positiva entre a Alda e a mãe (0,95), como mostra a Figura 6. Esse dado significa que a Alda gostaria de ter a mãe como modelo. A correlação com o pai também é forte e positiva (0,83), o que mostra que a Alda também gostaria de ser parecida com ele. Em suma, com base nestas constatações podemos inferir que o tipo de relacionamento vivido entre os pais era um modelo do que Alda desejava para a sua vida conjugal.

#### **4.1.4. Caso Jurema**

Jurema tem 28 anos. Concluiu a 10ª classe do ensino secundário. Durante o período em que vivia com o marido, ela dedicava-se apenas às actividades do lar. Depois de se separar do marido, passou a fazer um negócio de venda de roupas. O seu parceiro tem 34 anos e concluiu a 6ª classe do ensino primário - 2º grau. Na altura da pesquisa, ele trabalhava

numa grande empresa e auferia um rendimento equivalente a cerca de oito salários mínimos. Viveram juntos sete anos em união de facto e, moravam na casa paterna do marido. Jurema concebeu três vezes mas teve infortúnios. Na última gravidez, perdeu o bebé por causa da agressão que sofreu do marido.

Jurema não teve experiência de maus-tratos na infância. Ela tem quatro irmãos e uma irmã. Ela é a caçula. Jurema contou que cresceu junto dos pais, num ambiente de muito carinho. Ela não consome bebidas alcoólicas, mas, o parceiro bebe quase sempre e também fuma. Ele gosta de beber nas barracas e, às vezes, ficava por lá até ao dia seguinte.

#### **4.1.4.1. Contexto de violência**

Jurema contou que sofria violência sem causa aparente. O marido ia beber e, ao regressar à casa, batia nela, sem nenhum motivo. Segundo ela, o marido poucas vezes a agrediu em estado de lucidez. Essa atitude mostra como alguns homens, antes de agredir as mulheres, consomem bebida alcoólica, para se sentirem desinibidos a cometerem tais práticas (WHO, s.d.). Jurema explicou o início dos desentendimentos com o seguinte depoimento: *“foi em 2008, quando arranhou essa amante que agora é a actual esposa”*. Este dado corrobora com a constatação de Abrahams et al., (2004) e Johnson e Das (2009), que encontraram uma forte associação entre a infidelidade e a prática de violência conjugal.

Jurema relatou que, ao tomar conhecimento desse relacionamento, perguntou ao marido o que estava a acontecer, e ele desmentiu totalmente. Nessa altura, Jurema estava grávida, então, chantageou o marido nos seguintes termos: *“tu não hás-de me ver mais e nem vais conhecer o teu filho (...). Para mim, a melhor coisa é ficares com essa pessoa”*. Perante essa ameaça, o marido admitiu que mantinha com a moça apenas uma relação de amizade e nada demais tinha acontecido entre eles. Prometeu que tudo ficaria por ali. Jurema acreditou no parceiro e fizeram as pazes. Contudo, ele continuou a encontrar-se com a moça às escondidas e, na altura em que ocorreu a entrevista, eles já estavam a viver juntos.

#### **4.1.4.2. Tipos de violência experienciados**

Jurema era submetida à violência física. Foi espancada pelo marido por diversas vezes. Ela afirmou: *“ele me batia com as mãos mesmo, ou qualquer instrumento que encontrasse por*

*perto*”. O marido também praticava violência psicológica através do controle cerrado que exercia sobre a mulher. Ele restringia ao mínimo os movimentos de Jurema numa clara manifestação de exercício de domínio do homem sobre a mulher (Aguiar & Diniz, 2010). As seguintes narrativas atestam isso: “*quando ainda vivia com o meu ex ele não me deixava trabalhar fora de casa. Em 1º lugar, impediu-me de voltar à escola porque ele encontrou-me a estudar, ainda nova*”. “*Eu só saía para a igreja e para o mercado para fazer algumas compras*”.

Jurema obedecia cegamente às ordens do marido, provavelmente como resultado da socialização feminina (Diniz & Pondaag, 2004). Ela passou a assumir algumas características do parceiro como se fossem suas (Carvalho-Barreto et al., 2009), como retratam as seguintes verbalizações: “*Ele não gostava de me ver a sair, tinha que estar sempre em casa mas, eu também não gostava de sair (...) ao cabeleireiro eu não ia porque não gostava, (...) eu cuidava do meu cabelo em casa*”. O marido de Jurema também cometeu violência patrimonial. Ela contou que rasgou-lhe um vestido que fora oferecido pelos pais, alegando que era indecente. Essa era a manifestação de mais uma forma de controle em que o marido determinava o tipo de roupa que Jurema devia usar (Aguiar & Diniz, 2010).

#### **4.1.4.3. Estratégias usadas por Jurema para lidar com a violência**

Jurema afirmou que quando o marido começava a implicar-se com ela, não reagia. O seu depoimento foi: “*eu ficava calada porque já sabia qual seria o resultado se eu tentasse alguma reacção*”. Essa atitude foi também constatada nos estudos de Diniz e Pondaag (2004). Todavia, Jurema ainda contou que um dia descontrolou-se e, segundo as suas falas: “*peguei num pau e bati na cabeça dele e, acabei ferindo-o*”. Ela relatou que, depois disso, ficou arrependida porque o marido não tinha sido muito agressivo. Nota-se aqui uma tendência de minimizar a gravidade dos actos violentos do parceiro o que corrobora com a experiência de Morabes (2014) em que as mulheres por ela assistidas suavizavam a gravidade das agressões sofridas.

Jurema tentou, em diversas ocasiões, pôr termo à relação, em função dos repetidos episódios de violência. Por várias vezes voltou para a casa dos pais. Porém sempre que o

parceiro fosse atrás, conseguia convencê-la a retomar, conforme o seu depoimento: *“ele lá foi pedir-me desculpas e de novo, aceitei voltar por gostar dele”*.

Jurema denunciou a situação de violência uma única vez às autoridades policiais, por iniciativa própria. Ela ficou muito aborrecida daquela vez em que o parceiro bateu nela e rasgou a roupa nova que trazia vestida. Conforme o seu depoimento, ela disse de si para si: *“já estou cansada e tenho que ir à polícia”*. Assim foi, fez a denúncia e recebeu uma notificação para o marido.

O processo de denúncia, todavia não teve seguimento. Segundo as suas falas: *“quando cheguei à casa ele fez-se de santo, pediu-me desculpas, saímos e fomos passear e, assim, não voltei mais para a polícia”*. As atitudes de Jurema e seu parceiro coincidem com a terceira fase do ciclo de violência, arrependimento ou lua de mel, caracterizada por um comportamento carinhoso e amável do agressor e o pedido de desculpas (Morabes, 2014 & Gallego e Garcia, 2011). O parceiro de Jurema pedia perdão e, ela, ingenuamente o perdoava e convencia-se de que ele ia mudar de comportamento. Nisso, o marido levava Jurema a dar um passeio, mostrava muita gentileza e conseguia reconquistar os seus sentimentos.

Mais tarde, Jurema decidiu separar-se do parceiro. Segundo ela narrou, não foi a situação de violência que ditou a sua decisão *“separei-me dele mas o motivo não foi a violência não, foi por causa dessa jovem (...) como eu já estava habituada a ele e, também já não era assim tão agressivo (...)”*. Nestas verbalizações é evidente a tendência de Jurema a minimizar e subestimar a gravidade dos actos violentos perpetrados pelo marido, o que coincide com as situações reportadas por mulheres participantes do estudo de Diniz (2013). Jurema minimizou a agressividade do marido, alguém que não foi capaz de respeitá-la mesmo em estado de gravidez, um momento muito particular na vida de uma mulher.

Ela hoje está sem filho, precisamente por causa dos maus tratos que sofria, conforme o seu depoimento *“na 3ª gravidez, por causa da porrada acabei perdendo o bebé” (...) “a pancadaria era frequente”*. A violência contra a mulher tem estado na origem de muitas complicações na gravidez que podem resultar em hemorragias, abortos, baixo peso ao nascer, trabalho de parto prematuro, perdas fetais, infecções vaginais, e até mesmo na infertilidade (Santos et al., 2010).

Os pronunciamentos de Jurema conduzem a uma reflexão sobre a complexidade da experiência relacional. A presença quase que simultânea de afecto e violência numa relação conjugal confundem a mulher (Diniz, 2013). Ela acaba por ficar aprisionada ao parceiro e vivenciar sérias dificuldades de atribuir significado ao tipo de sentimento que nutrem um pelo outro. Em síntese, as estratégias usadas por Jurema foram: a oração; a atitude de ficar calada; as tentativas de separar-se do parceiro; a denúncia da situação às autoridades policiais; a decisão de pôr fim à relação conjugal.

Uma vez separada do marido, Jurema quer retomar a sua vida. Ela afirmou que *“gostaria de ter um emprego e voltar à escola, porque se um dia voltar a relacionar-me com alguém, já não quero viver dependendo dele”*. Esta verbalização mostra que Jurema teve alguma aprendizagem e ficou transformada, a partir das experiências que vivenciou. Ela deseja ganhar independência económica, o que pode indicar que mudou a sua concepção sobre os papéis de género numa relação conjugal.

Nos relatos de Jurema está patente a influência do significado que ela atribuía aos actos violentos do marido em relação às possibilidades de desenvolver capacidades resilientes. Em diversas ocasiões, ela foi submetida à agressão física, e num desses episódios chegou a perder o bebé pois, encontrava-se em estado de gravidez. Tendencialmente ela não reconhecia a gravidade da situação ao subestimar os actos praticados pelo parceiro. Na altura em que foi entrevistada, Jurema estava separada do marido, alegadamente não devido à situação de violência. Ela alega que já estava habituada e o marido já não era muito agressivo. O que levou Jurema a separar-se foi, alegadamente, a relação extra-conjugal que o marido mantinha com outra mulher.

Importa referir que, embora timidamente, Jurema evidenciou a presença de alguns elementos dos processos-chave de resiliência. Ela passou por uma transformação, fruto da adversidade vivida (Yunes, 2011). Jurema manifestou o desejo de se tornar economicamente independente. Segundo afirmou, mesmo que no futuro venha a ter um novo parceiro, não quer viver dependente dele, o que revela alguma mudança em Jurema sobre os padrões relacionais entre os parceiros.



#### **4.1.4.4. Posicionamento do parceiro de Jurema**

O marido de Jurema fazia de tudo para mantê-la isolada da sua família e de pessoas amigas. Essa tem sido uma estratégia comum em homens que praticam violência contra as mulheres. Também exercia um forte controle sobre ela; determinava o tipo de roupa que podia vestir e impedia-a de sair de casa, justamente para evitar que familiares ou pessoas amigas pudessem ajudá-la a reflectir sobre o que estava a passar. Certamente, ele temia que a influência de outras pessoas a ajudasse a passar a encarar a relação com o marido de maneira diferente.

#### **4.1.4.5. Presença e papel da rede social**

Jurema possuía uma rede de relacionamentos precária. Ela referiu que a relação com a sua família de origem estava meio complicada. De acordo com os seus dizeres, *“eu estava naquele lar contra a vontade dos meus pais; eles me viam a sofrer muito com aquela pessoa e sempre me diziam para voltar para casa”*. Apesar de o pai e a mãe de Jurema disponibilizarem o seu apoio à filha, foi difícil para ela perceber o tipo de relação que vivia com o parceiro. A negação é um mecanismo de defesa presente e comum em contextos de violência. Esse processo leva a mulher, no caso a Jurema, a manter-se no lar, apesar da agressão e das privações a que era submetida.

Jurema afirmou que não tinha confidente. Suas falas deixam claro o seu isolamento social: *“eu guardo comigo os meus problemas. Quando quero desabafar, às vezes vou à igreja, e lá, quando mergulho em oração, me sinto mais aliviada”*. Ela não partilhava o seu sofrimento com ninguém, o que podia levá-la a viver uma situação de angústia permanente por guardar consigo todas as mágoas.

A relação de Jurema com os irmãos era muito superficial e isso fica evidente nas suas palavras: *“os meus irmãos são boas pessoas, mas eu não os visito exactamente por causa do comportamento das minhas cunhadas”*(...) *“a minha irmã mais velha também não a tenho visitado”*. Nessas falas, Jurema tentou responsabilizar as cunhadas pelo fraco relacionamento que mantinha com os irmãos. Porém, ela referiu que nem à irmã visitava. Ela era proibida de visitar os seus familiares, e procurava obedecer o marido, numa clara assumpção das normas do patriarcado (Diniz & Pondaag, 2004). Ela fazia isso de maneira

quase inconsciente. Além do mais, usava argumentos em defesa do agressor e procurava culpabilizar outras pessoas sobre o distanciamento que mantinha da sua família de origem.

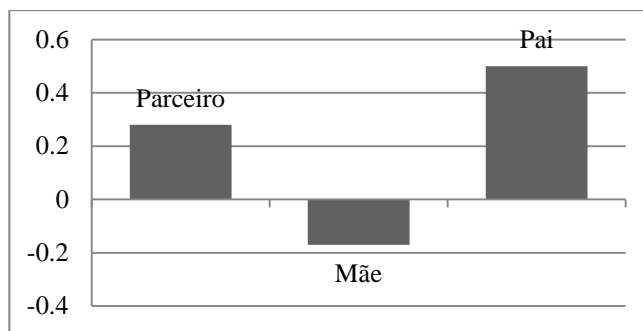
A relação com a vizinhança também era bastante ténue. Ela afirmou que “*a relação com os vizinhos era muito limitada, só nos saudávamos*”. Os depoimentos de Jurema mostram que ela levava uma vida bastante isolada, condição propícia para a prática de abusos contra a mulher (Narvaz & Koller, 2006). O ciúme, o controle e a proibição de trocas, tanto com os familiares como com a vizinhança, levaram a uma situação em que Jurema tinha apenas o próprio agressor como pessoa de referência. Ela vivia afastada de todas as pessoas que poderiam intervir e ajudar a solucionar os seus problemas. Jurema tinha como único suporte a sua fé, pois, segundo ela, encontrava alívio toda vez que mergulhava em oração.

#### **4.1.4.6. Acções do serviço público**

Na análise do caso de Jurema dispomos de poucos elementos para avaliar a actuação do serviço público. Numa primeira vista pode-se afirmar que este serviço cumpriu o seu papel, na medida em que, no momento em que Jurema procurou a atenção destes serviços, foi ouvida. Ela queixava-se de dores, resultantes da agressão sofrida. Por isso, foi encaminhada para uma unidade hospitalar, onde recebeu os cuidados necessários. Como primeiro passo para a intervenção no problema de violência, as autoridades policiais notificaram o agressor. Até esse ponto, o serviço público cumpriu com o seu papel.

#### **4.1.4.7. Resultados do Teste de Identificação Familiar**

Os resultados do FIT mostraram uma autocongruência moderada positiva (0,59), o que significa que Jurema não se percebe da maneira como ela gostaria de ser. Jurema tem uma correlação real fraca com o parceiro (0,28), como mostra a Figura 7.

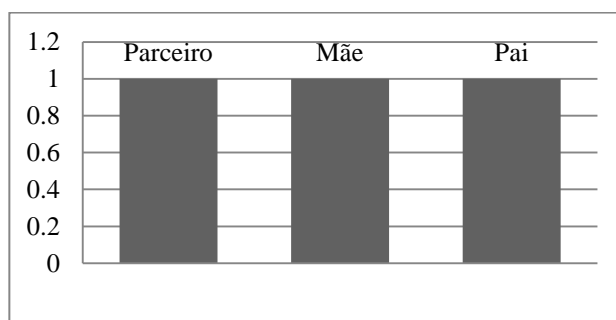


**Figura 7: Identificação real de Jurema**

Os dados do teste revelaram que ela, na identificação real, atribuiu ao marido a pontuação máxima à característica “ser nervoso” e baixa pontuação às características: “tranquilo”, “compreensivo” e “simpático” (Anexo E2). Essa constatação indica que tais características do marido podem ter influenciado negativamente o relacionamento entre o casal.

Ela tem uma correlação moderada positiva com o pai (0,5), sendo por isso, não significativa. A correlação entre ela e a mãe é fraca negativa (-0,17), como mostra a Figura 7. Os dados do teste levam-nos a inferir que Jurema percebe a mãe como alguém que possui muitas características que ela gostaria de ter bem desenvolvidas. Jurema atribuiu pontuação máxima à mãe em características como: “satisfeita”, “animada”, e “segura de si” (Anexo E2).

Na figura 8, a identificação ideal de Jurema com o parceiro mostra uma correlação forte positiva (1,0). Esse resultado pode significar que ela gostaria de ser muito parecida com o parceiro.



**Figura 8: Identificação ideal de Jurema**

Os dados do teste indicaram que ela gostaria que o marido tivesse bem desenvolvidas algumas características que ela possui, nomeadamente: “tranquila”, “animada”, “compreensiva”, “atenciosa” e “simpática” (Anexo E2). Com essa constatação, podemos

inferir que ela buscava e desejava um parceiro com quem tivesse muitas similaridades e afinidades. A não satisfação desse tipo de expectativa pode ter influenciado a presença de conflitos no casal.

Jurema tem também uma correlação ideal forte positiva com o pai e a mãe (1,0), como mostra a Figura 8. Os dados do teste revelaram que Jurema gostaria de ter bem desenvolvidas algumas características suas às quais se atribuiu pontuação baixa ou média na percepção real, nomeadamente: “satisfeita”, “animada”, “segura de si”, “independente” e “simpática” (Anexo E2). O teste ainda indicou que é também seu desejo ver as mesmas características bem desenvolvidas em seus pais. Essa constatação pode indicar que Jurema gostaria de ter o pai e a mãe como modelos a seguir.

#### **4.1.5. Caso Sofia**

Sofia é uma mulher de 35 anos de idade, que concluiu a 11<sup>a</sup> classe do ensino secundário. O parceiro tem 37 anos, estudou até a 8<sup>a</sup> classe e depois fez alguns cursos profissionalizantes. Na altura em que Sofia foi entrevistada disse que o parceiro era homem de negócios. Ela não soube precisar os rendimentos do parceiro mas afirmou: “*meu marido é muito rico*”. Sofia dedicava-se a um negócio, do qual rendia por mês cerca de cinco salários mínimos. Sofia e o parceiro viviam em união de facto, passavam dez anos e não haviam formalizado a sua relação. Eles têm um filho de onze anos e uma filha de sete. O casal viveu durante muito tempo fora do país mas, devido a problemas de saúde do filho, teve de voltar e fixar residência em Maputo, onde Sofia vivia com o filho e a filha, na altura em que foi entrevistada. O marido continuava a viver fora, mas visitava regularmente a família.

Sofia não teve experiência de violência na sua infância. Ela cresceu sem o pai e conviveu mais com a família da mãe, em casa da avó materna. Nunca ouviu falar sobre algum tipo de violência entre o pai e a mãe. Ela tem 11 irmãos pela parte do pai. Pela parte da mãe tem uma irmã mais velha. Sofia é praticante da religião muçulmana e, por conta disso, não consome bebidas alcoólicas. O marido bebe socialmente.

#### **4.1.5.1. Contexto de violência**

Sofia contou que o ambiente de violência neste casal teve início quando ela se apercebeu que o tipo de vida que ela vinha levando não era normal. Desde que passou a viver com o parceiro, o seu dia era preenchido pelas lides domésticas e cuidados com o marido e os filhos. O parceiro fazia altas exigências em relação às refeições. Nas palavras de Sofia, “*ele queria ter a comida pronta e quente*”. Esse relato condiz com os dados da pesquisa de Diniz (2013), em que as participantes se queixavam de uma vida dedicada ao marido e aos filhos, e com pouco ou nenhum reconhecimento do seu labor.

Ela vivia numa situação de várias restrições, sobretudo quanto a movimentações. Segundo seu relato, “*eu comecei a ver que não é normal ficar fechada, não saía de casa e só podia sair com ele*”. Sofia disse que no começo não se importava muito porque tinha um bebê pequeno mas, quando este atingiu dois anos e começou a ir à escolinha, começou a sentir-se muito sozinha. O marido tinha as suas ocupações fora de casa. Quando ela tentou conversar com o marido sobre a possibilidade de arranjar um emprego, ele aborreceu-se e começou a tratá-la com violência.

#### **4.1.5.2. Tipos de violência experienciados**

O parceiro de Sofia praticava frequentemente violência psicológica, evidenciada por atitudes de controle, tais como ficar trancada em casa e só sair acompanhada por ele. As seguintes falas retratam essa situação: “*ele saía comigo só para me acompanhar para o shopping. Fiquei anos sem conhecer a cidade, senão os locais para onde ele me levava*”. O parceiro restringia a circulação de Sofia aos locais por ele seleccionados para mantê-la sob controle. Esse tipo de atitude é muito comum em homens que praticam violência contra a mulher (Aguiar & Diniz, 2010).

Ele também a humilhava com frequência. Sofia relatou: “*...chama-me de pobre, e isso me ofende muito; dói mesmo porque ele sabe que eu tenho muitas limitações*”. “*Diz que eu falo muito, quando eu tinha que agradecê-lo, pois, foi graças a ele que consegui sair da casa da minha mãe*”. Durante a sua vivência conjugal, Sofia referiu ter também sofrido agressão física na forma de espancamento e violência patrimonial, quando o marido a expulsou de casa.

Nas dinâmicas deste casal, as diferenças de status entre os parceiros fomentavam um clima de desigualdade (Carvalho-Barreto et al., 2009). Isso revela as limitações ou a falta de diálogo e a dificuldade que o marido tinha em entender as suas diferenças como formas de manifestação das suas individualidades. Essas constituem dimensões importantes que devem ser consideradas na construção do projecto de vida conjugal (Diniz, 2011).

#### **4.1.5.3. Estratégias usadas por Sofia para lidar com a violência**

Nas primeiras manifestações de violência, Sofia não informava nada à sua família. Só quando notou que estavam a tornar-se sistemáticas é que revelou sua situação, conforme seu depoimento: *“No princípio eu até escondia da minha família mas, comecei a ver que um dia ainda podia me fazer mal sem a minha família saber”*. Sofia narrou vários episódios de violência psicológica e apenas um de agressão física. Todavia, foi em decorrência desse último que, pela primeira vez, denunciou a situação, conforme as suas falas: *“ele bateu-me e dessa vez tive coragem e fui dar queixa”*.

A atitude de Sofia mostra como muitas vezes as mulheres têm dificuldade de caracterizar como violência algumas manifestações mais subtis de violência dos parceiros (Diniz, 2013). Por outro lado, como a violência psicológica não deixa marcas visíveis, é dificilmente reconhecida por aqueles que deviam agir em defesa da mulher. Muitas mulheres que sofrem essa forma de violência têm dificuldades em denunciá-la, por temerem ser desacreditadas (Casique & Furegato, 2006; Hirigoyen, 2006).

Numa das brigas, o marido expulsou-a de casa. Segundo contou: *“ele estava a tirar-me de casa e eu saí. Fui viver com a minha mãe”*. Sofia narrou que levou o caso à justiça, de acordo com as suas falas: *“fui ter com o meu advogado para reivindicar os meus direitos, nós já estávamos juntos há nove anos”*. Por decisão do tribunal, ela voltou a morar na casa de onde o marido a expulsara. A assertividade demonstrada por Sofia e o nível de consciência dos seus direitos contrastam com o padrão tradicional do ser mulher (Diniz & Pondaag, 2004). A postura que ela assumiu pode ter levado o marido a sentir o seu poder ameaçado e, em função disso, insistir com o comportamento violento para se impôr (Zacarias et al., 2012).

Incentivada pelas amigas de infância, com quem sempre manteve contacto, Sofia iniciou uma actividade rentável, contra a vontade do marido. Na pretensão de manter o controle

dos seus movimentos, ele não a deixava sair para comprar o material necessário. Sofia fazia uma lista e ele ia adquirir o material. No momento em que o negócio começou a dar indícios de prosperar, o marido começou a desvalorizar as suas capacidades. Conforme o depoimento de Sofia, ele dizia que *“o negócio só andava bem porque eu estava com ele. Se eu estivesse na casa da minha mãe nem teria condições para fazê-lo”*. Sofia sofria cada vez mais humilhações mas, ela continuou firme.

Sofia tentou separar-se aquando da disputa pela casa. Nessa altura, o marido deixou de fazer as despesas e a família começou a passar por algumas privações. Algum tempo depois, houve reconciliação, como retratam as suas falas: *“ele passou a visitar-nos e acabamos voltando”*. Sofia referiu que tinha dificuldades de separar-se do parceiro por medo do futuro, como atestam as seguintes verbalizações: *“Eu gostaria de ser forte para conseguir me livrar disto mas, não consigo”*. *“Tenho medo de passar privações”*(...) *“já pensei em lhe deixar mas começo a perguntar-me, que tal se amanhã o negócio não der certo”*. Sofia tem consciência de que ainda depende financeiramente do marido e isso a impede de sair dessa relação alienante.

Em algumas ocasiões, Sofia adoptava o silêncio como estratégia para enfrentar a violência, como atesta a seguinte verbalização: *“quando ele vem com provocações, eu procuro sempre não responder”*. Essa atitude coaduna-se com uma das concepções estereotipadas do ser mulher: sofrer calada porque isso faz parte do destino da mulher (Sagim et al., 2007). Diniz e Pondaag (2004) identificaram, em pesquisas realizadas com mulheres em situação de violência, que o silêncio e o segredo são ferramentas usadas pelas mulheres para se protegerem e se manterem na relação, de modo a garantir a sustentação dos filhos.

Sofia mostrou, na entrevista, ter perspectivas quanto ao futuro. Ela afirmou: *“eu gostaria de alcançar alguma independência, (...), a guerra agora é juntar meu dinheiro para construir a minha própria casa”*. Apesar de Sofia estar consciente dos direitos que tem sobre os bens construídos com o marido, cabe apontar que muitas mulheres que se separaram ficaram decepcionadas pela decisão tomada judicialmente em relação aos bens do casal. Devido a incongruências das instâncias de justiça, as mulheres que sofrem violência quando decidem separar-se acabam sendo prejudicadas, uma vez que o esforço despendido ao longo dos anos de vivência conjugal para a construção do património do casal é desconsiderado. A tendência da justiça e da sociedade é ver o homem como o único construtor e detentor do património.

As mulheres que decidem separar-se assumem que se o preço da liberdade é recomeçar tudo de novo, estão dispostas a empenhar-se nessa batalha. No caso concreto de Sofia, ela afirmou que o casal possuía várias casas. Se ela acreditasse nas possibilidades de defesa dos seus direitos, talvez ela tivesse outro tipo de preocupação, mas, ainda prevalece a necessidade de ter uma casa própria. Sofia ainda tem esperança de ver o comportamento do marido mudado, conforme as suas falas: *“eu espero que esta situação que a gente vive agora termine por bem, ele mudar de algumas atitudes, deixar de pensar que ele pode comprar as pessoas com os bens que ele tem”*. Esse tipo de expectativa confere com os dados da pesquisa de Sagim et al., (2007) em que as mulheres procuram apoio externo na esperança de que os maridos aprendam a controlar o seu comportamento agressivo. Em resumo, Sofia adoptou as seguintes estratégias: a adopção do silêncio; a denúncia da situação às autoridades policiais e judiciais; o desenvolvimento de uma actividade de rendimento de modo a reduzir a dependência financeira em relação ao marido e a tentativa de separação.

O relato de Sofia denota a presença de elementos dos processos-chave de resiliência, como a coragem, a perseverança e o senso de coerência (Yunes, 2011). Quando o marido a expulsou de casa, ela foi muito assertiva e corajosa na reivindicação dos seus direitos. Ela fez de tudo para reverter a situação. O parceiro de Sofia desvalorizava constantemente as suas capacidades no negócio, todavia, ela foi perseverante e, graças a isso, tem vindo a conquistar mais espaço no seu relacionamento com o marido. Sofia manifestou o senso de coerência, pois encara as crises no relacionamento com o marido como desafios compreensíveis e administráveis e, por essa via, acredita em novas possibilidades de conduzir a vida. Ela guarda boas perspectivas em relação ao futuro.

#### **4.1.5.4. Posicionamento do parceiro de Sofia**

O parceiro de Sofia é um homem bem posicionado financeiramente. Ele é profundamente marcado pelas concepções estereotipadas dos papéis de género, ou seja, ele vê a mulher como um ser que deve estar totalmente disponível para servi-lo, sem ideias próprias e sem iniciativa. A possibilidade de a mulher participar nos projectos da vida do casal e influir no uso dos bens adquiridos não é cogitada por ele. A própria Sofia afirmou: *“meu marido é um homem rico”*. Essa verbalização mostra como ela, em momento algum assume os bens do marido como sendo do casal, a julgar pela forma como os mesmos são geridos.



É comum ouvir homens a vangloriar-se porque dão de tudo às esposas, e não perceberem o porquê delas insistirem em querer trabalhar fora. O comentário soa como se viesse de alguém que de facto quer o bem à sua mulher. O que impera, todavia, é o seu egoísmo e a necessidade de controlar os movimentos da mulher. Ao mantê-la numa situação de total dependência financeira, ele garante o seu poder sobre ela. As manifestações do parceiro de Sofia se encaixam neste perfil.

A persistência de Sofia em desenvolver o próprio negócio representava uma afronta à autoridade do marido e, por isso, ele intensificava as humilhações na tentativa de reconquistar o seu domínio (Zacarias et al., 2012). O marido a proibia de conviver com a sua família de origem. Um dia ele chegou de viagem e encontrou Sofia a jantar com os seus irmãos. Segundo ela contou, o marido expulsou todo o mundo aos berros dizendo: *“na minha casa eu não quero pobres e, nela só entra quem for convidado por mim”*. Depois dessa humilhação, os familiares de Sofia passaram a ter muitas dificuldades em visitá-la, para não correrem o risco de voltarem a ser destratados.

O marido de Sofia dirigia os seus negócios, fazia a administração da vida financeira da família e dos bens do casal, sem o mínimo envolvimento da mulher. Essa atitude retrata uma tendência de dar ênfase à sua individualidade na relação conjugal, o que constituía motivo de tensões que levavam a situações de violência entre os cônjuges (Zordan, et al., 2009). Por outro lado, influenciado pela concepção rígida dos papéis tradicionais de género, ele acha que o lugar da mulher é no espaço privado, no lar, ocupando-se dos cuidados com a casa e com a família, enquanto cabe ao homem cuidar das actividades relacionadas aos negócios da família (Casique & Furegato, 2006). Reitera-se assim a premissa patriarcal do homem como chefe da família e a mulher como sua dependente.

#### **4.1.5.5. Papel e presença da rede social**

Sofia possui uma boa rede de relacionamentos. A muito custo, ela consegue manter as suas ligações com a família, embora o parceiro esteja apostando em encontrar maneiras de as destruir. A tendência de manter a mulher afastada de sua família e de outros relacionamentos tem sido comum em homens violentos, uma vez que isso permite a eles exercer melhor o controle sobre a mulher e os filhos (Diniz, 2013).

A família de Sofia, apesar destas contrariedades, continua apoiando a ela. Nas suas palavras: *“minha família já disse que eu tenho que tomar alguma atitude e, seja qual for a minha decisão, posso contar com o seu apoio mas, eu tenho medo”*. A atitude empática da família de Sofia constitui um requisito básico para o seu fortalecimento pois, em caso de necessidade, ela sabe que pode contar com a sua colaboração.

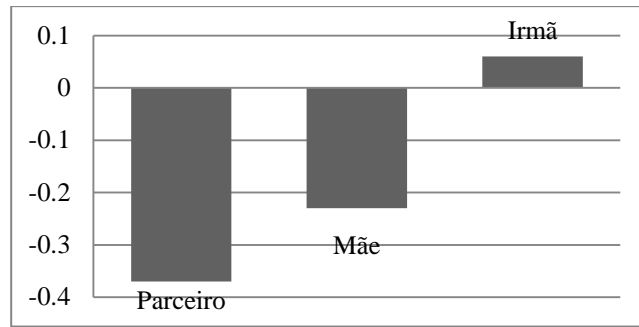
Sofia também mantém uma boa relação com as amigas de infância. Na entrevista ela mencionou a importância do apoio delas: *“se continuo com o meu negócio, é graças à força que elas me dão”* (...) *“são minhas amigas desde a infância”*. Sofia goza de uma relação de confiança e apoio, o que é entendido por Grossi et al., (2008) como um elemento potencial para fortificar as mulheres que sofrem violência.

#### **4.1.5.6. Acções do serviço público**

No caso de Sofia, dispõe-se de poucos elementos para avaliar a actuação dos serviços públicos. A principal constatação foi que, mediante a queixa apresentada por Sofia, os serviços agiram de forma adequada. Foram tomadas medidas para evitar que o marido voltasse a expulsá-la de casa. O marido foi advertido a respeitar o direito que a mulher tem sobre a casa. Também foi esclarecido que sob hipótese alguma ele poderia vendê-la sem o consentimento da mulher. O facto de Sofia ter contratado advogado e ser uma mulher que possui um nível de educação e consciência de seus direitos, pode ter contribuído para ela ter obtido um tratamento diferenciado.

#### **4.1.5.7. Resultados do Teste de Identificação Familiar**

Os resultados do FIT indicaram uma fraca autocongruência de Sofia (0,16). Esse dado significa que ela se percebe muito diferente do jeito que gostaria de ser. Ela tem uma correlação fraca negativa com o parceiro (-0,37), como se pode ver na Figura 9. Os dados do teste apontaram que na identificação real Sofia atribuiu pontuação mínima ao parceiro nas características: “tranquilo”, “animado”, “comunicativo”, “compreensivo” e “simpático”, o que contrasta com a forma como se percebe a si própria (Anexo E2). Esse tipo de diferenças pode ter originado desentendimentos entre o casal, uma vez que Sofia esperava que o marido tivesse sido mais compreensivo das suas dificuldades e limitações.

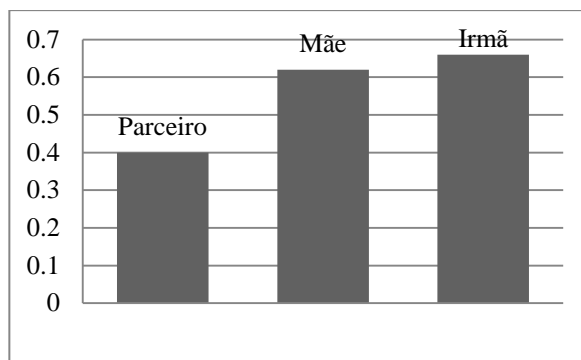


**Figura 9: Identificação real de Sofia**

Sofia tem também com a mãe uma correlação fraca negativa (-0,23) (Figura 9). Os dados do teste indicaram que Sofia atribuiu à mãe uma pontuação baixa nas características: “satisfeita”, “segura de si” e “independente” (Anexo E2). Sofia tem sido uma pessoa batalhadora e muito segura de si. Ela quer ganhar autonomia e independência económica em relação ao marido. Esta constatação revela o quanto a Sofia se acha diferente da mãe, o que em parte pode explicar a congruência negativa entre elas.

A correlação real de Sofia com a irmã é fraca (0,06). As principais diferenças entre ela e a irmã residem no facto de a Sofia perceber a irmã com uma pessoa pouco medrosa, comparativamente a ela. Os dados do teste mostraram ainda que Sofia atribuiu à irmã pontuação acima da média nas características: “satisfeita”, “tranquila” e “segura de si”. Ela considera que estas características estão pouco desenvolvidas em si (Anexo E2).

Os dados de identificação ideal de Sofia com o parceiro indicam uma correlação moderada positiva (0,4) conforme a Figura 10. Esse dado revela que Sofia gostaria de ver desenvolvidas no marido algumas das características que ela possui como “tranquilo”, “animado”, “comunicativo”, “compreensivo”, “atencioso” e “simpático” (Anexo E3). Esta constatação leva-nos a inferir que ela privilegiava a complementaridade na busca do parceiro. A falta de respeito às diferenças, necessidades e limites entre os parceiros neste casal, levou ao desenvolvimento de dinâmicas não adequadas no seu quotidiano.



**Figura 10: Identificação ideal de Sofia**

Sofia reconheceu vir de uma família sem grandes posses e, o marido, no lugar de demonstrar empatia em relação ao contexto de origem da mulher, usava-o como pretexto para humilhá-la. Apesar de o parceiro de Sofia possuir um status social elevado, faltava-lhe a compreensão e a empatia, que em muito contribuiriam para que as diferenças sociais não constituíssem motivo de desavenças. Ele também não reconhecia as qualidades e competências de Sofia nem a sua contribuição para a manutenção do bem estar da família.

Diante dessa realidade podemos inferir que Sofia não encontrou as características que, não tendo sido desenvolvidas em si, buscava e desejava no parceiro, em termos de complementariedade. Essa falta pode ter criado um vazio na vida de Sofia e um grande distanciamento das suas expectativas. Tudo isso, aliado à falta de compreensão por parte do marido, fez com que a situação evoluísse de tal modo que as diferenças entre eles passaram a constituir factor de risco para Sofia sofrer violência.

Na identificação ideal, Sofia tem com a irmã uma correlação moderada positiva, porém significativa (0,66). Este dado pode significar que a irmã é a pessoa com quem Sofia gostaria de ser parecida, isto é, tem a irmã como modelo a seguir. Os dados do teste indicaram que Sofia reconhece na irmã algumas características que gostaria de vê-las bem desenvolvidas em si, tais como: “satisfeita”, “segura de si” e “compreensiva” (Anexo E3).

A correlação ideal de Sofia com a mãe também é moderada positiva (0,62) conforme a Figura 10. Esta constatação pode significar que Sofia gostaria que ela e a mãe tivessem desenvolvidas algumas características similares, nomeadamente: “satisfeita”, “tranquila”, “segura de si” e “independente” (Anexo E3).

#### 4.1.6. Caso Isabel

Isabel é uma mulher de 35 anos, e possui como habilitações literárias a 11ª classe do ensino secundário completo. O parceiro tem 39 anos e estudou até a 3ª classe do ensino primário. Na altura da pesquisa, Isabel dedicava-se à actividade comercial - ela possuía uma mercearia. O parceiro era proprietário de uma ferragem e de um armazém de venda de bebidas. Isabel tinha um rendimento mensal de cerca de 3 salários mínimos. Ela não soube dizer qual era a renda do marido, mas afirmou que ele tinha ganhos muito superiores aos dela. Isabel não consome bebidas alcoólicas. O marido, contudo, bebe com frequência.

O tempo total de coabitação do casal foi de dezoito anos, mas eles só casaram oficialmente em 2009. Na altura em que decorreu a entrevista estavam separados havia oito meses. Eles têm uma filha de 16 anos, um filho de nove e outro mais novo de seis anos.

Isabel tem oito irmãos e sete irmãs pela parte do pai. Do mesmo pai e mãe, são seis irmãos e ela é a única mulher. Na sua infância, viu a mãe sendo agredida pelo pai. Ela contou que o pai era militar e que quando batia na mãe pisava-a com botas que acabou por ficar deficiente. Isabel disse que a mãe ficava calada perante a violência que sofria e que nunca denunciou a situação. Na ocasião em que foi entrevistada, o pai e a mãe estavam separados. O pai vivia com outra mulher.

##### 4.1.6.1. Contexto de violência

Isabel contou que começou a sofrer violência desde o início da sua coabitação com o marido. Segundo ela, no princípio as brigas não eram muito frequentes, porém, a situação foi se deteriorando e, nas suas palavras: “*depois do casamento começou a tratar-me como se fosse uma comprada*”. Para perceber o uso da metáfora “ser uma comprada” questionou-se se o marido havia feito *lovolo*<sup>1</sup>. Ela respondeu negativamente, nos seguintes termos: “*os meus irmãos não quiseram lovolo. Disseram para o meu marido oferecer o que ele quisesse aos meus pais*”.

---

<sup>1</sup> O *lovolo* é uma prática muito comum no sul de Moçambique na qual o noivo dá à família da noiva uma compensação monetária e/ou em espécie. O *lovolo* tem a função de legitimar a passagem da mulher do seu grupo familiar para o grupo familiar do marido. Também confere à aliança conjugal um carácter mais ou menos duradouro (Bagnol, 2008).

Alguns homens interpretam a prática de *lovolo* como uma forma de aquisição da mulher, a partir da qual passam a considerar que têm todos os direitos sobre ela. Se o marido de Isabel tivesse feito *lovolo*, essa seria uma possível explicação para a agudização das agressões após o cumprimento desse ritual.

Neste casal, o motivo central das brigas foi sempre o ciúme. Isabel é uma mulher bonita e que tem postura elegante. Ela relatou: “*quando ele olha para mim vê uma mulher que tem muitos homens*” (...) “*basta ele desconfiar começa a bater*”. Essas verbalizações evidenciam como a insegurança do parceiro de Isabel contribuía para a construção de uma dinâmica relacional caracterizada por violência (Zordan et al., 2009).

Isabel referiu ter passado duas semanas em casa de uma das irmãs que acabara de enviuvar. Nesse período o marido envolveu-se com outra mulher e levou-a para casa. Ao regressar, Isabel encontrou algumas peças de roupa feminina no quarto do casal e perguntou ao marido o que teria acontecido. Eis que ele respondeu: “*você passou lá 15 dias, acha que eu ia aguentar ficar esse tempo sem mulher*”? A resposta do marido revelava o lugar de objecto em que ele colocava a mulher. Na falta de uma, tratou logo de buscar outra em substituição, para satisfazer as suas necessidades, sem se importar com a lealdade implícita em uma relação conjugal.

A atitude do parceiro de Isabel deixou claro para ela a sua tendência em preocupar-se com a satisfação dos seus desejos pessoais (Zordan et al., 2009). Foi notória a falta de empatia e de companheirismo neste casal. O motivo da ausência da mulher era sobejamente conhecido pelo marido e, numa relação de respeito, ele no mínimo teria se solidarizado com a experiência de morte vivida pela irmã da esposa. Desse modo, não se teria permitido procurar outras mulheres na ausência da esposa.

Isabel foi agredida fisicamente pelo marido, por lhe ter oferecido um presente. Ela teve intenção de felicitá-lo pelo dia dos namorados, porém, não o fez no dia 14 de Fevereiro. Segundo explicou, quando o marido chegou a casa ela não tinha tido tempo de redigir uma dedicatória. Ao final do dia, o marido convidou-a a sair e foram jantar. Então, no dia seguinte, logo pela manhã, Isabel dirigiu-se a ele e disse: “*meu amor, aqui está o teu presente*”. Segundo relatou Isabel, o marido reagiu de forma muito estranha. Chutou o cestinho que continha o presente e, aos gritos dizia: “*onde é que você apanhou isto aqui*”?

(...) “*você anda a receber presentes de seus amantes para vir dar a mim (...)*”. A partir de então, ele ficou muito aborrecido e deixou de falar com a mulher.

Por algum período, o marido de Isabel mal dirigia uma palavra à mulher. Foi nesse clima que, um dia, quis forçá-la a manter relações sexuais e ela recusou-se. Segundo contou Isabel, esse tipo de atitude era frequente. Nas palavras de Isabel “*quando zanga comigo não fala comigo e não me diz nada mas, sobe em cima de mim*” (...). “*Dessa vez neguei, fez todo o esforço, mas eu neguei*”. A atitude de recusa por parte de Isabel enfureceu o marido. Ele, dominado pela ideia de hegemonia masculina, sentiu o seu poder desafiado por uma mulher que se recusava a cumprir com um dever conjugal (Hirigoyen, 2006; Osório, 2013).

No dia seguinte, o parceiro de Isabel, fazendo uso do poder que lhe é conferido no sistema patriarcal, ordenou à mulher que arrumasse a roupa dela porque ia acompanhá-la de volta à casa dos pais. Isabel não aceitou e afirmou: “*estou aqui porque a casa é nossa. Aqui é minha casa também e vamos viver juntos aqui*”. É comum, em algumas famílias moçambicanas que, se o marido não estiver satisfeito com certas atitudes da mulher, a devolva à casa de seus pais, sob pretexto de que precisa “ser educada”, situação que confere com os ditos de Iop (2009). Em alguns casos, o homem usa essa artimanha para se livrar da mulher.

A recusa de Isabel em manter relações sexuais forçadas representou mais uma afronta ao poder do macho. O marido sentiu novamente o seu poder enfraquecido e começou a agredi-la fisicamente. Em resposta aos pedidos de socorro de Isabel, os vizinhos tiveram de arrombar a porta do quarto para libertá-la. Foi nessa altura que ela conseguiu escapar das agressões do marido. Um dos irmãos de Isabel também soube do que se estava a passar e foi até à casa dela. Interrogado sobre o motivo daquelas agressões, o parceiro de Isabel, contornou a causa principal da agressão e afirmou: “*eu quero saber porque é que ela me deu presente no dia 15 e não me deu no próprio dia 14*”. Todos os que estavam no local ficaram indignados com esta resposta e viraram-se contra ele dizendo que todo o mês de Fevereiro era próprio para isso e não viam nenhum problema.

O marido de Isabel tendia a usar a violência frequentemente como estratégia para resolver os conflitos entre o casal. A partir de pequenas divergências de ideias, ele ia acumulando tensões e, no lugar de dialogar com a mulher para expôr o seu desagrado, fazia imposições

de forma muito autoritária. Isabel, por sua vez, encarava a relação conjugal como uma oportunidade de companheirismo e de troca de afectos. Ela era muito assertiva e provavelmente não correspondia ao tipo de mulher idealizado pelo marido. Importa também considerar a possibilidade de as disparidades de nível educacional entre estes parceiros ter contribuído para que se instalasse um ambiente de violência no casal, o que corrobora com os resultados do estudo de Zacarias et al., (2012).

#### **4.1.6.2. Tipos de violência experienciados por Isabel**

O marido de Isabel praticava violência física contra ela por meio de espancamentos, empurrões, chutos e socos. Também a agredia verbalmente. Segundo ela relatou, “*quando ainda só tínhamos a 1ª filha, deu-me umas chapadas numa festa no meio de muita gente e arrastou-me para o carro*”. Na sua explanação, o marido ficara com ciúmes porque um dos convidados elogiou a sua beleza. Isabel afirmou que, dessa vez, não denunciou o marido porque o amava e, segundo as suas falas, “*eu sempre alimentei a esperança de que um dia as coisas iriam mudar*”. Esse pronunciamento de Isabel confere com os dados de Sagim et al., (2007) em cuja pesquisa as mulheres participantes eram relutantes em fazer denúncia, por acreditar que seus maridos iriam, eventualmente, mudar de comportamento.

Isabel sofreu violência psicológica por meio de insultos que o marido proferia, tanto na presença de outras pessoas, quanto da filha e dos filhos do casal. Numa certa altura, ela pretendeu continuar com os estudos, porém, o marido não lhe permitiu. Isabel relatou que, porque ainda gostava do marido, teve de desistir do seu sonho, para obedecer às imposições do marido, atitude justificada na lógica do patriarcado (Diniz & Pondaag, 2004).

Isabel também passou por humilhações. Ela contou que, numa certa ocasião, o marido a expulsou de casa, acusando-a de ser infiel. De imediato, trouxe em seu lugar uma mocinha. Passado algum tempo, o marido foi pedir que a mulher voltasse, com promessas de que situações daquela natureza não voltariam a acontecer.

O marido de Isabel se achava um todo-poderoso e não tinha o mínimo de consideração por ela. Mandava-a embora de casa quando bem entendesse e, depois, decidia que ela devia regressar, isto é, as coisas funcionavam do jeito que ele quisesse. No momento em que Isabel foi entrevistada, já se encontrava fora da casa em que morava com o parceiro,



porém, as humilhações continuavam. Numa certa altura, Isabel manifestou o desejo de passar a viver com as crianças. O marido recusou o seu pedido e, segundo ela, afirmou “*não te dou os meus filhos para passarem fome (...) você e sua família são pobres e não têm como cuidar deles*”. Isabel relatou que, entretanto, tudo o que o casal possuía era resultado do esforço conjunto. O marido, porém, se considerava o único proprietário dos bens.

Isabel sofreu violência sexual. Ela viu-se forçada a ceder à prática do acto sexual, contra a sua vontade, por diversas ocasiões, até que um dia recusou-se, conforme referido na pág. 95. De acordo com os papéis tradicionais de género, a mulher tem a obrigação de satisfazer sexualmente o marido (Osório, 2013). A partir desse tipo de ensinamento, muitas vezes as mulheres vivem situações de sexo forçado e não tomam isso como violência, pois o sexo é considerado parte das obrigações da mulher casada numa sociedade patriarcal.

A violência moral também esteve presente na vida de Isabel. Por várias ocasiões o marido a difamou, acusando-a de ter amantes. Essa cisma ficou evidenciada na sua reacção quando da entrega do presente por ocasião do dia dos namorados, conforme relatado na pág. 94.

#### **4.1.6.3. Estratégias usadas por Isabel para lidar com a violência**

A prática de violência pelo parceiro de Isabel vinha acontecendo desde o início da sua coabitação. Ela referiu ter permanecido todo aquele tempo com o parceiro, porque “*na igreja aconselham que devemos orar sempre, que há-de haver solução; as coisas vão mudar mas, no meu caso, nada mudou*”. Esse relato corrobora com as constatações de Medeiros (2010) em que pastores e padres aconselham mulheres em situação de violência conjugal a terem fé, esperança de que o parceiro irá mudar e, assim, manterem a família unida. São estimuladas a serem perseverantes em oração e, como resultado Deus, vai operar as mudanças necessárias em suas famílias.

Isabel passou muito tempo seguindo esses preceitos, porém a situação de violência prevaleceu e com tendência ao agravamento. Ademais, devido à situação de pressão em que ela vivia, chegou a desenvolver algumas doenças, segundo o seu depoimento: “*Acabei saindo por causa de problemas de saúde (...) a minha tensão arterial estava sempre elevada*”. Esse depoimento corrobora com os dados de Day et al., (2003) em que a situação de violência é associada a graves problemas de saúde na mulher. Nessas circunstâncias, a

crença de Isabel de que por meio da sua fé e de orações poderia ocorrer alguma mudança na conduta do parceiro constituiu um factor de risco para a sua saúde. Vale a pena reflectir sobre a validade da oração como forma de resolução dos problemas de violência contra a mulher. A oração tem o papel de dar força, mas a pessoa precisa de tomar atitudes que levem à interrupção da violência. Importa também realçar a pertinência de as mulheres serem capazes de detectar os primeiros sinais de violência e, em função disso, procurarem auxílio, o mais cedo possível.

Isabel sentia-se de mãos atadas e com poucas possibilidades de reagir. Ela estava muito agastada com o tipo de vida que levava. Esse processo fica evidente em sua afirmação: “*eu calei-me e suportei muita coisa porque queria viver com os meus filhos*”. Esse depoimento revela a concepção tradicional de papéis de género em que a mulher deve sacrificar-se pelos filhos, colocando em risco a sua saúde e, muitas vezes a própria vida (Diniz e Pondaag, 2004).

Isabel relatou que depois de mais um episódio de violência física, denunciou o caso à polícia. Suas expectativas ao fazer a denúncia foram as seguintes “*eu apenas queria que ele ficasse assustado, ou mudar de comportamento, mas depois disso, a situação piorou*”. Esse depoimento confere com a constatação de Sagim et al., (2007) de que nem todas as mulheres que vão à delegacia querem a condenação para o marido. A sua expectativa é encontrar no apoio externo uma forma de levar os maridos a controlarem o seu comportamento agressivo e, por essa via resgatar a relação familiar e conviver com respeito e harmonia.

Mais tarde, Isabel tomou a iniciativa de se separar e disse que o fez por dois motivos. O primeiro era a sua saúde. Segundo as suas falas, “*a minha tensão arterial está sempre elevada (...) por isso estou decidida a me separar*”. Outro motivo foi a acusação do marido de que ela pretendia envenená-lo. Isabel ficou perturbada com isso e, na sua interpretação, achou que, provavelmente, o marido teria essa intenção, conforme as suas palavras: “*admiti a hipótese de ser ele quem estava a pensar em envenener-me e foi daí que eu saí*”.

Isabel voltou para a casa dos pais e, na altura em que teve lugar a entrevista, estava em curso o processo de divórcio. Na primeira sessão de audiência, foram aconselhados a permanecer juntos mas, por temer sofrer mais violência, ela manteve a sua decisão. Ela mostrou muita firmeza e disse que pretende levar o assunto até às últimas consequências.

Perguntada sobre perspectivas quanto ao futuro, ela revelou estar ainda preocupada com o processo de divórcio. Manifestou o desejo de ter a guarda das crianças e disse que, depois disso, iria pensar melhor na vida pessoal. Em suma, as estratégias adoptadas por Isabel foram: a perseverança em oração; a atitude de ficar calada; a denúncia da situação de violência às autoridades policiais; a iniciativa de separar-se do parceiro.

As estratégias usadas por Isabel no enfrentamento da violência evidenciam alguns elementos dos processos-chave de resiliência, nomeadamente, o sistema de crenças, o olhar positivo e a flexibilidade (Yunes, 2011). O sistema de crenças foi demonstrado pela capacidade de atribuir significado e contextualizar os actos praticados pelo parceiro. Esse facto contribuiu para Isabel reconhecer que estava a viver situações de violência. O olhar positivo foi manifesto por Isabel através da aceitação de que não podia mudar o comportamento violento do marido. Mediante esse facto, ela tomou a iniciativa de se separar para pôr fim ao ciclo de violência. A flexibilidade foi traduzida pela capacidade de se proteger. Quando da primeira audiência em tribunal, Isabel preferiu seguir o processo de divórcio afastada do marido, por temer a possibilidade de sofrer mais actos de violência. A firmeza demonstrada por Isabel e a pretensão de levar o processo até às últimas consequências revelam que ela possui a capacidade de perseverança, outro elemento essencial do sistema de crenças.

#### **4.1.6.4. Posicionamento do parceiro de Isabel**

O parceiro de Isabel tendia a centralizar a tomada de decisões, o que é típico de uma sociedade patriarcal (Tvedton et al., 2010). O caso mais caricato foi em relação ao casamento, em que ele decidiu unilateralmente pela sua realização. A mulher teve conhecimento de que iam se casar numa reunião de família convocada pelo marido. Ela assim o exprimiu: *“chegaram os meus pais. Foi quando ouvi ele a dizer: papás, nós queremos-nos casar (...) agora vamos a casa dos padrinhos. Foi nessa altura que eu fiquei a saber que íamo-nos casar”*. Terminado o encontro com os padrinhos, regressaram à casa. Nos dias que se seguiram, ela ouvia o marido a comentar com os amigos e outras pessoas da família que estava para se casar porém, o casal nunca tinha conversado sobre o assunto.

Nesse contexto, um dia Isabel perguntou: *“estou a ouvir que há um casamento, é comigo que queres casar?”* O marido respondeu afirmativamente e, então, ela retorquiu: *“porque*

*queres casar comigo*”? A resposta do marido foi *“eu vou me casar contigo porque tivemos filhos juntos”*. Segundo o ponto de vista de Isabel, terem filhos não era motivo suficiente para se casarem e, terá dito: *“se você quer casar comigo porque tivemos filhos, ainda tens que encontrar uma mulher a quem tu amas para casar com ela”*. *“O casamento tem que ser por amor e não é por causa de filhos”*. Isabel contou que o marido não foi adiante com a conversa. Os preparativos continuaram e, na data marcada, realizou-se a cerimónia.

Nesse pequeno diálogo verifica-se uma divergência sobre as expectativas em relação ao casamento. O parceiro de Isabel vê o casamento como um acto vinculado ao sexo e à reprodução, enquanto para ela, o casamento tem que aliar amor, amizade e liberdade sexual (Zordan et al., 2009). Neste relacionamento, são notórias as dificuldades em construir um projecto de vida conjugal. O marido de Isabel tende a ser muito rígido, característica que não favorece as cedências necessárias para o fortalecimento da relação (Paiva, 2009).

A construção de uma conjugalidade saudável implica a existência de uma disposição ao diálogo constante. Exige também uma entrega ao parceiro, o equilíbrio e a reciprocidade nas trocas, em função do interesse colectivo. A dificuldade de conviver com as diferenças entre estes parceiros contribuiu para o surgimento de uma dinâmica relacional caracterizada pela violência.

O parceiro de Isabel é profundamente marcado pela concepção tradicional dos papéis de género. Ele entende que, pelo matrimónio, a mulher torna-se sua propriedade, sobre a qual ele tem plenos direitos. Contrariamente, Isabel vê o casamento como uma relação de reciprocidade que deve ser construída, e cujas dinâmicas determinam a sua continuidade ou não (Chaves, 2011). A este respeito, Isabel afirmou: *“se não há entendimento, praticamente o casamento fica sem nenhum efeito. Não é por causa do casamento que temos que ficar juntos”*. Entre os membros deste casal existia uma grande divergência quanto ao que leva os cônjuges a permanecerem juntos. Enquanto para o marido é a força das regras e o efeito da formalização da relação que determinam a continuidade de um casamento, a mulher privilegia os benefícios que a relação a dois pode trazer.

O parceiro de Isabel considerava os problemas do casal como sendo de âmbito privado. Durante as discussões com a mulher várias vezes ele teria afirmado: *“nos problemas que acontecem entre nós os dois, ninguém pode fazer nada”* (...) *“eu casei-te oficialmente, então, tu pertences a mim”*. Esse tipo de posicionamento encontra suporte nas regras da

sociedade patriarcal, em que o homem tem a mulher como sua propriedade (Osório, 2013). Na sociedade patriarcal, é comum a presença de um homem que exerce controle sobre a mulher. Em idades mais novas, o pai ou um irmão exercem esse papel e, uma vez que Isabel estava casada, o marido passou a assumir essa autoridade.

Mediante a denúncia de violência feita por Isabel, o marido menosprezou a competência da polícia e proferiu ameaças do tipo “*você meteu queixa para mim, mas quero mostrar-te que não vais fazer nada, nem a tua polícia, ninguém me vai fazer nada*”. Ele achava-se acima de qualquer autoridade e, dito isso, intensificou os actos de violência. Passou também a ausentar-se de casa. Depois de alguns dias, o marido regressou à casa e disse que havia passado aquele tempo fora porque ficara a saber que a mulher estava para envenená-lo. Avisou que não passaria mais as refeições ali, para não correr o risco de morrer envenenado.

#### **4.1.6.5. Presença e papel da rede social**

Isabel possui uma rede de relacionamentos sólida. Ela tem uma forte ligação com seus irmãos e suas cunhadas. O irmão mais velho é o seu confidente. Ela e os irmãos visitam-se normalmente, embora a frequência tenha reduzido devido a algumas atitudes do marido. De acordo com o depoimento de Isabel, “*às vezes, na presença deles, havia porrada, discussões, insultos. E como não gostavam desse tipo de ambiente, passaram a sentir-se limitados*”. O afastamento de familiares da mulher é condição favorável para a manutenção da violência (Diniz, 2013).

Houve situações em que o marido agrediu Isabel na presença dos irmãos. Eles interviram, porém, ele não se mostrava colaborativo. Ficou evidente que a prática de violência na presença de familiares de Isabel poderia ser um acto premeditado pelo marido, exactamente para causar mal-estar e fazer com que ela ficasse isolada. Com isso ele promovia o afastamento da família de Isabel e ganhava mais espaço para maltratá-la.

Isabel referiu ter pessoas amigas, apesar de não ter muita intimidade com elas. Ela afirmou “*meus melhores amigos são os meus irmãos. Com eles converso de tudo, menos nada*”. Ela participava activamente na igreja e sempre recebeu apoio dos irmãos da igreja e dos pastores, relativamente aos problemas por que estava a passar. Isabel partilhou com a família a decisão de se separar do marido. Os irmãos declararam que apoiariam qualquer

decisão que ela tomasse. Porém a mãe não esteve de acordo. Isabel está decidida a seguir a sua vida e afirmou “*a minha mãe sempre me falou que tenho que aguentar (...) mas eu decidi não ouvir mais conselhos. Eu que sofro sou quem decide*”. Apesar de Isabel ter presenciado a mãe a ser maltratada pelo pai, ela não ficou impotente perante as incursões do marido, ela desenvolveu capacidades de proteger-se e tomou iniciativa de separar-se do parceiro violento. Este dado contradiz alguns autores segundo os quais crianças que testemunharam suas mães sendo agredidas pelos pais tendem a considerar a violência como algo natural nos relacionamentos amorosos (D’Oliveira et al., (2009). Deste modo, os fundamentos da aprendizagem social não explicam cabalmente a transmissão intergeracional da violência.

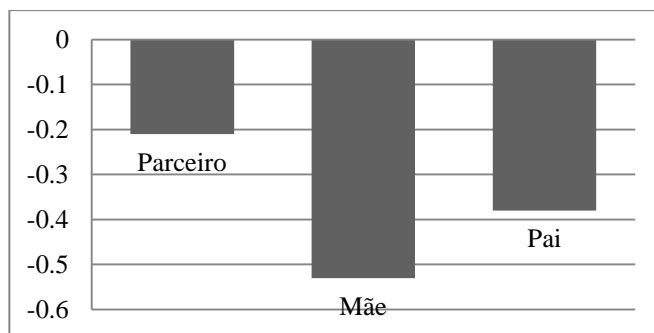
Isabel tem bom relacionamento com os vizinhos. Muitas vezes foram elas/es que a socorreram perante as incursões do marido. A possibilidade de contar com a intervenção da vizinhança mostra que a comunidade em que ela vivia entendia a violência conjugal como um problema social e, por isso, preocupava-se em contribuir para a redução da violência nos lares. Essa constatação corrobora com os ditos de Garcia-Moreno (2000), segundo quem um dos preditores de comunidades com baixo nível de violência é a possibilidade de estas intervirem nas brigas entre marido e mulher.

#### **4.1.6.6. Acções do serviço público**

No seguimento deste caso, cabe assinalar que dispomos de pouca matéria para analisar a actuação do serviço público. Foi relatado apenas um encaminhamento de Isabel a uma unidade hospitalar, devido às agressões físicas perpetradas pelo marido, o que corresponde ao procedimento previsto em casos de violência.

#### **4.1.6.7. Resultados do Teste de Identificação Familiar**

Foi aplicado o Teste de Identificação Familiar cujos dados revelaram que Isabel tem uma autocongruência forte positiva (0,9), o que significa que ela se percebe do jeito que gostaria de ser. Isabel tem congruência fraca negativa com o parceiro (-0,21) conforme mostra a Figura 11.



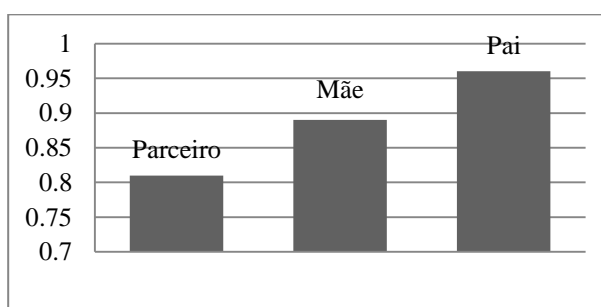
**Figura 11: Identificação real de Isabel**

Os dados do teste indicaram que, na identificação real, Isabel atribuiu ao parceiro pontuação mínima nas seguintes características: “comunicativo”, “compreensivo” e “simpático”. Também atribuiu pontuação baixa ao parceiro nas características: “satisfeito”, “tranquilo” e “atencioso” (Anexo E3). Em relação às mesmas características, Isabel se percebe como as tendo muito desenvolvidas. As acentuadas diferenças de personalidades entre estes parceiros podem ter influenciado negativamente a sua dinâmica relacional.

Isabel também tem com a mãe uma congruência moderada negativa (-0,53). O teste revelou que Isabel atribuiu pontuação mínima à mãe na característica “independente” e pontuação baixa nas características “nervosa” animada”e “comunicativa” (Anexo E3). Importa lembrar que a mãe de Isabel, ao longo da sua vida conjugal, foi violentada pelo marido mas, nunca denunciou o facto. Isabel, está decidida a pôr fim à violência a que vinha sendo submetida pelo parceiro, o que revela o quão ela é diferente da mãe. Essa situação é também evidenciada pelos dados do FIT (Anexo E3).

Em relação ao pai, a situação foi similar. Isabel tem uma correlação fraca negativa com o pai (-0,38) conforme a Figura 11. Os dados do teste evidenciaram que Isabel percebe o pai como pouco comunicativo, inseguro e pouco atencioso (Anexo E3). Contrariamente, Isabel se percebe como tendo essas características bem desenvolvidas, o que pode explicar esse fraco nível de congruência entre os dois.

Na identificação ideal, os dados mostram uma correlação forte positiva de Isabel com os três membros da família indicados no teste. Os resultados do teste revelam, em ordem decrescente, a presença de algumas diferenças entre eles. O pai aparece como o elemento com quem Isabel gostaria de se identificar mais (0,96), seguido pela mãe (0,89) e, por último, pelo parceiro (0,81), como mostra a Fig. 12.



**Figura 12: Identificação ideal de Isabel**

Os dados do teste revelaram que Isabel gostaria que o parceiro tivesse desenvolvidas muitas características que ela possui, como: “satisfeito”, “tranquilo”, “comunicativo”, “compreensivo”, “atencioso” e “simpático” (Anexo E3). Essa constatação leva-nos a inferir que ela buscava alguém com quem pudesse ter muitas similaridades.

Ora, as diferenças manifestas na personalidade destes parceiros podem ter influenciado negativamente a qualidade do seu relacionamento. O individualismo e o autoritarismo do parceiro não encontravam espaço em Isabel, pois ela buscava um homem que além de marido fosse também companheiro e amigo. Essa constatação nos leva a perceber que as suas diferenças constituíam motivo de desavenças em associação com uma postura tradicional quanto aos papéis de género.

Os dados do teste indicaram que Isabel gostaria de ver desenvolvidas as características em que tanto a mãe como o pai tiveram baixa pontuação na identificação real (Anexo E3). Essa constatação pode sugerir que Isabel gostaria que os pais fossem modelo para ela.

## **4.2. Discussão dos Resultados**

### **4.2.1. Aspectos sócio-demográficos**

De entre as mulheres que participaram do estudo, duas delas tinham um nível de escolaridade equiparável ao dos parceiros. Quatro mulheres possuíam nível mais elevado do que os parceiros. Pontuar essa questão da escolaridade é importante, uma vez que, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística- INE (2011), as taxas de pessoas não alfabetizadas em Moçambique são mais incidentes em mulheres.



Na nossa análise, ficou patente que as disparidades de nível educacional entre os parceiros constituíram factor de risco para as mulheres sofrerem violência. As mulheres com nível de escolaridade mais elevado tendiam a ser mais assertivas e conscientes dos seus direitos. Essas atitudes eram entendidas pelos parceiros como um desafio ao poder masculino. Numa sociedade patriarcal, tendencialmente, o homem não admite que uma mulher tenha um nível de escolaridade superior ao seu e, por isso, utilize actos de violência para reprimi-la. Este dado coincide com os estudos de Regassa (2012) e Zacarias et al., (2012), em que as mulheres com nível de escolaridade mais elevado tendencialmente sofreram mais actos de violência se comparadas às mulheres não alfabetizadas.

Foi notória a tendência de as mulheres iniciarem a vida conjugal em idade muito tenra, o que corrobora com os dados do estudo de Arthur (2010). Dentre as participantes do estudo, três iniciaram a vida conjugal no período entre os 16 e 20 anos. Uma participante foi um caso gritante: iniciou a coabitação aos 13 anos, forçada pela ocorrência de um abuso por parte de um professor que se tornou seu marido. As outras duas participantes iniciaram a vida conjugal em idade maior - tinham 21 e 25 anos respectivamente.

Cabe ressaltar que Alda e Isabel passaram a coabitar com os seus parceiros aos 13 e 16 anos, respectivamente. Foi constatado no presente estudo que, o início da vida conjugal em tenra idade constituiu factor de risco para sofrerem mais actos de violência, situação também constatada por Khatum e Rahman (2012).

As condições económicas das famílias das mulheres entrevistadas eram diversas. Três delas tinham rendimentos equivalentes ou abaixo de um salário mínimo. As outras três possuíam uma situação financeira estável, cujo rendimento mais baixo era de oito salários mínimos. As mulheres de baixa renda familiar eram economicamente dependentes dos maridos. Nessas circunstâncias, os parceiros-provedores tendiam a não cuidar do sustento da família, o que levava à insatisfação no relacionamento. Esse processo, muitas vezes, culminava em actos de violência. Tal constatação sugere-nos que o baixo nível socioeconómico, associado à dependência em que essas mulheres viviam, constituiu um factor de risco para a vivência de experiências de violência, o que confirma os dados dos estudos de Couto et al., (2007). Estes autores apontam que o impacto da privação sócioeconómica no abuso contra a mulher é mediatizado pelo aumento de conflitos entre o casal.

Seis casos de mulheres em situação de violência foram estudados. Entre elas, apenas Isabel cresceu em um ambiente de violência. Ela presenciou a mãe a ser agredida fisicamente pelo pai. Autores como d'Oliveira, et al., (2009) e OMS (2012) referem que esse tipo de experiência constitui factor de risco de a pessoa no futuro vir a considerar a violência como algo normal nos relacionamentos afectivos. Isso pode levar a mulher a ter dificuldades de se proteger perante um parceiro violento. Isabel revela a presença dessa tendência ao afirmar: *“eu calei-me e suportei muita coisa porque queria viver com os meus filhos”*. Esse pode ser o reflexo da experiência da mãe que, apesar da violência que sofria, permaneceu no lar ao ponto de sofrer uma agressão que a deixou deficiente. A ironia é que, no caso da mãe de Isabel, foi o marido quem decidiu abandoná-la.

#### **4.2.2. Tempo de coabitação dos casais**

Na altura em que decorreram as entrevistas, Alda e Isabel tinham 23 e 18 anos de convivência conjugal, respectivamente. Segundo o seu depoimento, os actos de violência iniciaram logo que começaram a viver maritalmente, e tenderam a intensificar-se ao longo do tempo. Esse dado nos leva a inferir que quanto mais longo o tempo de convivência do casal, maior a probabilidade de ocorrência de mais actos de violência. A experiência vivenciada por essas duas mulheres contraria os ditos de Alo et al., (2012), segundo os quais, com a passagem do tempo, os parceiros vão ganhando maior nível de compreensão entre eles e, por essa via, tendem a reduzir os actos de violência.

O tempo de coabitação com o mesmo parceiro variou entre as participantes. O mais curto foi de 4 anos e o mais longo foi de 23 anos. Todas as mulheres entrevistadas relataram ter começado a coabitação com os parceiros sem nenhuma formalização. Dentre elas, quatro viviam em união de facto até ao momento da entrevista, e duas haviam contraído casamento. Isabel referiu que após esse acto, o marido passou a tratá-la como se fosse uma comprada. De acordo com o marido, ela “pertencia-lhe”. Alda, também casada oficialmente, encontrou barreiras quando pretendeu pôr fim ao relacionamento.

A presente pesquisa mostrou que, em algumas circunstâncias, ser casada oficialmente contribui para a ocorrência de violência. Na concepção do marido de Isabel, o casamento constituiu um acto que formalizou a “posse” da mulher. A partir da sua realização, ele passou a considerar-se “legítimo proprietário” da parceira, pelo que podia fazer dela o que

bem entendesse. Quanto à Alda, os altos custos associados a um processo de divórcio representaram um constrangimento para efectivar a separação.

#### **4.2.3. Contextos de violência**

A infidelidade dos parceiros foi referida por quase todas as mulheres entrevistadas como sendo o episódio que marcou o início dos desentendimentos no casal. A única excepção foi a estória de Sofia. Essa constatação nos leva a inferir que as relações extra-conjugais constituíram factor de risco para estas mulheres sofrerem violência praticada pelos parceiros. Esse facto confere com os dados de Abrahams et al., (2004); Johnson e Das (2009) e OMS (2012) que apontam as parcerias múltiplas e infidelidade como estando associados à ocorrência de violência entre os parceiros.

Outro aspecto muito presente nos relatos das nossas entrevistadas foi que, geralmente os maridos as agrediam depois de terem consumido bebida alcoólica. Alda, por exemplo, ressaltou que nos dias seguintes ao recebimento do salário, o marido a agredia quase diariamente, pois, por essas alturas, ele tinha dinheiro para ir beber. Estas constatações coincidem com os resultados de Day et al., (2003); d'Oliveira et al., 2009; Tavares (2010), e Alo et al., (2012), que concluíram que a ingestão de álcool é fortemente relacionada à perpetração de violência conjugal. Deste modo, pode-se assumir que o consumo de álcool constituiu factor de risco para a ocorrência de violência na vida destas mulheres. Em suma, o presente estudo validou dois tipos de contextos de violência, nomeadamente a infidelidade conjugal e o consumo exagerado de bebidas alcoólicas por parte dos parceiros.

#### **4.2.4. Tipos de violência experienciados**

As mulheres participantes do presente estudo referiram-se à presença, nas suas vidas, dos diferentes tipos de violência tipificados pela Assembleia da República, Lei nº 29/2009, nomeadamente a violência psicológica, a violência física, a violência sexual, a violência patrimonial e a violência moral. O facto de as formas de violência a que essas mulheres foram submetidas, coincidirem com os tipos de violência previstos na lei contra a violência doméstica em Moçambique, constitui um ponto essencial de partida para a actuação dos servidores públicos perante as denúncias efectuadas pelas mulheres.

Todas as mulheres participantes deste estudo relataram ter sofrido violência psicológica, o que nos remete às constatações de Hirigoyen (2006), que aponta que, tendencialmente, os maridos violentos, no princípio usam a violência psicológica para aterrorizar suas companheiras. A violência psicológica sofrida pelas participantes do presente estudo era materializada na forma de insultos, ridicularização, chantagem, ameaças, isolamento, controle constante e humilhações. Algumas das nossas entrevistadas também experienciaram a violência moral, através da difamação, pois os maridos as acusavam de serem infiéis. Essa difamação pode ser entendida como uma projeção da situação de infidelidade dos próprios maridos, uma vez que apenas um relato não incluiu menção à presença de traição.

Outra forma de violência experienciada pelas mulheres entrevistadas foi a patrimonial. A disputa pela casa onde o casal morava foi referenciada por quase todas as mulheres participantes do estudo. Exceptua-se o caso de Jurema, provavelmente pelo facto de ela e o marido terem sempre vivido em casa dos progenitores do parceiro.

Numa sociedade patriarcal, os homens são preparados para se assumirem como chefes de família e, por essa via, tendem a considerar-se os proprietários e gestores, não apenas do dinheiro mas de tudo quanto o casal consegue conquistar ao longo da vida. Esse dado confirma os resultados do estudo de Hirigoyen (2006) que mostram que os homens violentos tendem a exercer pressão económica e financeira para perpetuar a dependência da mulher e, dessa forma, anular a possibilidade de ela sequer pensar em uma separação.

A violência física também esteve presente na vida de quase todas as mulheres entrevistadas, à excepção de Teasse. Elas foram espancadas, chutadas, empurradas; levaram socos e foram arrastadas. Duas das mulheres entrevistadas mencionaram que os maridos faziam uso de qualquer objecto que achassem pela frente para as agredir. Uma delas referiu que o marido tentou sufocá-la, apertando-lhe o pescoço.

A violência sexual foi relatada por Alda, Isabel e Rolela. Tem sido comum as mulheres terem dificuldades em referir-se a essa forma de violência. O caso de Alda é crítico devido ao facto de que ela foi vítima de um abuso sexual aos 13 anos e, devido aos preceitos morais, foi obrigada a viver maritalmente com seu abusador. Chamou atenção também o facto de mulheres serem agredidas sexualmente durante a gravidez.

Na construção da sexualidade feminina, a prática da relação sexual faz parte dos deveres conjugais que a mulher deve cumprir (Hirigoyen, 2006; Osório, 2013). Com base nesse tipo de ensinamento, é provável que mais alguma(s) de entre as mulheres entrevistadas possam ter sido forçadas a participar de uma relação sexual indesejada, sem, no entanto, a reconhecerem como uma forma de violência, devido às assumidas prescrições sociais de gênero.

#### **4.2.5. Estratégias usadas pelas mulheres para lidar com a violência**

As mulheres entrevistadas expressaram diferentes formas que elas usaram para lidar com a violência, de entre as quais se destacam as seguintes:

**a) A *atitude de ficar calada***- Foi frequentemente referida pelas participantes do estudo como uma forma de evitar o agravamento da situação de violência. Essa estratégia foi relatada por quatro das mulheres entrevistadas. Situação similar foi constatada por Diniz e Pondaag (2004), cujas mulheres participantes do seu estudo revelaram ter usado o silêncio para evitar a continuidade dos conflitos conjugais. Se é verdade que essa forma de agir pode, de algum modo, evitar que determinado episódio de violência se agrave, ela não constitui mecanismo eficaz para cessar com a prática de violência. Assim, os dados disponíveis apontam que o ficar calada actuou como factor de risco para as mulheres continuarem a sofrer violência.

**b) *Denúncia da violência*** - de entre as mulheres participantes do estudo, cinco delas denunciaram a situação de violência, movidas pelas mais variadas expectativas. É dado comum que todas elas não o fizeram logo após as primeiras manifestações de violência. Isabel referiu que ao efectuar a denúncia não queria que o marido ficasse preso, mas esperava que com a intervenção da polícia ele mudasse de comportamento. Este tipo de atitude confere com os resultados do estudo de Sagim et al., (2007), segundo os quais muitas mulheres que denunciam a violência praticada pelos parceiros buscam no apoio externo uma forma de levá-los ao controle do seu comportamento agressivo. Sofia também manifestou esperança de ver o marido mudar de comportamento e, conseqüentemente, ter a harmonia restaurada no seu relacionamento.

Esse tipo de expectativas levou essas mulheres a permanecerem num relacionamento violento. A esperança de mudanças no comportamento dos parceiros constituiu um factor

de risco importante para a continuidade de violência. Cabe ressaltar que em parte essa atitude das mulheres foi também incentivada por alguns líderes religiosos.

Rolela e Alda denunciaram várias vezes a situação de violência a que eram submetidas, tanto às autoridades locais como às instâncias da polícia e não receberam o apoio do qual necessitavam. A ineficácia do aparato institucional contribuiu para fortalecer a idéia do agressor de que ele ficaria impune. Jurema fez apenas uma denúncia. Esse processo todavia, não foi adiante porque, segundo contou, quando entregou a notificação ao marido, ele mostrou-se arrependido e pediu desculpas. Jurema perdoou-o e retomaram a vida. No dia marcado para a audiência, o casal não se fez presente. A atitude de Jurema corrobora com as constatações de Gallego e Garcia (2011) e (Morabes (2014) segundo as quais, o parceiro após ter cometido violência, arrepende-se, pede perdão e mostra gestos carinhosos, com a intenção de convencer a parceira a retomarem o relacionamento. Essa presença alternada de amor e ódio, agressão e carinho, confundiu Jurema. Ela ficou com muitas dificuldades em tomar alguma decisão, o que constituiu factor de risco para a continuidade de actos violentos.

Teasse nunca denunciou a violência que vinha sofrendo. Note-se que o parceiro dela não chegou a agredi-la fisicamente, porém cometeu vários actos de violência psicológica. Situação similar foi vivida por Sofia. Ela vinha sofrendo vários actos de violência psicológica, todavia referiu que denunciou o marido quando ele a agrediu fisicamente. A atitude dessas duas mulheres encontra explicação no trabalho de Hirigoyen (2006), que chamou atenção para as dificuldades das mulheres em perceber a violência psicológica, facto que as levou a permanecerem em relacionamentos violentos.

**c) *Tentativa de separar-se dos parceiros*** - à excepção de Rolela e Teasse, as outras mulheres entrevistadas tomaram iniciativa de se separarem dos maridos em algum momento de suas vidas. Foi notória a tendência de saídas e regressos consecutivos ao lar conjugal. As mulheres entrevistadas, que após algumas brigas decidiram ir embora, relataram que, mais tarde, os parceiros foram procurar por elas. Outros apresentaram pedido de desculpas através de pessoas próximas. De modo geral, esses pedidos continham promessas de mudança de comportamento, situação também constatada por Hirigoyen (2006). Essa atitude foi um forte factor de risco para a continuação da violência pois, segundo elas, os parceiros nunca mudaram e, em alguns casos, até houve tendência ao agravamento da violência.

Na altura em que decorreram as entrevistas, Alda, Jurema e Isabel estavam separadas dos maridos por decisão delas. Teasse também já não estava na companhia do parceiro, porém, não foi por sua iniciativa. Rolela e Sofia ainda coabitavam com os parceiros e continuavam a sofrer violência. Rolela, Alda e Isabel afirmaram ter permanecido com parceiros violentos porque queriam proteger os filhos, o que transparece que elas assumiam que deveriam sacrificar-se por eles, situação que confere com os dados do estudo de Diniz e Pondaag (2004) em que as mulheres assumiam que devem suportar sofrimentos causados pela vida conjugal para protegerem os filhos. Rolela, por seu turno, sentia a responsabilidade de manter a família unida e a necessidade de preservar o status de mulher casada, valores exaltados numa sociedade patriarcal.

**d) *Obediência às exigências do parceiro*** - a estreita obediência ao marido esteve presente na vida de Teasse, Alda e Jurema. No caso de Jurema, de tanto ceder aos mecanismos de dominação adoptados pelo marido, chegou a uma identificação com o agressor, ao assumir algumas exigências do marido como se fossem seus desejos. Ela afirmou que o marido exigia que ela estivesse sempre em casa, mas ela também não gostava de sair. Esse dado confere os resultados do estudo de Carvalho-Barreto et al., (2009) que concluíram ser comum em mulheres sujeitas a maus-tratos rotineiros, a atitude de negação ou de anulação de sentimentos pessoais e a identificação com o agressor.

Teasse e Alda, apesar de viverem numa situação de escassos recursos, não procuraram trabalho porque os parceiros não lhes permitiam. Assinala-se, entretanto, que Alda, passados quinze anos de vida conjugal, acabou por se rebelar e procurou emprego, apesar de todas as contrariedades demonstradas por parte do marido. As atitudes aqui descritas evidenciam como a assumpção de papéis tradicionais de género contribuiu para manter essas mulheres em relacionamentos violentos.

Sofia e Isabel, contrariamente, tiveram sempre consciência dos seus direitos e, apesar de terem cedido em algum momento, foram persistentes em conquistar o seu espaço. Rolela também não se deixava submeter cegamente às exigências do parceiro. Ela conseguiu proteger-se de algumas incursões do marido, como por exemplo, quando recusou a prática de relações sexuais forçadas no momento em que ela não se sentia disposta e nem em condições de fazê-lo. Também mostrou a capacidade de preservar a sua saúde. Depois de o marido ter passado quatro meses fora de casa, ela não aceitou relacionar-se sexualmente com ele antes que fossem a uma unidade sanitária para saberem do seu estado de saúde.

e) *Sentido de religiosidade e fé em Deus* – este tipo de estratégia foi manifesta por Rolela, Jurema e Isabel. Esta atitude pode ser vista sob duas perspectivas. Por um lado, a fé pode ser considerada benéfica por ter proporcionado momentos de alívio, como no caso de Jurema que afirmou “*quando mergulho em oração me sinto mais aliviada*”. Também serviu de sua força interior que fazia a sua vida continuar a ter sentido. Essas mulheres acreditavam na possibilidade de recomeçar a vida com novas perspectivas. Por outro lado, a fé constituiu um factor de risco, pois, propiciou a permanência dessas mulheres em relações violentas, onde estava presente a ameaça de morte.

Isabel contou que decidiu separar-se porque a sua tensão arterial estava sempre elevada. Esse tipo de adoecimento pode ter resultado do longo período em que ela permaneceu constantemente pressionada pelo marido. Esse pronunciamento confere com a situação constatada por Day et al., (2003), em que a situação de violência é associada a graves problemas de saúde na mulher. Ao acreditar que, pela graça de Deus, o marido mudaria de comportamento, ela perdeu a oportunidade de tomar precauções com vista a pôr fim à violência. Rolela também confiava muito no poder da fé e afirmou que Deus era a solução dos seus problemas. Esses relatos mostram como a fé, algumas vezes, pode condenar as mulheres a colocarem as suas vidas em risco e a viverem eternamente em situação de violência. Sumarizando, as estratégias de enfrentamento de violência usadas pelas mulheres participantes deste estudo foram: a atitude de ficar calada, a denúncia da situação de violência, as tentativas de separar-se dos parceiros, a obediência às regras impostas pelos parceiros, a prática de oração e a fé em Deus.

#### **4.2.6. Processos-chave de resiliência identificados**

De entre as mulheres entrevistadas, foi possível identificar, nos seus depoimentos, a presença a nível individual, de alguns processos-chave de resiliência, tais como: o olhar positivo, o sistema de crenças, a capacidade de autonomia e flexibilidade, o senso de coerência, e a capacidade de transformação, os quais foram manifestos de diferentes formas:

##### **1. Olhar positivo**

Rolela acreditava em novas possibilidades de organizar a vida, ao manifestar o desejo de, no futuro, estabelecer um novo relacionamento conjugal. Alda e Isabel mostraram a



capacidade de aceitar aspectos da vida que não podiam ser mudados, neste caso, o comportamento violento dos parceiros. Face a isso, tomaram a iniciativa de se separarem dos respectivos parceiros, para pôr fim ao ciclo de violência.

Alda, Sofia e Isabel foram perseverantes. Graças a essa capacidade, Alda conseguiu aliviar-se da dependência económica em relação ao marido. Apesar de tantas contrariedades por parte do marido, ela insistiu em desenvolver alguma actividade geradora de renda e acabou por conseguir um emprego. Sofia, por sua vez, mostrou firmeza no negócio, apesar dos comentários desabonatórios do marido. Esse tipo de atitude permitiu que ela fosse conquistando o seu espaço no relacionamento com o parceiro. Isabel está decidida a levar o processo de denúncia do marido como agressor, até às últimas consequências.

## 2. Sistema de crenças

Rolela tinha um profundo sentido de religiosidade, que constituiu uma grande motivação para ela continuar a acreditar que a sua vida tinha algum sentido. Isabel demonstrou a capacidade de atribuir significado e contextualizar os actos praticados pelo marido. Consequentemente, ela reconheceu que estava a viver numa situação de violência, condição essencial para iniciar o processo de resiliência (Junqueira e Deslandes, 2003).

## 3. Capacidade de autonomia e flexibilidade

Rolela enfrentou os ditames dos papéis tradicionais de género ao recusar-se a praticar relações sexuais forçadas com o marido. No último episódio, pelo facto de o marido não ter aceite fazer o teste de seropositividade, por iniciativa de Rolela, o casal passou a dormir em camas separadas. Rolela temia a possibilidade de contrair doenças sexualmente transmissíveis e, por isso, mais uma vez, não aceitou relacionar-se com o marido. Essa flexibilidade e autonomia por parte de Rolela contribuíram para ela proteger a sua saúde.

Isabel assumiu a separação apesar de o processo de divórcio ainda estar em curso. Desse modo, ela evitou qualquer possibilidade de ser novamente violentada pelo marido. De modo similar, Alda estava fora do domicílio conjugal, apesar de não ter havido um processo de divórcio. Esse tipo de atitude ilustra a capacidade de proteger a sua vida, uma vez que ela até corria risco de ser morta pelo marido.

#### 4. Senso de coerência

Sofia encarava as crises no relacionamento com o marido como desafios compreensíveis e administráveis. Por essa via, ela acreditava em novas possibilidades de conduzir a vida. Ela guardava boas perspectivas em relação ao futuro. Quando o marido a expulsou de casa, ela foi muito assertiva e corajosa na reivindicação dos seus direitos. Ela fez de tudo para reverter a situação.

#### 5. Capacidade de transformação

Jurema, embora timidamente, revelou ter aprendido com a vida. Ela ficou transformada, em resultado das situações de violência a que foi submetida. Jurema manifestou o desejo de tornar-se economicamente independente. Segundo afirmou, mesmo que no futuro venha a ter um novo parceiro, não quer viver dependente dele, o que evidencia que Jurema mudou a sua concepção de papéis de género, particularmente numa relação conjugal.

#### **4.2.7. Posicionamento e perspectiva dos parceiros**

Uma dimensão importante dos estudos dos casos foi identificar como as mulheres em situação de violência percebiam o posicionamento e a perspectiva dos parceiros em relação à vida conjugal, familiar e a violência. Pelo relato destas mulheres, verificou-se que as atitudes dos parceiros eram muito influenciadas pela concepção estereotipada dos papéis de género. A ideia de que a mulher é propriedade do marido levou alguns dos parceiros a assumirem que ela não tinha o direito de manifestar os seus sentimentos e desejos. Esses factos foram evidentes nos relatos de Rolela e de Isabel, que foram violentadas pelos parceiros a fim de obrigá-las a satisfazê-los sexualmente.

Em relação ao parceiro de Isabel, prevalecia a ideia de que os problemas que o casal tinha eram de âmbito privado. Ele repetia nas discussões com a mulher que: “*nos problemas que acontecem entre nós os dois, ninguém pode fazer nada*” (...) “*eu casei-te oficialmente*”. O uso da expressão “*casei-te oficialmente*” revela que, para ele, o casamento não é um acto recíproco. Ele é quem casou a mulher e, por isso, tinha o direito de decidir tudo a respeito da vida conjugal. Ao anular a possibilidade de intervenção de outras pessoas na busca de soluções dos problemas que o casal enfrentava, pretendia isolar a mulher das suas redes de relacionamentos e, nessas condições, perpetrar violência sem que ela tivesse a quem

recorrer para pedir apoio. A atitude do marido de Isabel corrobora com os dados do estudo de Narvaz e Koller (2006), que evidenciaram que o isolamento social da mulher constitui condição propícia para a prática de abusos contra ela.

A ideia de que o lugar da mulher é o espaço doméstico, onde se deve ocupar pelos cuidados da casa e da família estava presente na mente, nos valores e, portanto, no quotidiano de vida dos parceiros e das mulheres entrevistadas. Eles manifestavam essa tendência recusando que as mulheres se envolvessem em actividades fora de casa. Esse tipo de atitude coincide com as constatações de Casique e Furegato (2006), segundo as quais os papéis sociais das mulheres se circunscrevem ao domínio privado.

A centralização da tomada de decisões na figura masculina foi patente nas atitudes dos parceiros das nossas entrevistadas. A título de exemplo, o parceiro de Sofia geria os negócios e fazia a administração da vida financeira da família sem o mínimo envolvimento dela. Esse dado confere com o estudo de Tvedton et al., (2010) cujas comunidades por eles estudadas tanto homens como mulheres assumem a supremacia masculina. Também foi notório que a diferença de status social entre parceiros ocasionava momentos de fricção. O parceiro de Sofia, possuidor de muitos bens, considerava-se um ser superior, facto que o levava a humilhar constantemente a esposa.

O parceiro de Isabel também tendia a decidir unilateralmente sobre aspectos importantes da vida do casal. Isabel relatou que até a realização do casamento foi pensada só por ele. A noiva tomou conhecimento de que iam se casar em uma reunião familiar convocada pelo parceiro. Esse tipo de atitude revela que ele privilegiava a sua individualidade. Esse dado confere com os resultados do estudo de Zordan et al., (2009), onde os participantes tendencialmente se preocupavam consigo mesmo em primeiro lugar. A falta de negociação entre os parceiros, com vista a desenhar um projecto de vida conjugal levava a dinâmicas relacionais caracterizadas por violência neste casal.

O parceiro de Teasse mostrava a tendência de responsabilizar as mulheres pelo fracasso nos seus relacionamentos conjugais. Esse entendimento é sustentado pelos papéis tradicionais de género, em que as mulheres são consideradas as responsáveis pela manutenção dos relacionamentos na família (Diniz e Pondadag, 2004). Pelo relato de Teasse, o parceiro tem sido muito instável nos relacionamentos afectivos, porém ele não assumia essa sua dificuldade e ficava sistematicamente a mudar de parceiras. Uma vez que,

na opinião do seu parceiro, Teasse já não correspondia aos seus anseios, começou a praticar violência para obrigá-la a sair e, desse modo poder trazer outra mulher, em sua substituição.

#### **4.2.8. Presença e papel das redes sociais**

O isolamento social da mulher é apontado na literatura como um dos factores de risco para a perpetuação da dinâmica de violência (Narvaz & Koller 2006; OMS 2012). Nesse contexto, entendemos ser fundamental investigar a presença ou não de redes sociais de apoio, assim como o papel dessas redes em relação à experiência de violência.

A partir dos relatos feitos pelas nossas entrevistadas constatamos diferentes formas de estar: Teasse e Jurema tinham uma rede social precária. Elas não tinham uma pessoa de confiança com quem pudessem exprimir os seus sentimentos, trocar impressões ou mesmo desabafar as suas mágoas. Mantinham um relacionamento distante com os membros da sua família de origem. Tanto uma como outra relacionava-se muito superficialmente com a vizinhança. Esse distanciamento podia ser resultado das imposições dos parceiros, que pretendiam tornar-se a única referência para elas e, desse modo exercerem melhor controle (Diniz, 2013). Teasse referiu que os vizinhos nem sabiam que ela andava em problemas com o marido. Esse pronunciamento mostra que ela não podia contar com o apoio da vizinhança em caso de necessidade, o que constituía um factor de risco para sofrer violência. Importa referir que a posição das comunidades em que estas mulheres viviam não pode ser vista de forma análoga.

Foi demonstrado neste estudo que as redes sociais também podem operar como factores de risco (Siqueira, et al., 2006). Como se pode ver, os vizinhos de Alda tendiam a considerar os problemas do casal como de âmbito privado. Eles não se mostravam disponíveis a apoiá-la. Também a criticavam pelo facto de recorrer à polícia para denunciar a situação de violência por que ela passava. Essa forma de ser encontra suporte nos papéis tradicionais de género, em que a mulher deve aceitar o sofrimento, incluindo a violência perpetrada pelo marido, como fazendo parte da vida conjugal.

Essa constatação corrobora com os resultados do estudo de Sagim et al., (2007) segundo os quais, no processo de socialização, as mulheres são instruídas a assumir que a vida conjugal traz sofrimentos mediante os quais a atitude mais louvável da mulher é calar-se e

aceitá-los como fazendo parte do seu destino. Alda, sem poder contar com a ajuda dos vizinhos, não tinha ninguém perto de si que pudesse socorrê-la no momento em que o marido começasse a agredi-la, o que constituía um forte factor de risco.

A vizinhança de Isabel, no entanto, agia de forma diferente. Ela referiu que em uma das ocasiões em que o marido a agrediu fisicamente, os vizinhos tiveram que arrombar a porta do quarto para libertá-la das agressões do marido. O posicionamento desta comunidade mostra que ela assumia os conflitos do casal como um problema social. Estes vizinhos não mediam esforços para ajudar a mulher, e sentiam o dever de contribuir na cessação de violência, aspecto que constituiu factor protectorio. A atitude assumida pela vizinhança de Isabel confere com as constatações de Garcia-Moreno (2000), em que o envolvimento da comunidade nas disputas entre marido e mulher constitui um dos preditores de sociedades com baixo nível de violência.

Rolela, Alda, Sofia e Isabel possuíam redes de relacionamento fortes e estáveis. Cada uma delas tinha como confidente um irmão ou uma irmã. Relataram que o relacionamento com a sua família de origem era marcado por encontros regulares e, se isso não fosse possível, contactavam-se telefonicamente. Os membros das suas famílias de origem estiveram sempre presentes em suas vidas, davam-lhes apoio e colaboravam na resolução dos seus problemas.

Na altura em que Alda e Isabel decidiram separar-se dos parceiros, elas tiveram o apoio da família. Esse tipo de atitude mostra que as famílias compreendiam a importância da sua colaboração e compromisso na busca de soluções aos problemas dos casais, o que constitui um fator de proteção importante para a redução da violência (Garcia-Moreno, 2000).

A empatia e a colaboração da família na resolução dos problemas serviram de suporte para estas mulheres prosseguirem com um tipo de decisão que representa grandes desafios, o que coincide com os resultados do estudo de Yunes (2011). A instituição de apoio psicossocial também se fez presente na vida destas mulheres, como parte da sua rede social. Nos seus relatos, as mulheres destacaram a importância da intervenção da CÁ-PAZ em momentos de crise no relacionamento com os parceiros. Também foi enaltecida a disponibilização de assistência e orientação jurídica no encaminhamento dos processos nas instâncias de justiça. Em síntese, nos casos que consubstanciam o presente estudo, foi casuisticamente notada a presença e funcionamento de membros da família (em particular

irmãos/irmãs) vizinhos, comunidade e a CÁ-PAZ como importantes redes de apoio a mulheres em situação de violência conjugal.

#### **4.2.9. Acções do Serviço Público**

A presença e o papel das instituições públicas que oferecem atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar precisa de ser questionada. Em princípio, essas instituições têm o papel de acolher, oferecer atendimento com vistas a fortalecer, empoderar e construir, com as mulheres, estratégias de protecção. Lamentavelmente, em três dos casos estudados, essas instituições não cumpriram adequadamente o seu papel. Foi notória a fragilidade deste serviço, particularmente nas situações em que as mulheres denunciaram sistematicamente os actos de violência.

Os casos de Rolela e Alda evidenciam claramente o facto. Apesar de elas terem denunciado por diversas vezes a situação de violência, não foi criado pelo serviço público, nesse caso a esquadra da polícia, nenhum mecanismo para a sua protecção. Tratava-se de um ciclo vicioso em que elas apresentavam a queixa, os parceiros eram convocados, discutia-se a situação e depois voltavam ao convívio familiar, e assim sucessivamente. Alda referiu que algumas vezes, quando a agressão acontecia à noite, ela corria para a esquadra da polícia. Como o caso dela já era muito conhecido pelos polícias da sua zona de residência, eles iam buscar o marido para deixá-lo passar a noite na cela e, assim, Alda voltava para casa. No dia seguinte, logo pela manhã, o marido era solto. Segundo ela, esse procedimento repetiu-se em várias ocasiões.

Ficou evidente que esse tipo de atitude demonstrava alguma fragilidade na actuação da polícia, e dava ao agressor a sensação de impunidade. Ele sabia que simplesmente passaria a noite em local diferente da sua casa mas, logo que amanhecesse estaria livre. Essa atitude, ainda que em parte gerasse protecção para a mulher, por outro lado, não constituía uma acção que colocava um fim à violência. Pelo contrário, acabava incentivando a continuidade das acções violentas, o que deixava a mulher mais vulnerável. Não se vislumbra, portanto, neste tipo de procedimento, qualquer oportunidade para o casal reflectir sobre algumas dinâmicas do seu relacionamento e, quiçá, encontrar outras possibilidades de solucionar conflitos e conduzir a sua vida.

Outra fragilidade foi verificada no atendimento aos casos de Rolela e de Teasse. Os parceiros dessas duas mulheres foram sancionados pelo tribunal a pagarem uma pensão. Nenhum dos dois cumpriu essa decisão. O tribunal, porém, mostrou-se impotente e não moveu nenhuma acção que os obrigasse a materializá-la. Esse tipo de atitude evidencia uma ineficácia no funcionamento do serviço público, que reforça a impunidade dos homens autores de violência.

Uma reflexão em torno da actuação de alguns profissionais ligados a esses serviços nos leva a considerar que eles tendiam a compartilhar ideias baseadas nas desigualdades de género. Vários procedimentos tomados no atendimento prestado a essas mulheres parecem ter sido induzidos pelos mitos e crenças populares a respeito da violência contra a mulher que podem resultar em atitudes de banalização às queixas das mulheres que sofrem violência. Tal facto pode estar aliado à falta de conhecimento, por parte destes profissionais, dos aspectos psicológicos envolvidos em situações de violência e das necessidades terapêuticas das famílias disfuncionais (Habigzang et al., 2006)

Outro aspecto que chamou a nossa atenção sobre a actuação do serviço público foi a posição tomada pelo juiz do caso da Alda. O tribunal deu o desfecho do caso em função do depoimento da filha do casal, que, estranhamente não confirmou a violência que o pai praticava contra a mãe. A decisão do juiz foi que o casal deveria retomar o relacionamento conjugal. Cabe apontar que o profissional que dirigiu essa sessão de audiência ignorou uma série de provas materiais na posse do tribunal, que teriam fundamentado uma análise e tomada de decisão mais justa e sensata.

A nossa reflexão à volta deste caso leva-nos a um questionamento sobre o papel das instituições de justiça no atendimento a mulheres que sofrem violência conjugal. A decisão tomada tende a preservar a dominação masculina, onde Alda apenas devia submeter-se ao poder masculino. Esse tipo de procedimento leva-nos a inferir que a actuação do profissional que conduziu esse caso sofreu grande influência das normas do poder patriarcal. Fica evidente que esses profissionais, sejam da esquadra da polícia ou do tribunal, precisam de passar por um treinamento dirigido ao entedimento da complexidade de factores envolvidos nas situações de violência contra a mulher. Eles precisam de ter consciência dos factores de risco, assim como do seu papel na promoção da protecção a mulheres que sofrem violência conjugal.

#### **4.2.10. Teste de Identificação Familiar**

A aplicação do Teste de Identificação Familiar (FIT) permitiu aferir alguns aspectos que podem ter contribuído para propiciar situações de violência entre os cônjuges. Merecem destaque as diferenças de personalidade notadas entre os parceiros. Rolela, Alda, Sofia e Isabel obtiveram um resultado negativo na identificação real com os parceiros e, na identificação ideal verificou-se que estes parceiros não correspondiam ao perfil idealizado por elas. Em relação às outras duas mulheres, nomeadamente Teasse e Jurema, apurou-se uma correlação real fraca com os parceiros (0,26 e 0,28 respectivamente). Na identificação ideal o resultado do teste mostrou que elas gostariam que os parceiros tivessem desenvolvidas algumas características que nelas estavam bem desenvolvidas. Essa constatação nos leva a inferir que elas buscavam e desejavam um parceiro com quem tivessem muitas similaridades e afinidades. A não realização das expectativas das mulheres participantes do estudo pode ter influenciado a presença de conflitos nos casais.

Os resultados do FIT demonstraram a presença de algum membro da família que é tomado como modelo pelas participantes da pesquisa. Excepto Isabel e Sofia, as outras mulheres tinham a mãe como um exemplo a seguir. Jurema e Alda viam o tipo de relacionamento vivido pelos seus progenitores como um modelo que desejavam para a sua vida conjugal. O FIT também revelou que as participantes do estudo não apreciavam algumas características de membros da família submetidos ao teste. A Sofia e a Isabel, gostariam que suas mães tivessem desenvolvidas algumas características importantes que as dotassem de capacidades para lutar por uma vida mais digna e autónoma.



## **CAPÍTULO 5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **5.1. Conclusões**

A violência é vista pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um fenómeno que causa danos às pessoas, às famílias e à sociedade como um todo. A nível mundial, a violência é uma das principais causas de mortalidade. Um estudo da OMS, feito em 70 países, aponta que a prevalência de violência física e sexual contra as mulheres, praticada por parceiro íntimo, é de 30% (WHO, 2013). O mesmo relatório destaca África como uma das regiões do mundo cujos índices de prevalência são mais elevados, atingindo 36,6% de mulheres. A presença de diversas formas de violência nas relações afectivas, ou seja, no contexto do casamento e da família, merece, portanto, atenção.

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender as dimensões da dinâmica conjugal e o processo de resiliência de mulheres, residentes no município da Matola, que vivenciaram situações de violência conjugal e foram assistidas na CÁ-PAZ - Associação Moçambicana de Assistência Psicossocial e Empoderamento de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. Os objetivos específicos foram: i) Descrever os tipos de violência experienciados pelas mulheres participantes do estudo; ii) Identificar os factores de risco associados à violência conjugal, presentes na experiência dessas mulheres; iii) Verificar processos-chave de resiliência nas histórias das participantes do estudo; iv) Propôr acções que possam contribuir para o fortalecimento de mulheres com experiências de violência conjugal em Moçambique. Concluído o estudo, podemos afirmar que as perguntas de pesquisa foram respondidas, nos seguintes termos:

Primeira pergunta - que tipos de violência foram experienciados pelas mulheres participantes do estudo - foi dado comum que todos os parceiros das mulheres participantes do estudo praticaram a violência psicológica, tida como a estratégia a que parceiros violentos recorrem inicialmente para amedrontar as companheiras. Outras formas de violência também estiveram presentes nas vivências dessas mulheres, nomeadamente: a violência física, a violência sexual, a violência patrimonial e a violência moral.

Segunda pergunta - que factores de risco estão associados à violência vivida por essas mulheres – a concepção tradicional dos papéis de género, constiu um vasto campo de

factores que contribuíram para que as mulheres participantes do estudo sofressem violência. De entre os factores de risco constatados, destacam-se os seguintes:

- i) a centralização da tomada de decisões na figura masculina;
- ii) a falta de diálogo e a não adopção da negociação na construção do projecto de vida conjugal;
- iii) a diferença de status e as disparidades de níveis educacionais entre os parceiros;
- iv) as diferenças de personalidade entre os parceiros e a não realização de expectativas em relação ao casamento;
- v) a visão tradicional que considera as mulheres como responsáveis pela manutenção da união conjugal;
- vi) o medo das mulheres de passarem por privações em função da dependência económica em relação aos parceiros
- vii) a esperança que as mulheres alimentavam de ver os parceiros mudarem de comportamento;
- viii) o não envolvimento da comunidade na busca de soluções aos problemas dos casais;
- ix) o papel moralizador de alguns líderes religiosos que incentivavam as mulheres a preservarem a união da família;
- x) a fragilidade das acções do serviço público;
- xi) o desrespeito aos direitos das mulheres;
- xii) a banalização do sofrimento das mulheres participantes do estudo, tanto pelos parceiros quanto por parte de alguns prestadores do serviço público.

Terceira pergunta - que processos de resiliência estão presentes nas histórias das mulheres participantes do estudo - nos seus relatos foi notória a presença de processos-chave de resiliência, a nível individual, nas famílias e nas redes sociais das mulheres participantes do estudo. As mulheres entrevistadas evidenciaram a presença, a nível individual, os seguintes processos-chave de resiliência: o olhar positivo, o sistema de crenças, a

capacidade de autonomia e flexibilidade, o senso de coerência, e a capacidade de transformação. Nas famílias destas mulheres foi constatada a presença de coesão, transcendência e espiritualidade, expressão aberta de emoções e a colaboração da família e da rede social na solução de problemas.

Quarta pergunta - que acções contribuiriam para o fortalecimento de mulheres com experiências de violência conjugal - terminada a pesquisa, trazemos como propostas para minorar e prevenir situações de violência conjugal, as seguintes acções:

i) Criar espaços de escuta e de partilha de experiências entre mulheres que sofrem violência conjugal;

ii) Possibilitar momentos de reflexão grupal com essas mulheres acerca dos papéis tradicionais de género na sociedade moçambicana. Esse procedimento visa levá-las a reflectirem e questionarem dinâmicas presentes nos seus relacionamentos. Tais dinâmicas são baseadas nas concepções de cada parceiro sobre o que é ser homem e ser mulher e muitas vezes propiciam a ocorrência de violência;

c) Desenvolver programas de intervenção em grupo, com homens envolvidos em situações de violência conjugal, particularmente no papel de agressores;

d) Desenvolver programas de treinamento para todas as equipas das instituições que prestam serviço às mulheres em situação de violência conjugal e familiar. Essas equipas precisam adquirir conhecimento acerca das dinâmicas presentes nos contextos de violência, sobre os factores de risco e protecção, e ainda sobre os impactos dessa violência na saúde física e mental de todas as pessoas envolvidas.

## **5.2. Considerações Finais**

As narrativas das mulheres participantes do estudo trouxeram à tona as desigualdades vividas entre homens e mulheres na relação conjugal, como reflexo do sistema patriarcal e da construção social dos papéis de género, que atribui aos homens uma posição de poder superior comparativamente às mulheres. Homens e mulheres socializados nesse tipo de sociedade tendem a reproduzir, no seu quotidiano, certas condutas que concorrem para situações de violência entre os cônjuges.

Suportados pela hegemonia masculina, os parceiros das mulheres participantes do presente estudo assumiam o papel de disciplinadores, sempre que julgassem que o comportamento das mulheres estava fora das regras impostas por eles e, algumas vezes, mesmo sem motivo aparente. Nesse processo cometeram variadas formas de violência.

Numa sociedade em que vigoram as normas do patriarcado, o casamento não é um acto recíproco entre os cônjuges, entende-se que “o homem casa a mulher”. Por essa via, ele adquire todos os direitos sobre ela. Esse tipo de concepção levou alguns dos parceiros das nossas entrevistadas a considerarem suas esposas como parte da sua propriedade. Nessas circunstâncias, não tinha cabimento a mulher reclamar a posse da casa porque ela era apenas mais um dos bens do marido.

Nas vivências destas mulheres, o papel de alguns líderes religiosos representou um factor de risco para perpetuar a ocorrência de violência. No seu papel moralizador, eles incentivavam as mulheres a preservarem a união da família. Convenciam-nas que com fé em Deus os problemas seriam resolvidos. Com base nesses ensinamentos algumas mulheres mantiveram-se em relacionamentos violentos à espera do milagre que operaria a mudança no comportamento dos parceiros. Todavia, eles continuaram violentos e, nesse processo de espera uma das mulheres chegou ao adoecimento.

Um outro aspecto da pesquisa que chamou a nossa atenção foram as diferenças de personalidade entre os parceiros. Foram constatadas situações em que as mulheres percebiam seus parceiros como tendo personalidades opostas às suas. A par disso certas dinâmicas entre os casais eram visivelmente influenciadas por essas diferenças. Algumas mulheres tinham expectativas em relação a um tipo de parceiro idealizado que não era correspondido pelo parceiro real. Essa divergência pode ter ocasionado situações de frustração e insatisfação conjugal.

O factor cultural, com génese no patriarcado e nas prescrições sociais de género também mostrou-se influente na actuação de alguns/algumas profissionais do serviço público. Foi notória a tendência de banalizar o sofrimento das mulheres, o que revela o sentimento e as crenças pessoais desses funcionários sobre o lugar da mulher na sociedade. Influenciados por essas ideias o serviço público mostrou-se fragilizado e, não cumpriu o seu papel de proteger as mulheres que sofrem violência. O desrespeito aos direitos da mulher foi uma tónica nas atitudes de alguns prestadores do serviço público que pareceram solidários com

o agressor e, tomaram as suas dores pelo facto de o seu poder ser posto em causa pelas mulheres.

Em quatro de entre os seis casos estudados os familiares dessas mulheres tiveram papel protectorio. Pais ou irmãos foram empáticos com as mulheres, prestaram apoio e colaboraram na busca de soluções para os problemas que os casais enfrentavam. As outras duas mulheres foram isoladas de seus familiares e da rede social por meio de acções dos maridos.

O papel da comunidade foi variável em função das interpretações dadas aos problemas conjugais. Nos casos em que a comunidade se distanciou dos problemas, isso representou um factor de risco para a mulher sofrer mais violência, como foi o caso de Alda. Nas situações em que as comunidades entendiam a violência contra a mulher como um problema social e atuaram de modo a proteger e colocar limites, elas serviram de factor protectorio ao intervir e apoiar o casal na busca de soluções. As acções da CÁ-PAZ contribuíram para oferecer apoio psicossocial e providenciar assistência e orientação jurídica.

As histórias das mulheres participantes deste estudo ilustram a teia complexa de factores que permeiam as situações de violência. As mulheres, ao assumirem uma união conjugal quer seja ela formal ou não formalizada, tornam-se vulneráveis ao poder masculino, presente no quotidiano da vida pessoal, conjugal, familiar e nas instituições sociais. Cabe ressaltar, no entanto, que a cultura é dinâmica e por isso os seus elementos são modificáveis. Diante dessas circunstâncias, a família pode contribuir para a redução da violência através de processos que promovam a construção tanto de uma masculinidade quanto de uma feminilidade que não estejam circunscritas a parâmetros hegemónicos de papéis de género que têm o potencial de fomentar a violência de género (Carvalho-Barreto et al., 2009).

A responsabilidade pelo combate à violência conjugal, uma forma de manifestação da violência de género, é de toda a sociedade. Deve estar presente na família, nas diversas instituições sociais: em todos os níveis de formação escolar; nas instituições do estado, tais como os serviços sociais e jurídicos, a esquadra da polícia, nas instituições religiosas. Todos precisam dirigir acções no combate às diversas formas de manifestação da violência.

Cada família deve ser orientada a actuar em prol da eliminação das desigualdades na socialização dos meninos e das meninas nas diversas culturas. É igualmente importante que homens, mulheres, jovens de ambos os sexos, meninos e meninas sejam envolvidos em programas de sensibilização. Tais programas devem contribuir para o entendimento da nocividade das diversas formas de manifestação de violência, de modo particular aquela que é praticada contra a mulher, em função das desigualdades de género. Esse processo deve ter em vista uma mudança de mentalidades.

As violências sofridas por mulheres configuram-se como uma violação dos seus direitos humanos (Espíndola, et al., 2004). A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, realizada no México em 1979, e da qual Moçambique é signatário (resolução nº 4/1993), é o principal instrumento internacional relativo aos direitos humanos das mulheres. Nela estão presentes as preocupações com as discriminações e com a necessidade de os Estados actuarem na protecção das mulheres e no combate às discriminações e aos danos causados por elas. Mediante o proposto, reiteramos mais uma vez a nossa preocupação com a forma como alguns representantes do papel do estado negligenciaram o atendimento aos problemas relacionados com a violência contra a mulher nos casos estudados.

Os relatos das mulheres participantes desta pesquisa revelaram algumas incoerências cometidas por determinados agentes de justiça no seguimento de certos casos. Esses depoimentos suscitaram-nos dúvidas e questionamentos. Mediante esses factos, sugerimos a realização de pesquisas voltadas a entender como os papéis tradicionais de género influenciam as acções dos profissionais afectos nas instâncias de justiça, particularmente em situações relacionadas à violência contra a mulher. Vale lembrar que as múltiplas formas de violência constituem factor de dano à saúde física e mental das pessoas e que no ano 2000, início do novo milénio, a ONU apontou a erradicação de todas as formas de violência como um dos objetivos que devem congrega esforços políticos, sociais, legais de todas as nações do mundo.

O foco desta pesquisa foi estudar dimensões das dinâmicas relacionais que contribuem para manter mulheres em situação de violência conjugal. Ficou evidente que as relações conjugais e familiares podem ser permeadas por acções violentas de natureza diversa que têm o potencial de causar danos à saúde física e mental das mulheres e das demais pessoas envolvidas. Nesse contexto o casamento e a família não podem ser vistos como lugares

necessariamente seguros. A ideia do lar como um lugar privado e intocável precisa ser revista. Famílias e casais precisam de apoio social que envolva ações no campo das políticas públicas, sociais, educativas e de saúde física e mental.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrahams, N., Jewkes, R., Hoffman, M. & Laubsher, R. (2004). Sexual violence against intimate partners in Cape Town: Prevalence and risk factors reported by men. *Bulletin of the World Health Organization*. v. 82, n° 5, p. 330-337
- Aguiar, L. H. M. & Diniz, G. R. S. (2010). Género, masculinidades e o atendimento a homens autores de violência conjugal. In Lima, F. R. & Santos, C. (2010). *Violência doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar*. Brasil: Livraria e editora Lumen Juris Ltda
- Alencar-Rodrigues, R. & Cantera, L. (2012). Violencia e Género en la pareja: una revisión teórica. *PSICO, Porto Alegre*, v. 43, n° 1, p. 116-126
- Alo, O. A., Odusina, E. K. & Babatunde, G. (2012). Spousal violence in Southwest Nigeria: Prevalence and correlates. *Journal Women's Health Care*, v. 1, (110)
- Alvim, S. F. & Souza, L. (2005). Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 7, n° 2, p. 171-206
- Amar, J. A., Kotliarenko, M. A. & Llanos, R. A. (2003). Factores Psicossociales Asociados Con La Resiliência En Niños Colombianos Víctimas de Violencia Intrafamiliar. *Investigación & Desarrollo*, vol. 11, n° 1, p. 162.197. Disponível em <http://www.redalcy.org/articulo>. Acessado em Janeiro de 2016
- Arthur, M. J. (2010). O casamento prematuro como violação dos direitos humanos. Um exemplo que vem de Gorongosa. *Outras Vozes*, n° 31-32. WLSA
- Assembleia da República - Moçambique (2009). Lei n° 29/2009. Lei sobre a violência doméstica praticada contra a mulher. Boletim da República, I Série, n° 38, 2° suplemento, de 29 de Setembro de 2009.
- Bagnol, B. (2008). Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique. *Análise Social*, v. XLIII, p. 251-272.
- Baptista, A. C. C. C. (2012). Estudo de caso de uma mulher sujeita a violência conjugal, com crença de amor romântico e uma história de violência interparental. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad). Lisboa: Edições 70 Ltda (original publicado em 1977)



- Benetti, S. P. (2006). Conflito conjugal: Impacto no Desenvolvimento Psicológico da Criança e do Adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 19, n° 2, p. 261-268.
- Blanco, P., Ruiz-Jarabo, C. Vinuesa, L. G., & Martin-Garcia, M. (2004). La violencia de pareja y la salud de las mujeres. *Gac Sanit*, v. 18 (supl 1), p. 182-188
- Boing, E., Crepaldi, M. A. & Moré, C. L. O. O. (2008). Pesquisas com famílias: aspectos teórico-metodológicos. *Paidéia*. V. 18, n° 40, p. 251-266. Disponível em [www.scielo.br/paideia](http://www.scielo.br/paideia). Acessado em Dezembro de 2015
- Botelho, I. (2001). Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n° 2. Disponível em <http://www.scielo.be>. Acessado em Junho de 2015
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas
- Calheiros, M. M. (2006). *A construção social do mau trato e negligência parental: Do senso comum ao conhecimento científico*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian
- Calil, V. L. L. (1987). *Terapia familiar e de casal: introdução às abordagens sistêmica e psicanalítica*. São Paulo: Summus.
- CÁ-PAZ – Apresentação da Associação Moçambicana de Assistência Psicossocial e Empoderamento as Vítimas de Violência Doméstica. (2012). Machava - Maputo
- Carvalho-Barreto, A., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Almeida, P. C. & De Souza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: Uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e crítica*. v. 22, n° 1, p. 86-92
- Casique, L. C. & Furegato, A. R. F. (2006). Violência contra a mulher: reflexões teóricas. *Rev Latino-am Enfermagem*. V. 14, n° 6
- Chaves, R. (2011). O significado do sentimento de amor na contemporaneidade: a perspectiva da mulher. Trabalho final de graduação. Curso de Psicologia, Centro Universitário Franciscano, Santa Maria
- Contreras, M., Singh, A., Hellman, B. & Barker, G. (2011). Connections between early childhood experiences of violence and intimate partner violence. *Bernard van Leer Foundation: Early childhood Matters*, June, 2011
- Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979). Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em [www.wlsa.org.mz](http://www.wlsa.org.mz), acessado em Junho de 2015

- Couto, M. T., Schraiber, L. B., d'Oliveira, A. F. P. L. & Kiss, L. B. (2007). Concepções de gênero entre homens e mulheres de baixa renda e escolaridade acerca da violência contra a mulher. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 11 (supl), p. 1323 - 1332.
- D'Oliveira, A. F. P. L., Schraiber, L. B., França-Junior, I., Ludermir, A. B., Portella, A. P., Diniz, C. S., Couto, M. T. & Valença, O. (2009). Factores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. *Rev. Saúde Pública.*, v. 43, n° 2, p. 299 – 310
- Day, V. P., Telles, L. E. B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F., Machado, D. A., Silveira, M. B., Debiaggi, M., Reis, M. G., Cardoso, R. G. & Blank, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *R. Psiquiatr. RS*, 25 (suplemento 1): p. 9-21.
- Deeke, L. P., Boing, A. F., Oliveira, W. F. & Coelho, E. B. S. (2009). A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. *Caderno de Saúde Soc. São Paulo*, v. 18, n° 2, p. 248-258
- Deslandes, S. F., Gomes, R. & Passos da Silva, C. M. F. (2000). Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher, atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro*. v. 16, n° 1, p. 129-137
- Diniz, G. & Pondaag, M. (2004). Explorando significados do silêncio e do segredo nos contextos da violência doméstica. In Maluschke, G., Bucher-Maluschke, J. S. N. F. & Hermanns, K. (org). *Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática*. (2004). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer
- Diniz, G. (2013). Até que a vida – ou a morte – os separe: análise de paradoxos das relações violentas. In: Féres-Carneiro, T. (org.). *Casal e família: transmissão, conflito e violência*. (2013). São Paulo: Casa do Psicólogo
- Diniz, G. R. S. & Angelim, F. P. (2003). Violência doméstica – Por que é tão difícil lidar com ela? *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 2, n° 1, p. 20 – 35
- Diniz, G. (2011). Conjugalidade e violência: reflexões sob uma óptica de gênero. In: Féres-Carneiro T. (org.). *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*. São Paulo: Casa do Psicólogo
- Dutton, D. (1999). Limitations of social learning models in explaining intimate aggression. In: Arriaga, X. B. & Oskamp, S. (Eds). *Violence intimate relationships*. Califórnia. Sage Publications
- Espíndola, C. R., Bucher-Maluschke, J. S. N. F. & Santos, A. P. (2004). A mulher no contexto da violência. In: Maluschke, G., Maluschke, J. S. N. F. & Hermanns, K.

- (2004). *Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- Fernando, D. (1996). *A organização social na sociedade tradicional*. Ministério da Administração Estatal. Maputo-Moçambique
- Fritz, P. A., Slep, A. M. & O'Leary, K. D. (2012). Couple-Level Analysis of the Relation Between Family-of-Origin Aggression and Intimate Partner Violence. *Psychology of Violence*. Doi 10.1037/a0027370
- Gallego, M. & Garcia, L. (2011). Experiências exitosas. Mujeres que han roto el ciclo de violencia. Violencia basada en género en la relación de pareja. *Programa Integral contra las violencias de género*. Disponível em [www.malaga.es/subidas/archivos](http://www.malaga.es/subidas/archivos) Acessado em Dezembro de 2015.
- Garcia-Moreno, C. (2000). *Violencia contra la mujer: género y equidad en la salud*. Harvard Center for population and development Studies. Publicación Ocasional, nº 6
- Gil, A. C., (2002). *Como elaborar proyectos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas
- Gil-González, D., Vives-Cases, C., Alvarez-Dardet, C. & Latour-Pérez, J. (2006). Alcohol and intimate partner violence: do we have enough information to act? *European Journal of Public Health*, v. 16, nº 3. p. 274-284
- Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Araújo, A. J. S. & Coelho, M. F. (2009). Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias género e geração. In: *Acta paulista de Enfermagem*, v. 20, nº 4, p. 504 - 508
- Grossi, P. K., Tavares, F. A. & Oliveira, S. B. (2008). A rede de protecção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. *Athenea Digital*, nº 14, p. 267 - 280
- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H. & Machado, P. X. (2006). Factores de Risco e de Protecção na Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. v. 19, nº 3, p. 379-386.
- Hernández, R. P. & Gras, R. M. (2005). Víctimas de violencia familiar: consecuencias psicológicas en hijos de mujeres maltratadas. *Anales de psicología*. vol 21, nº 1, p. 11-17
- Hirigoyen, M. F. (2006). *A violência no casal: da coacção psicológica à agressão física*. (Kuhner, M. H., Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (original publicado em 2005)
- Instituto Nacional de Estatística – INE (2011). *Mulheres e Homens em Moçambique: Indicadores Seleccionados de Género – 2011*, Autor.

- Instituto Nacional de Estatística – INE (2013). *Mulheres e Homens em Moçambique: Indicadores Seleccionados de Género.*, Autor
- Iop, E. (2009). Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais. *Visão Global, Joaçaba. vol 12, nº 2, p. 231-250*
- Johnson, K. B. & Das, M. B. (2009). Spousal violence in Bangladesh as reported by men- Prevalence and risks. *Journal of Interpersonal Violence. v. 24, nº 6, p. 977 - 995*
- Junqueira, M. F. P. S., & Deslandes, S. F. (2003). Resiliência e maus-tratos à criança. *Cadernos de Saúde Pública, v. 19, nº 1, p. 227-235*
- Khatun, T. & Rahman, K. F. (2012). Domestic violence women in Bangladesh: Analysis from a socio-legal perspective. *Bangladesh e-journal of sociology. vol 9, nº 2, p. 16-30*
- Lamoglia, C. V. A. & Minayo, M. C. S. (2009). Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Colectiva. v. 14, nº 2, p. 595-604*
- Machado, C. & Gonçalves, R. A. (2003). *Violência e vítimas de crimes*. Coimbra: Quarteto
- Macie, J. (2014, Dezembro 19). Violência Doméstica– Homens quebram silêncio. Maputo: Jornal Notícias, p. 2.
- Magalhães, A. S. & Ferres-Carneiro, T. (2003). Conjugalidade e subjectividades contemporâneas: o parceiro como instrumento de legitimação do “eu”. *Estudos gerais de Psicanálise: Segundo Encontro Mundial, Rio de Janeiro*. Disponível em [www.institutounipac.com.br](http://www.institutounipac.com.br) , Acessado em Abril de 2015
- Medeiros, M. N. (2010). *Violência conjugal: repercussões na saúde mental de mulheres e de suas filhas e seus filhos adultos/os jovens*: Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
- Menezes, C. C. & Lopes, R. C. (2007). A transição para o casamento em casais coabitantes e em casais não-coabitantes. *Rev. Bras. Crescimento e Desenvolv. Hum., v. 17, nº 1, p. 52-63*
- Michel, M. H. (2005). *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas
- Minayo, M. C. S. (1994). A violência sob a perspectiva da saúde pública. *Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, v 10 (supl,1) p. 7-18*
- Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12ª ed. São Paulo: Hucitec

- MISAU & UNICEF (2011). Violência e abuso sexual de crianças em Moçambique.  
Disponível em [www.protectionblog.org](http://www.protectionblog.org). Acessado em Abril de 2014
- Morabes, S. C. (2014). Ciclo de violencia en la asistencia psicológica a víctimas de violencia de género. *Jornadas de Género y Diversidade Sexual (GEDIS)* La Plata. Facultad de Trabajo Social. Disponível em [www.sedici.unpl.edu.ar/bitstream](http://www.sedici.unpl.edu.ar/bitstream). Acessado em Dezembro de 2015
- Mota, D. C. G. A., Benevides-Pereira, A. M. T., Gomes, M. L. & Araújo, S. M. (2006). Estresse e resiliência em doenças de chagas. *Aletheia*, n.º 24, p. 57-68
- Mutumucio, I. V., (2008). Módulo – *Métodos de Investigação*. Maputo: Centro de Desenvolvimento Académico
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjectividades assujeitadas. *PSICO, Porto Alegre, PCURS*, v. 37, n. 1, p. 7-13
- Oliveira, A. E. F. & Santos, E. M. (2010). Laços e enlaces: a família na África de Amkoulleil, o menino fula. Mujimbo. *Revista de Estudos Étnicos e Africanos*.
- Oliveira, D. C. & Souza, L. (2006). Género e violência conjugal: concepções de psicólogos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ*, v.6, n.º 2. p. 34-50
- OMS (2012). Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: acção e produção de evidência. Disponível em [www.who.int/iris/bitstream](http://www.who.int/iris/bitstream), acessado em Dezembro de 2013
- Osório, C. (2013). Identidade de género e identidades sexuais nos ritos de iniciação no Centro e Norte de Moçambique. *Outras Vozes*, n.º 43-44. WLSA
- Paiva, M. L. S. C. (2009) As interfaces na constituição do vínculo conjugal. *Revista da SPAGESP – Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*. v. 10, n.º 2, p. 62-69
- Pazo, C. G. & Aguiar, A. C. (2012). Sentidos da violência conjugal: análise do banco de dados de um serviço telefónico anónimo. *Physis Revista de Saúde Colectiva, Rio de Janeiro*, v. 22, n.º 1, p. 253 – 273.
- Polleto, M & Koller, S. H. (2011). Resiliência: uma perspectiva conceitual e histórica. In: Dell'Aglio, D. D., Koler, S. H., & Yunes, M. A. M. (orgs). *Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à protecção*. 2ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo
- Regassa, N. (2012). Intimate partner's violence in Southern Ethiopia: Examining the prevalence and risk factors in the Sidama zone. *International Journal of Sociology and Antropology*, v. 4, n.º 1, p. 13-22

- Remschmidt, H. & Mattejat, F. (1999). *Der Familien – Identifikations Test (FIT)*. Manual The Family Identification test. Manual. Gottingen, Deutschland: Hogrefe
- Resolução nº 4/1993. Assembleia da República. B. R. I Série, nº 22, de 2/6/1993.
- Richardson, R. J., Peres, J. A. S., Wanderley, J. C. V., Correia, L. M. & Peres, M. H. M. (2008). *Pesquisa Social. Modelos e Técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas
- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 57, nº 3, p. 316-331
- Safiotti, H. I. B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*. v. 13, nº 4, p. 82-91
- Sagim, M. B., Biasoli-Alves, Z. M., Delfino, V. & Venturini, F. P. (2007). Violência doméstica: a percepção que as vítimas têm de seu parceiro, do relacionamento mantido e das causas da violência. *Cogitare Enferm.* v. 12, nº 1, p. 30 – 36
- Sagim, M. B., Biasoli-Alves, Z. M. M., Delfino, V. & Venturini, F. P. (2005). A mulher como vítima de violência doméstica. *Fam. Saúde e desenvolvimento. Curitiba*, v. 7, nº 1, p. 7-23, jan/abr
- Santos, A. G., Nery, I. S., Rodrigues, D. C. & Melo, A. S. (2010). Violência contra gestantes em delegacias especializadas no atendimento à mulher de Teresina – PI. *Rev. Rene.*, v. 11, número especial., p. 109-116
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade, Porto Alegre*, v.20, nº 2, p. 71-99
- Silva, I. M., Menezes, C. C. & Lopes, R. C. S. (2010). Em busca da “cara-metade”: motivações para a escolha do cônjuge. *Estudos de Psicologia. Campinas*, v. 27, nº 3, p. 383-391, julho-setembro
- Siqueira, A. C., Betts, M. K. & Dell’Aglia, D. D. (2006). A Rede de Apoio Social e Afectivo de Adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil. *Revista Interamericana de Psicologia/ Interamerican Journal of Psychology*. v. 40, nº 2, p. 149-158.
- Tavares, H. O. R., (2010). Conjugalidade e violência contra a mulher: reflexões sobre os prontuários de atendimento da ONG SOS Mulher/Família. *Revista Urutágua – acadêmica multidisciplinar*, nº 21, Maio-Agosto.
- Tvedton, I., Paulo, M. & Touminen, M. (2010). *Gênero e Pobreza no Sul de Moçambique*. Relatório do Instituto Chr Michelsen. Disponível em [www.cmi.no/publications/file/3780](http://www.cmi.no/publications/file/3780), acessado em Janeiro de 2015

- Uthman, O. A., Lawoko, S. & Moradi, T. (2009). Factors associated with attitudes towards intimate women: a comparative analysis of 17 sub-Saharan countries. *BMC International Health and Human Rights*. p. 9-14. Disponível em <http://www.biomedcentral.com/> acessado em Fevereiro de 2015
- Vieira, E. D. & Stengel, M. (2010). Os nós do individualismo e da conjugalidade na Pós-Modernidade. *Aletheia*, n° 32, p. 147-160, maio/ago
- WHO (s.d.) *Intimate partner violence and alcohol: fact sheet*. WHO. Centre for Public Health. Disponível em [www.who.int/violence-injury-prevention/violence](http://www.who.int/violence-injury-prevention/violence), acessado em Fevereiro de 2015
- WHO, (2013). Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. Disponível em [www.who.int/iris/bitstream](http://www.who.int/iris/bitstream) . Acessado em Junho de 2015
- Yin, R. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (D. Grassi, Trad.) 4ª ed. Porto Alegre: Bookman
- Yunes, M. A. M. (2011). Psicologia positiva e resiliência: foco no indivíduo e na família. In: Dell'Aglio, D. D., Koler, S. H., & Yunes, M. A. M. (orgs). *Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção*. 2ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo
- Zacarias, A. E., Macassa, G., Svanstrom, L., Soares, J. J. F. & Antai, D. (2012). Intimate partner violence against women in Maputo city-Mozambique. *BMC International Health and Human Rights*. Disponível em <http://www.biomedcentral.com> Acessado em Fevereiro de 2015
- Zordan, E. P., Flacke, D. & Wagner, A. (2009). Casar ou não casar? Motivos e expectativas com relação ao casamento. *Psicologia em Revista, Belo Horizonte*, v. 15, n° 2, p. 56-76

## **Anexo A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Eu, \_\_\_\_\_,  
abaixo assinada, concordo em participar do estudo **Dinâmica conjugal violenta e resiliência em mulheres assistidas na CÁ-PAZ**, como sujeito. Fui suficientemente informada sobre os procedimentos do estudo, bem como a forma da minha participação. Ponderei sobre a minha decisão em fazer parte do estudo. Foram claramente explicados os objectivos do estudo, as garantias de confidencialidade e a possibilidade de esclarecimentos adicionais, sempre que os desejar. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes, ou durante o mesmo, sem penalidades.

Matola, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura



## **Anexo B: Guião de Entrevista**

### **I. Dados sócio-demográficos**

1. Código da entrevistada \_\_\_\_\_
2. Idade (anos completos): Idade do parceiro (anos completos)
3. Nível escolar completo; Nível escolar do parceiro
4. Ocupação; Ocupação do parceiro; Renda familiar \_\_\_\_ (salários mínimos)
5. Morada
6. Situação conjugal e tempo de permanência com o parceiro
7. Número de pessoas morando na mesma casa e grau de parentesco
8. Consumo de bebidas alcoólicas
9. Consumo de drogas, por quem? (grau de parentesco)
10. Relacionamentos significativos: na família de origem e na do parceiro, confidente, amigas (os), vizinhos, colegas de serviço
11. Participação em alguma igreja
12. Participação em actividades públicas

### **II. Contexto de violência**

1. Experiência de maus tratos na infância
2. Relacionamento entre os pais
3. Início de desentendimentos com o parceiro/ violência
4. Tipo de violência praticada e frequência com que ocorria.
5. Procura de atendimento médico
6. Motivos evocados pelo marido para a violência e local de ocorrência.
7. Mecanismos usados para se proteger
8. Pessoas que presenciavam a ocorrência de violência
9. Denúncia da violência
10. Ideia de separar-se do marido por causa da violência.
11. Partilha da situação com a família. Tipo de reacções por parte da família.
12. Tipo de coisas que uma mulher pode fazer e que na sua opinião, constituem razões para o marido a violentar.
13. Em todas as famílias é normal haver conflitos. Quando isso acontecia, como é que vocês resolviam?
14. Na sua opinião, quais são as tarefas/responsabilidades da mulher no lar? E do homem?

15. Quem toma as decisões na sua família?
16. Quais os motivos que desencadeiam conflitos na sua família?
17. Pode contar-me como é que as coisas acontecem /aconteciam?
18. Na sua opinião, o que é ser homem? E o que é ser mulher?
19. Entre marido e mulher, haverá quem deve ser o primeiro a tomar refeições, ou ir descansar? Porquê?

### Anexo C: Teste de Identificação Familiar

Gostaríamos de saber como você e alguns membros da sua família são. Para o efeito você precisa colocar cada cartãozinho no tabuleiro, debaixo da descrição que melhor corresponde à característica da pessoa indicada. Não existem respostas certas e nem erradas, apenas solicitamos que exprima a sua opinião a respeito da pessoa.

Animado	Satisfeito
Nervoso	Comunicativo
Atencioso	Compreensivo
Independente	Simpático
“De Lua”	Medroso
Seguro de Si	Tranquilo

Não corresponde (1)	Corresponde pouco (2)	Corresponde em parte (3)	Corresponde muito (4)	Corresponde totalmente (5)

## Anexo D: Parecer do Comité Institucional de Bioética em Saúde



### Comité Institucional de Bioética em Saúde da Faculdade de Medicina/Hospital Central de Maputo (CIBS FM&HCM)



O Dr. Jahit Sacarlal, Presidente do Comité Institucional de Bioética em Saúde da Faculdade de Medicina/Hospital Central de Maputo (CIBS FM&HCM)

#### CERTIFICA

Que este Comité avaliou a proposta do (s) Investigador (es) Principal (is):

**Nome (s): MARIA DE LURDES GILBERTO GUAMBE**

**Protocolo de investigação: versão 2 de Novembro de 2014**

**Consentimento informado: versão 2 de Novembro de 2014**

**Guião de entrevistas: versão 2 de Novembro de 2014**

**Questionário: versão 2 de Novembro de 2014**

Do estudo:

**TÍTULO:** "O processo de resiliência, em mulheres vítimas de violência doméstica, assistidas na CÁP-PAZ."

E faz constar que:

1ª Após revisão das respostas dos investigadores das recomendações feitas no dia 04 de Setembro de 2014 pela Comité, e que foi incluída na acta 09/2014 o CIBS FM&HCM, emite este informe notando que não há nenhuma inconveniência de ordem ética que impeça o início do estudo.

2ª Que a revisão se realizou de acordo com o Regulamento do Comité Institucional da FM&HCM – emenda 2 de 28 de Julho de 2014.

3ª Que o protocolo está registado com o número CIBS FM&HCM/70/2014.

4ª Que a composição actual do CIBS FM&HCM está disponível na secretária do Comité.

5ª Que não existiu nenhum conflito de interesse registado pelos membros do CIBS FM&HCM.

6ª O CIBS FM&HCM faz notar que a aprovação ética não substitui a aprovação científica nem a autorização administrativa.

7ª A aprovação tem validade de 1 ano e termina a 08 de Dezembro de 2015. Um mês antes dessa data o Investigador deve enviar um pedido de renovação se necessitar.

8ª Recomenda aos investigadores que mantenham o CIBS informado do decurso do estudo no mínimo uma vez ao ano.

9ª Solicitamos aos investigadores que enviem no final de estudo um relatório dos resultados obtidos.

E emite

**RESULTADO: APROVADO**

Assinado em Maputo aos 09 de Dezembro de 2014

## Anexo E: Dados do Teste de Identificação Familiar (FIT)

### Dados de Identificação real de Rolela

Variáveis	Rolela	Parceiro	Mãe	Irmã
Medrosa/o	1	5	3	2
De Lua	1	1	1	1
Nervosa/o	2	5	2	1
Satisfeita/o	4	2	4	5
Tranquila/o	4	4	3	5
Animada/o	4	3	3	5
Comunicativa/o	5	4	5	5
Segura de si	5	2	5	4
Independente	5	1	4	5
Compreensiva/o	4	2	4	5
Atenciosa/o	5	1	5	5
Simpática/o	5	1	4	5

### Dados de Identificação Ideal de Rolela

Variáveis	Rolela	Parceiro	Mãe	Irmã
Medrosa/o	1	5	2	1
De Lua	1	1	1	1
Nervosa/o	2	2	3	2
Satisfeita/o	5	5	5	5
Tranquila/o	5	4	5	5
Animada/o	4	4	5	4
Comunicativa/o	5	4	4	5
Segura de si	5	5	4	5
Independente	5	3	5	5
Compreensiva/o	4	4	5	5
Atenciosa/o	5	4	4	5
Simpática/o	5	5	5	5

### Dados de Identificação Real de Teasse

Variáveis	Teasse	Parceiro	Mãe	Pai
Medrosa/o	2	1	4	2
De Lua	3	2	1	1
Nervosa/o	2	1	2	3
Satisfeita/o	4	2	2	2
Tranquila/o	4	3	3	2
Animada/o	3	2	4	3
Comunicativa/o	2	4	2	4
Segura de si	2	3	1	1
Independente	3	1	3	3
Compreensiva/o	1	3	2	4
Atenciosa/o	2	2	3	3
Simpática/o	4	3	4	4

**Legenda:** 1 – não corresponde; 2- corresponde pouco; 3- corresponde em parte; 4 – corresponde muito; 5- corresponde totalmente

## Anexo E1: Dados do Teste de Identificação Familiar (FIT)

### Dados de Identificação Ideal de Teasse

Variáveis	Teasse	Parceiro	Mãe	Pai
Medrosa/o	3	2	3	2
De Lua	1	1	1	1
Nervosa/o	1	2	2	2
Satisfeita/o	4	4	4	4
Tranquila/o	4	2	4	4
Animada/o	2	4	2	3
Comunicativa/o	2	1	3	2
Segura de si	3	2	2	3
Independente	3	3	4	1
Compreensiva/o	4	4	4	2
Atenciosa/o	4	4	2	3
Simpática/o	4	4	4	4

### Dados de Identificação Real de Alda

Variáveis	Alda	Parceiro	Mãe	Pai
Medrosa/o	3	1	2	2
De Lua	1	1	1	1
Nervosa/o	2	4	3	3
Satisfeita/o	2	3	4	3
Tranquila/o	3	2	4	4
Animada/o	3	3	4	3
Comunicativa/o	2	5	3	2
Segura de si	4	1	4	4
Independente	3	3	4	4
Compreensiva/o	4	1	4	2
Atenciosa/o	4	2	3	5
Simpática/o	4	2	4	3

### Dados de Identificação Ideal de Alda

Variáveis	Alda	Parceiro	Mãe	Pai
Medrosa/o	1	1	1	1
De Lua	1	1	1	1
Nervosa/o	1	1	1	1
Satisfeita/o	4	4	4	4
Tranquila/o	4	4	4	4
Animada/o	3	4	3	2
Comunicativa/o	3	2	2	2
Segura de si	5	5	5	5
Independente	5	5	4	4
Compreensiva/o	4	3	4	5
Atenciosa/o	4	4	4	4
Simpática/o	4	4	3	4

**Legenda:** 1 – não corresponde; 2- corresponde pouco; 3- corresponde em parte; 4 – corresponde muito; 5- corresponde totalmente

## Anexo E2: Dados do Teste de Identificação Familiar (FIT)

### Dados de Identificação Real de Jurema

Variáveis	Jurema	Parceiro	Mãe	Pai
Medrosa/o	3	1	5	1
De Lua	1	1	1	1
Nervosa/o	1	5	1	3
Satisfeita/o	3	3	5	5
Tranquila/o	5	2	5	5
Animada/o	3	3	5	5
Comunicativa/o	5	5	5	5
Segura de si	2	5	5	5
Independente	2	5	2	5
Compreensiva/o	4	2	5	5
Atenciosa/o	5	3	5	5
Simpática/o	3	2	5	5

### Dados de Identificação Ideal de Jurema

Variáveis	Jurema	Parceiro	Mãe	Pai
Medrosa/o	1	1	1	1
De Lua	1	1	1	1
Nervosa/o	1	1	1	1
Satisfeita/o	5	5	5	5
Tranquila/o	5	5	5	5
Animada/o	5	5	5	5
Comunicativa/o	5	5	5	5
Segura de si	5	5	5	5
Independente	5	5	5	5
Compreensiva/o	5	5	5	5
Atenciosa/o	5	5	5	5
Simpática/o	5	5	5	5

### Dados de Identificação Real de Sofia

Variáveis	Sofia	Parceiro	Mãe	Irmã
Medrosa/o	4	1	3	2
De Lua	1	5	3	1
Nervosa/o	3	5	3	2
Satisfeita/o	3	2	2	5
Tranquila/o	1	1	1	4
Animada/o	5	1	3	3
Comunicativa/o	5	1	4	4
Segura de si	2	2	2	4
Independente	3	5	2	3
Compreensiva/o	4	1	4	5
Atenciosa/o	5	2	4	4
Simpática/o	5	1	5	4

**Legenda:** 1 – não corresponde; 2- corresponde pouco; 3- corresponde em parte; 4 – corresponde muito; 5- corresponde totalmente

### Anexo E3: Dados do Teste de Identificação Familiar (FIT)

#### Dados de Identificação Ideal de Sofia

Variáveis	Sofia	Parceiro	Mãe	Irmã
Medrosa/o	2	2	1	1
De Lua	1	3	3	1
Nervosa/o	2	1	1	2
Satisfeita/o	5	5	5	5
Tranquila/o	5	5	4	5
Animada/o	5	5	5	4
Comunicativa/o	5	5	5	4
Segura de si	5	2	4	5
Independente	5	3	5	4
Compreensiva/o	2	5	5	5
Atenciosa/o	3	5	5	5
Simpática/o	5	5	5	5

#### Dados de Identificação Real de Isabel

Variáveis	Isabel	Parceiro	Mãe	Pai
Medrosa/o	2	2	2	4
De Lua	1	2	2	2
Nervosa/o	2	5	2	2
Satisfeita/o	5	2	5	3
Tranquila/o	5	2	5	3
Animada/o	5	3	2	5
Comunicativa/o	4	1	2	2
Segura de si	4	5	3	2
Independente	5	5	1	3
Compreensiva/o	4	1	5	2
Atenciosa/o	5	2	5	1
Simpática/o	5	1	5	2

#### Dados de Identificação Ideal de Isabel

Variáveis	Isabel	Parceiro	Mãe	Pai
Medrosa/o	2	2	2	2
De Lua	1	2	2	2
Nervosa/o	2	2	2	2
Satisfeita/o	5	5	5	5
Tranquila/o	5	5	5	5
Animada/o	5	5	5	5
Comunicativa/o	5	4	5	5
Segura de si	5	3	5	4
Independente	4	2	2	2
Compreensiva/o	5	5	5	5
Atenciosa/o	5	5	5	5
Simpática/o	5	5	5	5

**Legenda:** 1 – não corresponde; 2- corresponde pouco; 3- corresponde em parte; 4 – corresponde muito; 5- corresponde totalmente